

# PISA-PAPÉIS (\*)

ENSAIO SOBRE A CONDIÇÃO URBANA DA CIDADE  
CONSOLIDADA NA CONTEMPORANEIDADE

*Aos meus dois globos de neve...*

PROVA FINAL DE LICENCIATURA  
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Orientação:  
Professor Doutor Walter Rossa  
Universidade de Coimbra

Outubro de 2008  
VERA MÓNICA GASPAR DOMINGUES



## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>Introdução</b> .....	005
CAPÍTULO 1	
<b>A Cidade das Pedras Sedutoras...</b> .....	009
Do Regresso ao Chão à Imagem Cenográfica .....	011
Património: entre os Resíduos do Mito, do Imago e da Inércia .....	020
Património Urbanístico e os Tempos da Forma .....	037
Manifestação de uma nova (id)Entidade .....	047
CAPÍTULO 2	
<b>A Cidade das Pedras Transitórias...</b> .....	057
Performance e Factores Urbanos .....	059
A Cidade Consolidada .....	070
Por uma (re)Urbanização nos Tecidos Consolidados .....	079
O Inquilino Posterior e a Renovação .....	095
Porto Sentido – um olhar retrospectivo a um meta-projecto .....	104
CAPÍTULO 3	
<b>Pisa-Papéis(*)...</b> .....	111
<b>Bibliografia</b> .....	119
<b>Agradecimentos</b> .....	127



## Introdução

*“A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”*

*Charles Baudelaire*

A cidade que chegou até nós sofre de transitoriedade num organismo pulsante, mutável, contrastante, que se plasmou desde que se quebraram muralhas e escapuliram os limites em prol de uma transformação de espaço alimentada pela evolução. É este o crime perfeito. Para uns o êxito para outros o fracasso.

O momento urbano apresenta-se numa polivalência gritante. Consequente da maximização atingida pelo período subsequente à devastação das duas Guerras Mundiais, à vertigem de uma globalização, de uma tecnologia demasiado célere e fluxos velozes pertinentemente isotrópos, de um capitalismo partidário, de modas simuladas e *clichés* iconográficos, fenómenos de distensão e contracção, charneiras temporais não correlativas, de gente, gente e mais gente... Um frenesim alucinante, que chega a aproximar-se da perversidade pela loucura. São as cidades que nunca dormem, cujos néons jamais se escurecem e o silêncio obsoleto da temeridade face a tal cenário preenchido por diversos saberes e poderes que se mostram profícuos e alienantes. A paisagem está cheia de Torres de Babel pontuais em toda a sua extensão. Que se anulam, se fundem, se comprometem e se desmentem. Dentro delas vive o caos e o sublime, a desordem e a mais perfeita organização das partes, envolvendo-se na eloquência da perplexidade, da conflituosidade, da ambiguidade.

Problemáticas como a dualidade cidade/cidade, centro/periferia, estão ainda no âmago do debate em torno da Arquitectura e da Cidade contemporâneas. Todavia, no meio destas disputas inquietou-me o corpo em si. A minha interpretação sobre o que afinal se entende e constitui a cidade revelou-se numa manifesta desarrumação. Proveniente de uma falha, surgiu a possibilidade de reinverter todo o meu acriticismo, explorando pela controversa condição urbana da cidade consolidada na contemporaneidade o propósito desta prova enquanto tentativa de arrumação pessoal.

Desde cedo, o desafio parecia perdido sem um conhecimento profundo e foi essencial colmatar esse vazio. Se as feridas saram deixando cicatriz, o ponto de partida pareceu ser este, nas marcas do sentido e evolução que o tempo incidiu no território, nomeadamente onde e quando estas foram mais incisivas, a Europa urbana dos anos ulteriores à guerra.

A especulação do passado revelava-se elucidativa e útil para progressivamente ingressar a problemática na actualidade, e por entre histórias, culturas e identidades a noção de cidade foi sendo estruturada. Porém, em tudo o que se mantém disponível à experimentação residem conflitos, vontades, caprichos, mostrando que mais do que longo, o percurso era intrincado nos prós e contras que corrompem a cidade que se proclama de finalmente democrática, sem no fundo nunca o ter sido, porque reverberatória numa tensão crítica entre conceitos presumivelmente opostos e declaradamente complexos.

A análise recaiu exactamente nestes paroxismos à procura da negação, da passividade, da coexistência,

do significado, no meio da multiplicidade de protagonistas que entre os dois hiatos temporais se mantiveram em confronto com Arquitectura da cidade, das cidades.

Deste modo, resultaram três capítulos: A Cidade das Pedras Sedutoras, A Cidade das Pedras Transitórias, Pisa-Papéis(\*), que seguem uma única sequência cronológica e o mesmo método.

O primeiro capítulo abre a problemática lançando a cidade, a sua materialidade e imagem às causas-efeito que ocorreram na viragem da sociedade industrial a capitalista, visando expor os elementos, os intervenientes, os conceitos e as teorias arquitectónicas urbanas que se manifestaram em prol de um Regresso ao Chão, afim de compreender e posteriormente justificar a conduta de sedução historicista detractora da própria disciplina de Arquitectura e da estabilidade da cidade que inversamente contribuiu na proliferação de uma Imagem Cenográfica, envolvendo o Património: entre os Resíduos do Mito, do Imago e da Inércia, um apologético chavão nacionalista e autoria partidária, cuja evocação de imagem de ouro queria bater de frente aos desígnios aculturais emergentes da entrada na globalização.

Com a segunda metade do capítulo inicia-se por esta via o desmistificar das estratégias anteriores, contribuindo para a apresentação do conceito de Património Urbanístico numa maior escala de dimensão conceptual, contraposta às teorias historicistas dogmáticas que assolaram e fecharam a sua hierarquização e percepção pelo real valor e significado na estrutura urbana. Por isso foi preciso fugir ao culto revivalista e embrenhar entre diversos tipos de análise à morfologia urbana, onde o património urbanístico tal como a cidade se colidiram n'os Tempos da Forma, procurando salientá-los como mais complexos, híbridos, plurais, para revelarem uma Manifestação de uma nova (id)Entidade não mais amarrada a antigos *clichés* de permanência pelo encómio da identidade segundo uma estirpe presa a diligências de espaço falaciosas ou fixas. Mas porque a cidade se explorou, ficaram em aberto algumas questões sobre a forma urbana, e porque não só a cidade precisa de levar com ela o sentido e as âncoras de sedução desde dentro aos limites que são precisos agarrar...

O segundo capítulo visa assim compreender as dinâmicas impostas pela transitoriedade que se sobrepôs aos elementos conformadores do espaço, recorrendo ao estudo da Arquitectura por entre o caos que se generalizou, para coligir que linhas e instrumentos directivos de acção accionam um estado de organização. Percorreu-se então a Performance do território urbano com a finalidade de o compreender e constatar que conseqüências resultam mediante a intersubjectividade que mantém com o indivíduo no instante e no decorrer do tempo, e atravessaram-se ainda os Factores Urbanos, com vista a abordar que interferências condicionam e são condicionantes destas mesmas transformações.

Curiosamente, após esta primeira fase, descobriu-se que a cidade se estabiliza na intercomunicação das partes e interpôs-se aqui um ponto de partida crucial e um tanto quanto contraditório que a decompôs, afim de especular A Cidade Consolidada pelas várias centralidades eruptivas e pelo pedaço urbano pre-existente, expondo-a a uma analogia ao cubo de Rubik. Posteriormente foi necessário voltar a cozê-la segundo a uma estratégia de desenho de consolidação proposta por Richard Rogers, no qual o caso de Coimbra e os núcleos ulteriores emergentes se manipularam num esquema síntese.

A cidade finalmente tornou-se holísticamente consolidada. Um só corpo entre temporalidades, tipos, partes. Mas porque sempre sofreu das artimanhas da privatização, do sibaritismo e da política narcísica. Tornou-se imperativo percorrer gestões, teorias, e detracções que agiram Por uma (re)Urbanização nos Tecidos Consolidados no reverso à obsolescência, que os delapidou depois de anos a fio entregues às leis do culto da imagem. Por este motivo, explorou-se a Operação SAAL/Norte na tentativa de uma explanação sobre uma verdadeira política de resgate, absorvendo-se os ensinamentos, as intenções, as lutas, as manifestações, as propostas... E, mediante toda a panóplia envolvida, mais do que meritória de interpretação, a operação revelou-se um extraordinário e eloquente plano de Arquitectura urbana e de urbanidade, que despertou a crítica aos paradigmas que assombram os palcos fundacionais hodiernos, permitindo incidir uma avaliação crítica a alguns casos paradoxais, como o Convento dos Inglesinhos em Lisboa ou as fachadas de Coimbra.

Por tudo isto, contextualizou-se Hoje! o momento de transição, que procura de novo entre as vozes da responsabilidade e da ruptura, o ressoar da reivindicação de uma dupla operacionalidade capaz de orientar a condição urbana na contemporaneidade, apresentado O Inquilino Posterior informal e banal, rasgo de fuga à inércia e perda de funcionalidade, bem como manifesto por uma Renovação, cujo novo propósito, nova proporção, assuma conjuntamente à fundação as expansões enquanto palcos de consolidação urbana. Porque sequencialmente, não só a perspectiva pessoal se alargou, mas também o desenho e a escala do território urbano se expandiram, e não são técnicas cirúrgicas de reurbanização que permitem continuar o *work in progress* que é a cidade.

Logo, atravessou-se o Porto Sentido, a experiência do Porto 2001: Regresso à Baixa. Constituindo-o caso de estudo sem intenção de crítica projectual, dado o objectivo ter sido o de interpretar e apreender o método de acção que suporta os desígnios da revitalização segundo transformações de espaço urbano que evocam um trabalho continuado na estrita cooperação das partes. Que consolidam o corpo urbano através do desenho e (re)desenho das mesmas. Que no final se mostram um verdadeiro meta-projecto.

*Pisa-Papéis(\*)* é declaradamente um ensaio, uma travessia na cidade. Entre a preexistência e a contemporaneidade. É o título, o objectivo, a metodologia e enfim a conclusão. Porque a prova final é, de facto, um objecto que permite colocar-se sobre as resmas de perplexidades e conflituosidades que nos assolam, impedindo que as mesmas se espalhem ou se percam. Por fim, permite colmatar as complexidades, os sarcasmos e as linguagens das rupturas e das continuidades em género de léxico pessoal, que une e apresenta as definições que a dissertação ao longo do tema abriu, especulou e explanou. Reforçando o quão contraditório é este corpo onde é imperativo remexer, fora de dogmas retroactivos e demagogias moralistas.

Para que a cidade continue a seduzir é agora urgente uma leitura que não se acanha aos olhares de soslaio, detractora de apegos exacerbadamente carinhosos e proteccionistas, pois não só de romance se instaurou a urbanidade.



[fig.1] *La Escalera*. Chema Madoz, 1990.

A Cidade das Pedras Sedutoras...



Hoje, a cidade parece encontrar-se no espelho de Chema Madoz<sup>1</sup>, entre um passado e um futuro em que no interregno, eis que chegou o presente em género de ponto de situação assente no estigma que nos confronta a dificuldade em interpretar ou sequer compreender as mutações que ocorreram e marcam a cultura hodierna. Pode mesmo afirmar-se que a condição contemporânea parece distinguir em si dois tempos conflituosos, com elementos e bases não integrantes que se assumem e se negam paradoxalmente entre estados de valorização e desapego, traduzindo-se em quase duas espécies dentro do mesmo corpo: a cidade de ontem e a cidade de amanhã. E a cidade do agora?

*“O inferno dos vivos não é uma coisa que virá a existir; se houvesse um, é o que já está aqui, o inferno que habitamos todos os dias, que nós formamos ao estarmos juntos. Há dois modos para não o sofreremos. O primeiro torna-se fácil para muita gente: aceitar o inferno e fazer parte dele a ponto de já não o vermos. O segundo é arriscado e exige uma atenção e uma aprendizagem contínuas: tentar e saber reconhecer, no meio do inferno, quem e o que não é inferno, e fazê-lo viver, e dar-lhe lugar.”<sup>2</sup>*

Enfrentar o inferno é a minha sugestão para este primeiro capítulo. Tomar o perigo proposto pela segunda opção de Ítalo Calvino, contador de histórias e de cidades, percorrendo o pluralismo sibilino de ontem que trouxe a condição imediata do pedaço urbano consolidado, reconhecendo que o risco só se torna estimulante porque a cidade se preenche de pedras que continuamente nos atraem e nos agarram.

1. Fotógrafo espanhol (n. Madrid, 1958) que abre espaços inesperados e formas de grande poder que nos chegam a todos pois nos lembram de algo, transportando-nos a reflexões ilimitadas.  
2. Calvino, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 1999, pág.166

Assim, este discurso formaliza-se numa passagem pelas atitudes e acontecimentos que marcaram o ímpeto de um apego romanticamente nostálgico de identidade após o advento das Guerras Mundiais, o qual paralelamente instigou uma velocidade imparável de crescimento nas cidades, tal como um consumo de massa disfarçado de humanista numa deflagração da fantasia, originando perigosas tensões e propondo uma destruição do entendimento da cidade pelo seu real valor.

Hoje, urge pelo clamor de uma reflexão...

Entre o resgate dos conceitos de identidade local no culto às imagens e ideologias que decorreram nestas protagonistas tornando-as discursivamente amarradas a demagogias culturais e historicistas. Entre a diferença material e temporal que se inscreve nestas pedras e constitui a estrutura dos palcos urbanos. Entre uma dilatação do próprio conceito patrimonial e a apresentação de uma nova disponibilidade de entendimento e persistência no território. Trata-se de uma tentativa de retirar o dogma ideológico e semiótico que mascara a cidade das pedras sedutoras, reingressando-a na realidade pela autenticidade do seu significado e dos seus elementos. Sem caprichos nem ícones. Sem redomas de vidro a cobrir espaços já delimitados. Sem formalidades redutivas, cristalizadas e absortas no imago e na tacteabilidade. Caracterizar o meu entendimento de cidade enquanto estrutura consolidada pelos desígnios do tempo e da transformação é o *leitmotif* desta fase inicial. Admitindo que a sedução das pedras se constrói metaforicamente pelo património urbanístico em toda a sua dimensão.



## Do Regresso ao Chão à Imagem Cenográfica

A erupção dos factos históricos e culturais exumados pelo esquecimento acordou entre o pó das rupturas urbanas ocorridas pela devastação das duas Grandes Guerras Mundiais como um sentimento de reacção à emergência da reconstrução dos palcos territoriais. A Europa de meados do século XX, anterior campo de batalha, abriu-se à experimentação entusiasta e expansiva dos novos modelos urbanos introduzidos pela ressaca dos bombardeamentos, servindo-se da disposição capitalista que agora surgia enquanto motor de arranque da fase de reconstrução. A premente resposta de intervenção na reconsolidação arquitectónica e urbana, as necessidades de realojamento massivo, as políticas higienistas e a estabilidade da sociedade desagregada do território, mostraram ser os álibis perfeitos de toda uma revolução de espaço tecnocrata que encontrou na renovação das estruturas do Velho Mundo um novo entendimento da problemática da cultura do território sobre a perspectiva de uma manipulação mais enraizada na dimensão social e na apropriação do espaço público enquanto lugar da colectividade.

*“Para o perfeito flâneur, um observador apaixonado, torna-se uma imensa fonte de prazer viver entre a mole urbana, estar longe mas sentir-se em casa em qualquer lado, ver o mundo, habitar o seu centro e ainda assim permanecer escondido. O estado de espírito peculiar do flâneur, do moderno vagabundo, é a solidão.”<sup>3</sup>*

O urbanita que nos é descrito por Baudelaire em *O Pintor da Vida Moderna (1863)*, embora homem da Paris do século XIX, espelha de forma absolutamente extraordinária a personalidade bipolar da sociedade emergente nas décadas ulteriores à guerra. Tecnocrata e nostálgica, balança entre a vontade versátil do acontecimento global, dos fenómenos e desígnios da transformação e da expansão dos limites urbanos, dos fluxos de mobilidade assumidos pela mudança automóvel célere entre lugares isotropos e resquícios das bombas. No extremo oposto, curiosamente, reconhece-se ao deambular alienado do urbanita, uma solidão que o desafia a esconder-se desta nova perspectiva urbana, crescente no ímpeto de uma busca de identidade e amarras a uma marca de impressão digital escavada num chão mnemónico cujo parece desvanecer-se perante a alucinante ideologia de revolução.

O urbanita carece de um lugar de pertença, e introduz a problemática da condição urbana a nível dicotómico num tempo em que a proliferação da forma da cidade enquanto produto comercial de uma sociedade em crescimento reproduziu uma construção de espaço compósito, fractal e geograficamente extenso, onde “nem mesmo Moses conseguiu demarcar o céu como área proibida”<sup>4</sup>, porque inscrito nas noções de espontaneidade e de integração imediata de múltiplos acontecimentos, descobertas, experiências, realidades e linguagens, que não podem ser entendidos num só corpo de acção. Pelo contrário, lugar reverberatório em constante pulsação, permeável à multiculturalidade e à individualidade.

A Arquitectura e a noção de espaço formalizaram-se neste sentido debate em torno de uma intuição de carácter conceptual estruturante, admitindo a diversidade em paralelo ao reajuste crítico da paisagem cultural e física enquanto massa complexa, apresentando a personificação dual da cidade: das franjas

3. Baudelaire, Charles. *O Pintor da Vida Moderna* in Urbano, Luís. *Dupl\_ Cidade e a Flânerie Contemporânea*. 2007, pág.3

4. Berman, Marshall. *Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. 1989, pág.320

suburbanas e do pedaço de espaço fundacional, da tecnocracia e da ideologia, da contemporaneidade moderna e da semiótica, residual e compacta.

De facto, reconhece-se que as ciências sociais encontram na maior parte das vezes a resposta das suas problemáticas na manipulação da Arquitectura, enquanto disciplina e enquanto prática, é o sinónimo da retórica idealista ocidental na precedência ao conceito em favor de uma operação empírica. E a resposta reemergente às rupturas encontrou o palco de manipulação do sentimento de pertença na segunda fracção da caracterização da cidade, apoderando-se da crise metodológica da Arquitectura Moderna como justificação teórica do regresso ao “centro”, do regresso ao chão.

*“The idea that some universal change might bring history to an end is of course one of the oldest human hopes. (...) And the relation of Modern architecture to this millennial theme was at one time evidently very close. There was to be a universal change of form. It was to be the outward and visible sign, both the cause and the effect, of a universal change of heart; and in the new order, with society redeemed, all problems of aesthetics were to become simply problems of technology. (...) Obviously Modern architecture is not going to redeem the world. But how important this preposition was.”<sup>5</sup>*

Entre a Arquitectura ícone suspensa do chão e máquina de habitar de Le Corbusier ou a Arquitectura capsular de colectivos como Archigram e SuperStudio<sup>6</sup>, que pontuavam não só o panorama urbano mas também o pensamento utópico ou *avantguard* do uso da tecnologia enquanto elemento primordial e metamórfico do desenho arquitectónico numa clara rendição do arquitecto ao automóvel e aos *tripods* parasitários de Orson Welles<sup>7</sup>, surgiu uma contra-crítica de base contextual, reivindicativa do voltar às preexistências como estrutura formal da cidade. Conceitos emergentes de integração e mudança foram neste ponto fundamentais para uma reflexão antes de qualquer iniciativa de formatação *tabula rasa* do mundo e uma procura alternativa à estética modernista cada vez mais desgasta, enclausurada numa dinâmica demasiado estilista que não conformava a unidade social nem se revia na linearidade histórica.

Às teses de um agarrar de novo as preexistências como base de acção inovadora avançadas pelos neotradicionalistas Robert Venturi em *Complexity and Contradiction in Architecture* (1966) ou mesmo Colin Rowe em *Collage City* (1979), reemergiram complementarmente as teorias culturalistas de preservação patrimonial anteriormente propostas por John Ruskin, cujo pensamento se vinculava ao Romantismo do final do século XVIII e admiração ao medievalismo, e Camille Sitte para quem a cidade só tinha tido estética até ao período Barroco. Ambos os autores defendiam que “ao longo dos séculos e das civilizações, sem que aqueles que a edificavam ou a habitavam tivessem essa intenção ou disso estivessem conscientes, a cidade representou o papel memorial de monumento (...), num grau mais ou menos constrangedor,

5. Rowe, Colin. *As I was saying: recollections and miscellaneous essays*, vol 1. 1996, pág.184

6. Archigram e Superstudio são dois grupos de Arquitectura fundados respectivamente em 1961 em Londres e 1966 em Florença, cujas propostas buscavam um diálogo mais próximo com o contexto cultural da época, inspirando-se na tecnologia como forma de expressão para criar projectos hipotéticos, na tentativa de resgatar as premissas fundamentais da Arquitectura Moderna.

7. Referência aos *tripods*, elementos alienígenas da radiodifusão *A Guerra dos Mundos* (1938), de Orson Welles.

duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo”<sup>8</sup>. E foi este o ponto de partida das premissas de resgate e salvaguarda monumental, que fizeram ressurgir também a postura mais radical de Gustavo Giovannoni<sup>9</sup> que em 1913 conceptualizou “pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos (...) como um meio de lutar não apenas pela protecção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e de normalização das sociedades e do seu ambiente”<sup>10</sup>. Recorrentemente, estes índices ganharam nova ênfase, uma vez que a manifestação do lugar de pertença para o homem moderno, a contra-crítica de que se falava, exigia não uma ruptura dos cânones da Arquitectura Moderna, antes uma reinterpretação capaz de inseri-la numa dimensão de “arquitectura de causas” dita mais humanista, mais identitária.

Ao proselitismo sugerido pela designada segunda geração de arquitectos modernistas, nos anos 60 do século XX, adicionou-se por isso uma progressão do Movimento Moderno pela reformulação teórica dos códigos redutivos da Arquitectura em prol de um melhoramento do ambiente urbano e de uma reaproximação do homem aos esquemas da cidade, retomando o sentimento de uma cultura de território para todos, instituída por todos, imbuída na procura de uma autenticidade e identidade de lugar onde a anterior matriz dos grandes mestres e experimentalistas perdeu o controlo funcional e político, passando a incorporar uma ordem sensorial que quebrava a ortodoxia do ideal figurativo do génio criador e do parasitismo afim de reabraçar a informalidade do contacto com as dinâmicas do quotidiano.

Foi o retorno às raízes do chão, à mediação entre homem e ambiente na reintegração das obras no contexto, desvirtualizando-se a almofada de sombra decorrente da suspensão da *arquitectura sobre pilotis* num reconhecimento ao grau zero fora do vazio funcional que lhe fora atribuído.

No entanto, se por um lado a intenção era o reingresso da Arquitectura ao seu envolvimento tectónico e social, a prática revelou-se demasiado plural numa profusão de estilos e conceitos nem sempre uniformes, que se constituíram principalmente mais linhas directrizes que resoluções *à priori*. E a linearidade da questão mostrou-se mais atónita que profícua.

*“Os velhos chavões envolvendo a banalidade e a desordem ainda serão o contexto de nossa nova arquitectura, e nossa nova arquitectura será, significativamente, o contexto para eles.”*<sup>11</sup>

O retrato urbano não descartou, segundo podemos indagar com a afirmação de Robert Venturi, o estilo arquitectónico depurado do modernismo. Contudo, a evocação era por um conceptualismo designado Pós-Moderno de revolução de espaço e formas, assente num retrocesso ao desenho e concepção arquitectónicas tradicionais com vista à conexão entre edificação, suporte e urbanidade. Consequentemente, o chão, balizado à cicatriz fundacional do território, constituiu-se vector operacional no programa ideológico de luta, “reconfiguring traditions and seeking lost or exotic alternatives”<sup>12</sup>, transformando-se numa

8. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.194

9. Gustavo Giovannoni, arquitecto italiano (1873-1947) dedicado aos estudos históricos e artísticos com particular interesse sobre a História da Arquitectura.

10. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.239

11. Venturi, Robert. *Complexidade e Contradição em Arquitectura*. 1995, pág.47

12. Curtis, Barry. *The Heart of the City* in Hughes, Jonathan; Sadler, Simon. *Non-Plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. 2000, pág.52

grelha mais ou menos versátil nas suas possibilidades de configuração e passando a incorporar opções de escolha entre objectos sujeitos a avaliações de lógicas de uso e de substituição, definindo-se a partir do tempo enquanto universo imagético mutante, não como território *per se*.

Habitar já não significava somente pertencer, enraizar ou pousar em contemplação, mas sim incorporar e respirar as imagens e os objectos que a sociedade revigorada produzia e simultaneamente reconhecia nos símbolos existentes. E neste paradoxo parece ter nascido a conflituosidade ou incompreensão de que sofrem os palcos urbanos preexistentes. Entre as intenções de um racionalismo estrutural e um culturalismo popular que proponham o retorno à geografia e à forma urbana, à contextualização da Arquitectura no lugar telúrico e ao resgate do passado pelos valores ancestrais intrínsecos às estimáveis ou intangíveis dos mesmos, entre a continuidade e a conservação histórico-cultural potenciais e reflexos da identidade social com o espaço matricial. O que restou, foi uma divagação meio perplexa entre teoria e prática nas reformas e contra-reformas arquitectónicas e urbanas propostas pelos diversos movimentos ou interpretações quase idiossincráticos do ambiente. E à Arquitectura anexou-se um estado de multiplicidade metodológica.

Vulnerável, a vontade arquitectónica subjugou-se ao lado mais perverso e consumista da intenção, na qual a estratégia reformista às áreas urbanas existentes segundo a apologia da recriação de um corpo estabilizado capaz de aglutinar e traçar quaisquer limites à expansão urbana neocapitalista, se transformou num processo um tanto quanto desligado das causas humanistas ao envolver-se numa esterilidade digna de momento histórico controlada pelo poder e exploração capital.

Como se pode observar pela crítica estruturalista de Leon Krier [fig.2 e fig.3], a essência da nova abordagem arquitectónica remeteu-se para uma espécie de cartilha *modus operandi* cuja realidade especulativa da imagem se impôs em soberba no revivalismo das formas precedentes populistas, desfasando a premissa de um regresso ao chão como marca de preexistencialidades e suporte estrutural da cidade a uma imagem cenográfica personificadamente histórica e cultural, esclarecendo que no crime perfeito do século XX, a própria realidade foi roubada.

*“For CIAM 8 the essential humanity of ‘the heart of the city’ could only be secured by separating it from the architecture of work and residence.”<sup>13</sup>*

A questão que se coloca é onde errou a Arquitectura na manutenção dos seus desígnios ao deixar-se corromper por este capricho, submetendo os palcos preexistentes a demagogias historicistas e retirando do centro preestabelecido as suas múltiplas funções afim de se reservar contentor de memória ou identidade? Ou sequer, se esta culpa não terá sido antes de detractores exteriores?

---

13. Curtis, Barry. *The Heart of the City* in Hughes, Jonathan; Sadler, Simon. *Non-Plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*. 2000, pág.52 pág.58

## A GENEALOGIA DA CASA

MODERNISMO = RECUSA PASSAGEIRA DOS  
ARQUÉTIPOS



[fig.2]

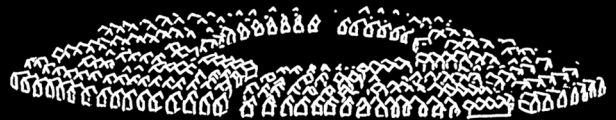
## ORGANISMO E PARASITA



CIDADE SEM PERIFERIA



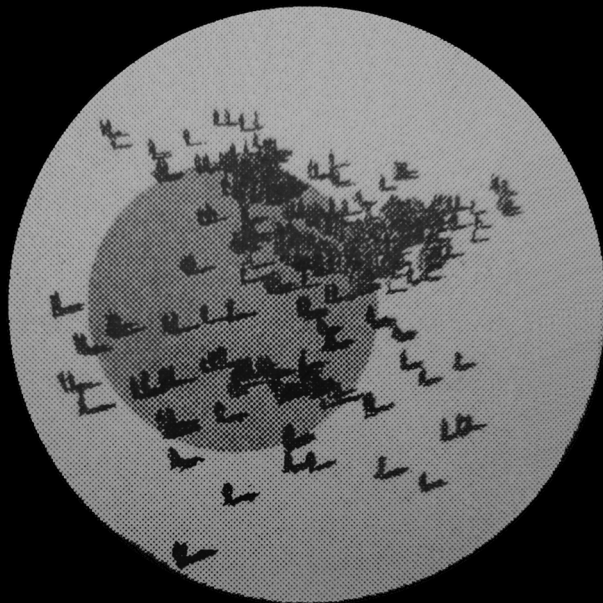
CIDADE COM PERIFERIA



PERIFERIA SEM CIDADE

[fig.3]

# CIAM 8



[fig.4] Imagem capa do Livro *The Heart of The City, CIAM 8* (Hoddesdon 1951) in Solà Morales, Ignasi. *Territorios* (2002).



Curiosamente anexado à causa revisionista da II geração de arquitectos modernistas, coadjuvou-se o enigma historicista que resgatou da velha guarda dos CIAM<sup>14</sup> os princípios estruturais do desenvolvimento urbano concêntrico promulgados no 8º encontro em 1951 em Hoddesdon, Inglaterra, sob o tema *The Heart of the City* [fig.4].

Embora sem grandes resultados práticos, os temas debatidos nesse encontro e mesmo a contribuição do anterior IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (1933), cujo papel foi fundamental para a documentação das conclusões das diversas reuniões sobre o novo urbanismo e as quais foram publicadas mais tarde como a *Carta de Atenas* em 1943, demonstravam já uma inquietação pelo espaço urbano público até então banalizado em favor da obra arquitectónica moderna, pronunciando directrizes de preservação e renovação nomeadamente às zonas arruinadas pela guerra e/ou históricas da cidade envolventes a monumentos, nos quais “os valores arquitectónicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do património humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua protecção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança”<sup>15</sup>. Promovendo-se então um sentimento de colectividade e respeito contraposto ao crescente esvaziamento de sentido urbano subsequente dos subúrbios, entregando ao “centro” a difícil tarefa de entidade aglutinadora da manta de retalhos que se plasmava em torno.

Mas o que sobrou após a ruptura destes encontros descreve-se essencialmente por preocupação, uma vez que não houve qualquer sinal real de intervenção. Os CIAM apesar de críticos da realidade urbana de então, revelaram-se inactivos na capacidade de avaliar realisticamente as complexidades da situação resultante do pós-guerra, disponibilizando apenas ideias de tratamento das partes que constituíam a cidade ou utópicos projectos urbanísticos, como explicam as teorias da cidade funcional. Para além disso, analisando a afirmação citada anteriormente, o que restava ao *coração da cidade* era uma postura de salvaguarda fundamentada em teorias higienistas e elitistas, em determinada parte, demasiado rígida às “intempéries” contemporâneas que surgiam do exterior, tornando o centro obsoleto na resposta às exigências da nova sociedade, porque mantendo-o ideologicamente subjugado a palco de história e valor cultural em defesa e preservação da consciência e colectividade urbana, retirando-o de qualquer outra função como a habitação ou o trabalho.

Todavia, o VIII CIAM constituiu o ponto de inflexão dos congressos e do próprio grupo de arquitectos que os integravam. Passando a contar com uma numerosa presença de arquitectos oriundos de diversos país-

14. A “velha guarda” dos CIAM contava com arquitectos mediáticos e mestres do Movimento Moderno da Arquitectura, dos quais se destacam as figuras de Le Corbusier, Richard Rogers, Walter Gropius, José Luís Sert e Siegfried Giedion, cujos modelos teóricos urbanísticos defendiam as bases funcionalistas e racionalistas da retórica arquitectónica.

15. Corbusier, Le. *Assembleia do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (1933)* in <http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp>, consultado a 19 de Agosto de 2008

es e até gerações mais novas do modernismo, tal como o grupo MARS<sup>16</sup> ou os Team X<sup>17</sup>, de carácter menos dogmático e assumindo uma clara demonstração de insatisfação ao árido modelo urbanístico racional e funcionalista, principalmente quanto à questão/resolução para o centro cívico da cidade, na qual a proposta de Sert o definia “the image of a built space, a place where the “sense of community” is physically expressed”<sup>18</sup>.

Talvez por desilusão ou desassossego, os novos afiliados abriram não só contrapartidas mas incentivaram a voz da ruptura. Promovendo o impulso activo de que a velha guarda carecia e mostrando-se interessados em encontrar o ponto de equilíbrio entre a forma física da cidade e as necessidades socio-psicológicas inerentes ao corpo urbano expressas no *coração da cidade* enquanto centro cívico, as quais se promulgariam segundo princípios estruturais de desenvolvimento fora dos dogmas modernistas, impulsionando a cultura e a história parâmetros de intervenção. Uma das maiores contribuições recaiu exactamente sobre a apresentação da “MARS Grid” no corolário do VIII CIAM. Contraposta ao anterior modelo de núcleo urbano monumental no qual “the creation of these centers is a government job (federal, State or municipal). These elements cannot be established on a business basis. They are necessary for the city as a whole and even for the nation, and they should be publicly financed”<sup>19</sup>, expôs-se um padrão mais simplista definido por paradigmas relacionados com necessidades e dinâmicas de identidade históricas e culturais do lugar, no qual *The Core*, seria não mais definido por uma forma ou sítio específico, mas antes sugerido pela relação entre homem e objecto, “the moment in which we become aware of the fullness of life by cooperative action”<sup>20</sup>.

Mas mais cirúrgico a esta constatação de centro cívico enquanto resultado directo da relação entre o homem e o lugar, foi Aldo van Eyck<sup>21</sup>. O mais reagente à retórica do primeiro modernismo e um dos actores principais na revisão modernista da trajectória dos CIAM, cujo argumento depreendia um retorno ao vernáculo através do uso dos símbolos históricos, marcando desta forma a sua carreira sobre o desenvolvimento de uma “forma de lugar” apropriada à segunda metade do século XX.

Deslocado das premissas do próprio grupo que integrava, Van Eyck contrapõem-se à abstracção alienante funcionalista da Arquitectura Moderna e das suas bases herméticas, mostrando uma patente preocupação pelos aspectos intemporais da forma construída, afirmando que a experiência do lugar manter-se-ia como a identificação do mesmo e do homem que o habitava. A sua posição, causou maior impacto aquando a declaração no Congresso de Otterlo em 1959, ao expressar que essa mesma intemporalidade do homem segundo a experiência se faria pela reintrodução do tradicionalismo antropológico como forma de progressão da cidade existente e da própria Arquitectura Moderna, propondo as bases do novo humanismo

16. Fundados em 1933 por um grupo de arquitectos e críticos incluindo Wells Coates, Maxwell Fry e Morton Shand como um “think tank” do modernismo britânico, o grupo MARS produziu planos visionários e exposições antes de se dissolver em 1957. O grupo foi formado quando Siegfried Giedion, secretário suíço dos CIAM, convidou Shand para liderar um núcleo de representantes britânicos nos futuros eventos dos CIAM.

17. Alguns arquitectos remanescentes passaram a constituir grupos paralelos aos Congressos, levando adiante as pesquisas urbanísticas promovidas nos CIAM. É o caso do Team X, que desde 1947 promoveu encontros entre diversos arquitectos e dos quais fizeram parte do primeiro núcleo Alison and Peter Smithson, Aldo van Eyck, Jacob Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo e Shadrach Woods, contribuindo de forma significativa para o esboço moderno na tentativa de romper com o modelo racionalista e funcional anterior.

18. Sert, José Luis. in Mumford, Eric Paul. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. 2000, pág.203

19. Giedion, Siegfried. in Mumford, Eric Paul. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. 2000, pág.206

20. Bakema, Jacob. in Mumford, Eric Paul. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. 2000, pág.214

21. Aldo van Eyck foi um dos arquitectos co-fundadores dos Team X e um dos maiores protagonistas do Estruturalismo arquitectónico, marcando desta forma uma posição peculiar não só na sua carreira mas na corporação dos CIAM, os quais integrou a partir do VIII Encontro.

segundo uma exploração de métodos cuja intenção era extrair dos novos universos tecnológicos todas as suas potencialidades vitais.

No entanto, a ênfase de bem-estar aclamada por Eyck para a forma urbana assente na raiz do populismo das formas e no resgate cultural da experiência entre homem e lugar, viu-se na impossibilidade de descobrir na Arquitectura os traços de ontem e no centro urbano a vitalidade estável. Primeiro porque ficou apenas enquanto deliberação em Hoddesdon e segundo porque paralelamente aos Congressos e à crise metodológica, decorria já a volatilização iconográfica da Arquitectura pela manipulação dos meios mediáticos de uma sociedade de massa. Eis que havia começado em força o consumo promovido em prol de uma sinalética dos tempos de crescimento e de imagem publicitária, expostas no humor de Robert Venturi do “less is bore” ou “The Main Street is almost all right”. Ao centro recaíam estratégias políticas de um revivalismo onde o culto dos símbolos históricos e monumentais nunca ressoou tão alto, inscrevendo progressivamente as conjunturas pós-modernistas numa “esquizofrenia subjacente a partir da qual é possível fazer praticamente qualquer combinação de estilos. Metade das suas raízes está nas qualidades decorativas do passado e a outra metade tenta apanhar uma sociedade que evolui rapidamente (...) e se entrega a modas pela simples razão de que estas parecem interessantes”<sup>22</sup>.

A apologia do retorno ao chão, ao centro cívico, enredou-se num fundamentalismo conceptual que ignorou as próprias premissas e reivindicações de alguns dos arquitectos pós-modernos. E o cenário paradoxal urbano por um lado contava com vozes como as de Eyck no restabelecimento de uma Arquitectura de lugar, e por outro com uma nebulosa que valorizava a aparência sobre a existência, diluindo o conceito de identidade em favor do *marketing* da imagem. Aquilo que havia sido motivo de entusiasmo cedo se tornou motivo de desespero. A fuga à ideologia tinha criado um novo ideário.

*“Um PODER silencioso, omnipresente e oculto, a que a arquitectura presta servidão, mediante uma produção que tem como motor as forças económicas e políticas, baseado em critérios de rentabilidade e controle, abandonando o projecto social em favor de uma epiderme desresponsabilizada político-socialmente, reduzida à formalização cenográfica de programas acrílicos.”<sup>23</sup>*

A observação que ressalta é de que os arquitectos sempre sofreram desta incompreensão e manipulação. Finalmente, a culpa da simulação ideológica e semiótica aplicada aos centros urbanos como catalisador performativo historicista não se atribuiu de forma sistemática à Arquitectura ou aos arquitectos que proponham o retorno aos palcos existentes, mas antes às artimanhas da própria sociedade e diligências governamentais e estatais. A leitura que se fez à cidade espelhou essa questão de forma categórica na transposição da ideia de identidade para um corpo bem mais fugaz aliado à sobrevalorização e à movimentação de capital, determinadas a criar todo um tema e todo um novo molde de consumo de bases assentes nos álibis da perplexidade da Arquitectura dos anos consequentes ao pós-guerra.

Posto isto, a designação a que se chegou para o centro urbano foi a de um *cliché* perfeito para a cidade da sedução, segundo uma forma alimentada pelo vício da imagem romântica camuflada na própria linguagem da Arquitectura, que calou as vozes mais reivindicativas. E por isso, “*The Heart of The City*”, onde a

22. Relph, Edward. *A Paisagem Urbana Moderna*. 1990, pág.201

23. Furtado, Gonçalo. *Transitoriedade e Apolítica* in Revista NU# 8. 2003, pág.17

reconfiguração das tradições referidas atrás espelhavam maior dimensão semiótica, pareceu constituir verdadeiramente o terreno exemplar, uma vez que a desculpa especulativa já tinha ganho testemunha de defesa na pretensão da preservação pelo historicismo, dissimulando a imagem cenográfica que se sobrepôs cumulativamente a toda a “boa” ideologia em resgatar o espaço nuclear urbano.

Conclusivamente, o tema promovido pelo CIAM 8 foi em grande parte, mesmo sem o querer, uma das chaves teóricas do disfarce em detrimento da demagogia que subseqüentemente violentou o centro pela ironia ou cinismo do eufemismo histórico, admitindo-se que as estratégias de salvação e de reintrodução de vida urbana nestas zonas, mais que potenciais para a cidade, se promoveram em nome da especulação política, expatriando o militarismo ético das necessidades sociais. A crítica apresentada por grupos como os CIAM, Mars ou os Team X, paralisou no confronto com a energia criadora de cenários fictícios, exaurindo-se na própria problemática urbana da década de 60. Não era mais uma questão de Arquitectura, mas de Política e, no final, o que restou destes manifestantes foi uma asserção territorial sugestiva, que ainda assim teve a capacidade de nos despertar para a crise teórica ou ideológica que abraçava a estrutura nuclear e explica ou pelo menos reduz os paradigmas que a envolvem no culto histórico, nas promoções do consumo e na manutenção de uma fachada de sedução pela manipulação semiótica do património onde “as acções mudam: o cenário físico persiste”<sup>24</sup>.

## **Património: entre os Resíduos do Mito, do Imago e da Inércia**

Tempo agora para interpor uma questão... Que materialidade e operacionalidade é esta que persiste mesmo entre a manipulação da imagem, que conforma e consolida a condição da urbanidade interferindo e construindo o lugar, retirando do vazio territorial as paisagens ainda intactas à mão humana, transformando-as e estruturando-as progressivamente em plataformas mediadoras da relação entre o homem e o meio?

*“Não há nada, coisa nenhuma, lugar nenhum, contexto nenhum, que seja um sítio, um lugar ou um contexto (...) excepto depois desse sítio ter sido produzido por teorias como, por exemplo a arquitectura.”<sup>25</sup>*

Para Paulo Varela Gomes, historiador crítico das diversas problemáticas que defrontam a condição urbana, o sítio só se torna cenário físico a partir do momento em que intervencionado pelas teorias da Arquitectura. Nesse caso, interpõem-se uma inquietação: quando estamos perante um abrigo não estaremos já perante um sítio? Apesar de pequeno ou anti estético é uma forma singular no território que funciona porque reverte em si um conceito de necessidade de habitáculo e de segurança e finalmente é algo por si só construído porque contextualizado. Indo um pouco mais longe da afirmação acima citada, o sítio não se constrói apenas pelo exemplo arquitectónico. Antes pelas teorias que constróem as bases e as componentes que o transformam, manipulando os elementos que existem no lugar e que desde a condição de sítio/lugar permitem uma denominação mais alargada de sítio/lugar/construção e sítio/cidade [fig.5].

24. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.158

25. Gomes, Paulo V. *Teoria do Sítio: a propósito de Siza [a arquitectura está no sítio] e de Koolhaas [que se ‘lixer’ o contexto]* in Revista NU# 2. 2002, pág.9



[fig.5]

Theory is a practice,  
 a practice of concepts  
 +  
 Practice is a theory,  
 a theory of contexts

[fig.6]

fig.5. Buckminster Fuller, *Drop City Dome* in Krause, Joachim; Lichenstein, Claude. *Your Private Sky: R. Buckminster Fuller the art of design science* (1999). *Drop City* foi uma comunidade formada por estudantes de Arte e de Letras da Universidade do Kansas nas colinas do Colorado nos finais de 1960. A intenção nunca foi a de criar uma larga escala comunitária, antes habitar um espaço neutro onde o tempo permitisse seguir os conceitos de cultura, diálogo e colectividade, sem amarras a uma formalização local. Contudo, a comunidade cresceu e rapidamente o assentamento foi conotado de “descompressed-chamber for city freaks”. Os estudantes foram deixando a área e hoje, é um descampado, depósito de resíduos e camiões. Mesmo assim, *Drop City* continuou a ser conhecida pelo desenho revolucionário. Pela sua arquitectura ao estilo de cúpula geodésica que combinou os princípios e métodos de Buckminster Fuller e a construção com recurso a materiais baratos.

fig.6. Bernard Tschumi in *Event Cities 3: Concept vs. Content vs. Content* (2005).

Enquanto disciplina e concretização, a Arquitectura define-se a dimensão criativa e intervencionista no espaço geográfico. Uma capacidade construtiva, funcional e de necessidade estruturante para a formalização da massa urbana em edificações e espaços intersticiais que entre elas resultam. Se aprofundarmos a linha de pensamento proposta por Varela Gomes quando este afirma que “a arquitectura produz sítios mobilizando para isso suas culturas próprias, as suas histórias próprias, os seus humores próprios. Estas teorias arquitectónicas são configuradas (conformadas) – transformadas em figura e forma, em projecto – pela interpretação que fazem dos acidentes naturais e artificiais que seleccionam para produzir um sítio”<sup>26</sup>, o paralelismo entre as duas afirmações parece um pouco incongruente. Oposta à primeira afirmação do historiador, existe algo. Coisa alguma. Lugar algum. Além de um discurso de Arquitectura relegado à edificação, o sítio formaliza-se construção quando produzido na multiplicidade das disciplinas teóricas e práticas intrínsecas à Arquitectura. Pelo urbanismo, pelo planeamento, pelo desenho urbano, pelo paisagismo e pela arquitectura construção, através de uma estratégia de operação de apoio à criatividade, que considera não só os parâmetros de estética ou vontade ou desígnio social, mas também as potencialidades do território, permitindo expor num desenho os métodos e acções de intervenção e planeamento de apoio à realização do projecto de forma a que o ordenamento territorial contemple todas as dimensões socioculturais, geográficas e humanas apresentadas por Varela Gomes. Ou seja, os elementos referentes à esfera do património cultural urbano do lugar, conseqüentemente expressos em dimensões conceptuais de património urbanístico<sup>27</sup>, nas quais estão subentendidas tanto o espólio arquitectónico quanto o paisagístico ou elementos naturais, bem como as relações que entre eles e o homem resultam.

As cidades são efectivamente lugares construídos nessa complexidade da Arquitectura. Na materialização e imaterialização da disciplina plural que age sobre as paisagens intactas à mão humana. Construídas na tríade metodológica e operativa de Bernard Tschumi<sup>28</sup>. Conceito. Contexto. Conteúdo [fig.6]. “There is no architecture without a concept – an overarching idea, diagram, or *parti* that gives coherence and identity to a building. Concept. Not form, is what distinguishes architecture from mere building. However, there is also no architecture without context (except in utopia). A work of architecture is always in situ, or “in situation”, located on a site and within a setting. The context may be historical, geographical, cultural, political, or economic. It is never solely a matter of its visual dimension”<sup>29</sup>.

Tschumi assume conceito e contexto pontos de partida. E não a arquitectura formal como Varela Gomes. Acima de tudo sugere que a Arquitectura não se reduz à criação de formas. Ao invés, é uma investigação e materialização de conceitos. É por entre as teorias ou conceitos genéricos e os contextos específicos ou *genius loci* que se parte para a exploração do conteúdo arquitectónico. Na relação de ambos em estra-

26. Gomes, Paulo V. *Teoria do Sítio: a propósito de Siza [a arquitectura está no sítio] e de Koolhaas [que se ‘lixé’ o contexto]* in Revista NU# 2. 2002, pág.9

27. Conceito relativamente recente que se distingue do conceito de *património urbano* referente às esferas sociais, económicas, políticas, culturais de uma urbanidade, uma vez que relacionado com o desenho, o plano, o cadastro da cidade e o qual se tratará de explicar no decorrer deste subcapítulo e seguinte.

28. Bernard Tschumi, arquitecto, teórico e professor académico. Desde 1975 desenvolveu uma variedade de ensaios de teoria arquitectónica contemporânea, tentando realinhar a disciplina com uma nova cultura do mundo caracterizada pela descontinuidade e pela heterogeneidade, expondo as conexões convencionalmente definidas entre as seqüências arquitectónicas e os espaços, os programas e o movimento que produzem e reteiram estas seqüências.

29. Tschumi, Bernard. *Event-Cities 3: Concept vs. Context vs. Content*. 2005, pág.11

tégias de indiferença, reciprocidade e conflito, uma vez que “whithin architecture, concept and context are inseparable. Frequently, they also conflict. The concept may negate or ignore the circumstances that surround it, while the context may blur or dampen the precision of an architectural idea”<sup>30</sup>.

Consequentemente, servindo-me novamente das palavras do autor, “without the generic overview imparted by concepts, no objective knowledge would be possible; yet, without the specificity imposed by contexts and contents, the world would be reduced to the rigid and predictable rule of a conceptual framework. A genealogy of concepts might therefore show a record of contaminations of the purity of concepts by the messiness of their contexts, in which concepts and contexts collide in apparently unpredictable and yet strategic ways”<sup>31</sup>, transformando o sítio/lugar em sítio/urbanização.

As cidades portuguesas da *Expansão Ultramarina* são exemplo categórico disso. A Escola Portuguesa de Urbanismo concebeu núcleos e fortalezas urbanas quer anexas a aglomerados urbanos já existentes, quer em territórios onde nenhuma construção existia, segundo um método que, parece ter-se sempre situado entre os dois pólos de Tschumi e, ao mesmo tempo constituído sempre a sua síntese. Entre o desígnio de instalação e apropriação do território (conceito) de onde emergiam os planos e os desenhos que à *posteriori* se coligiam na experiência prática em confronto com a realidade (contexto) e a demarcação do território potenciando o ordenamento do mesmo (conteúdo programático) afim de construir ou reconstruir civilizações que são hoje grandes aglomerados populacionais, dos quais são espelho São Salvador da Baía, Rio de Janeiro e Goa, reconhecendo as virtudes de uma teoria e desenho prévios que definitivamente marcaram a prática urbanista dos engenheiros militares.

Se nos determos um pouco na interpretação feita por Aldo Rossi, arquitecto italiano racionalista da segunda metade do século XX, cuja análise infere sobre a determinação das dinâmicas e resultados subsequentes da cidade, considerando A Arquitectura da Cidade um conceito “que cresce no tempo (...) de que a arquitectura não representa senão um aspecto de uma realidade mais complexa, de uma particular estrutura, mas que, ao mesmo tempo, sendo o último dado verificável desta realidade, constitui o ponto de vista mais concreto com que afrontar o problema”<sup>32</sup>, o património urbanístico é desta forma a estrutura, o volume, a massa e os mecanismos que resultam das relações que a urbanidade mantém com essa mesma massa e matriz impressa no chão. É o cenário urbano assente numa lógica arquitectónica e urbanística e paisagística, combinados para servir a urbanidade. É o transmissor, o comunicador e agente formal e cultural, a matéria e o elemento urbano táctil, porque uma metáfora da urbanidade expressa pela Arquitectura, que vive e se desenvolve na relação que o homem tem com o espaço por si mesmo transformado, construído e adaptado.

Considerando então, que a forma da cidade se estrutura na e pela Arquitectura, assumindo que os sentimentos inerentes a ela são de ordem visível e invisível porque relativos aos agentes urbanos, “quando percorremos uma cidade, temos experiências diferentes, impressões diferentes. Pessoas há que detestam um lugar por este estar ligado a momentos nefastos da sua vida, outras atribuem a um lugar um carácter

30. Tschumi, Bernard. *Event-Cities 3: Concept vs. Context vs. Content*. 2005, pág.11

31. *Ibidem*, pág.13

32. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.43

fausto; também estas experiências e a soma destas experiências constituem a cidade”<sup>33</sup>. Neste caso, a realidade que se conforma pelo jogo dos elementos urbanos transforma-se em estrutura delicada e instável na relação de intersubjectividade a que está sujeito, e independentemente da sua eventual aparência consolidada poder estar garantida materialmente, cabe à dimensão de Arquitectura diariamente se dispor a tácticas onde *tudo o que é sólido se dissolve no ar*<sup>34</sup> afim de fixar as massas populacionais no seu íntimo. Nesta perspectiva, a Arquitectura é um mecanismo de comunicação que actua por estratégia, ou se quisermos, é controlada por estratégia e é certo que a cidade tal como o património urbanístico sempre sofreram deste paradigma por estarem tão próximos da interferência social.

Desde cedo nos apercebemos desta situação, e a viragem dos acontecimentos nos anos 60 permitem-nos ser ainda mais incisivos a esta problemática que corre nas bases da autoria e manipulação ideológica sobre as áreas consolidadas e o próprio património urbanístico. Porque é do saber de todos que “dar uma perspectiva sociológica ao estudo do centro urbano exige, previamente, uma série de delimitações conceptuais e históricas, sem as quais não podemos avançar num terreno tão minado pela ideologia”<sup>35</sup>.

Propõe-se então uma analogia para que se possa explicar como reage o protótipo urbano enquanto imagem formal idiossincrática de quem o projecta, constrói, usa, manipula e se revê nele, reconhecendo desde à partida ser uma correspondência bastante redutora da questão, mas faça-se o seguinte exercício à revelia!

O dispositivo urbano mundial assemelha-se alegoricamente à cidade de San Gimignano. Desta forma a cidade italiana no conteúdo total é a personificação do mundo e cada edificação representa uma só cidade. Por entre a vontade de se assumir o valor de cada cidade, cada construção formalmente erguida sobre o signo de torre tenta ser maior, mais alta e mais pujante por entre as restantes. Consecutivamente, cada andar que se acrescenta na torre é espelho da fortuna do agente que a constrói, num capricho que usa o património arquitectónico enquanto símbolo alusivo de representação de poder. Essencialmente, é o símbolo que subsiste a toda esta miríade urbana, pois as torres são antes de qualquer coisa signos do poder da família. E, quanto mais altas mais poder.

A relação que ressalta ingressa directamente no património urbanístico, expondo a Arquitectura enquanto símbolo de distinção, de poder, de economia, base comparativa e de disputa, e nada disto se apresenta como novidade.

Como dito anteriormente, desde a mudança e alterabilidade mundial ocorrida a partir dos anos posteriores ao pós-guerra, esta prática tornou-se tendencialmente a chave de resolução de muitos problemas urbanos das cidades-estado destruídas não só ao nível do património urbanístico, mas também na própria afirmação, poder e permanência no panorama mundial.

A vontade de reafirmação das cidades na disputa do *ranking* internacional e reintrodução da população, revelou uma particularidade que se espelha de forma categórica na Arquitectura e nomeadamente na ideologia que se formou em torno do tema do património urbanístico, uma vez que a táctica incidiu exac-

33. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.45

34. *Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade* constitui-se um título de uma reflexão sobre a problemática urbana do Bronx, Nova Iorque, de Marshall Berman, publicada em 1989.

35. Castells, Manuel. *A Questão Urbana*. 2000, pág.311 (primeira edição 1975)



tamente na manipulação da Architectura enquanto símbolo publicitário.

Quase instintivamente, cada elemento do património urbanístico tornou-se representatividade cultural, que comunicava segundo uma forma e uma matéria simbólicas e, por conseguinte, a translação de função original revertia-se em imagem evocativa dessa mesma simbologia que se atribuía ao lugar onde se contextualizava. O exercício proposto ganha aqui termo de comparação para apresentar o momento *ex libris* onde declaradamente a Architectura foi reduzida à mesma prática que ocorre em San Gimignano.

Reactiva aos fluxos céleres de comunicação e publicidade, de transporte de informação, difusão de ideias e valores, transferência de tradições e culturas de um lado para o outro e a um neonomadismo do turismo e consumo de cidades pela sedução semiótica, a gestão da cultura local ingressou num horizonte demasiado amplo proposto pela globalização e tendeu para a uniformização, inserindo as cidades em códigos culturais comuns e indistintos provocados pelo rápido movimento de exportação da Architectura. A susceptibilidade a este aculturalismo, que ainda hoje se sente, resultou na descaracterização e absorção dos territórios urbanizados na intrínseca vontade de progressão e actualização aos novos modelos. Porque as culturas externas se sobrepõem e anexam ao tradicionalismo local de forma demasiado parasitária, as cidades Europeias responderam de forma inversa, ou melhor permitiram a entrada de novos produtos exteriores mas não deixaram de celebrar os seus como forma de inverter a moda.

Como afirma Georg Simmel<sup>36</sup>, “the deepest problems of modern life flow from the attempt of the individual to maintain the independence and individuality of his existence against the sovereign powers of society, against the weight of the historical heritage and the external culture and technique of life”<sup>37</sup>.

Correntemente o conceito de património urbanístico, tem sido interpretado neste mesmo sentido ou ideologia exposta pelo autor, como se a evasão à crise da homogeneidade e a este cenário de mundo uno se fizesse numa adaptação retórica do *cliché* “Think Globally, Act Locally!” a partir da afirmação da cultura singular de cada cidade pela Architectura enquanto símbolo transmissor de diferença e forma de sobrevivência pelo vernáculo. Mais que questões relativas à habitabilidade era o chamamento das massas pelo *faits divers* do património urbanístico numa exploração da Architectura em imagem postal pseudo tradicionalista de um tempo de ouro da cidade que, perante o contexto de hiper desenvolvimento revertia em si valores e formas reutilizados à procura de uma composição estética local, digna, sólida, identitária e individual, que servissem não só de barreira à estranheza da acultura e à corrupção das culturas exteriores, mas também resposta aos problemas da falta de identidade que afrontavam o homem moderno, agindo como invólucros proteccionistas que potenciavam o seu regresso à mole urbana [fig.7].

Consequentemente às zonas preexistentes caiu-lhes o estigma de palco de identidade por memória histórica e cultural, sobrecarregando-as de uma panóplia de elementos mnemónicos e designando-as de a tão aclamada “zona histórica”.

36. Georg Simmel (1858-1918), desenvolveu a sociologia formal desligada do incómodo da política e da economia, influenciado pela filosofia kantiana. No que se refere aos estudos sobre a metrópole moderna é de suma importância a contribuição do ensaio *The Metropolis and Mental Life* de 1903, citado por Manfredo Tafuri em *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo* e Neil Leach em *Rethinking Architecture: a reader in a cultural theory*.

37. Simmel, Georg. *The Metropolis and Mental Life* in Leach, Neil. *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. 2002, pág.69



[fig.7] Montagem Pessoal.

O património urbanístico recobriu-se assim de um grande protagonismo historicista. Uma espécie de instrumento de controlo oposto à dispersão ou aos espaços residuais proliferantes por forma a torná-los marginalidades ou se possível esquecidos, em busca da tal imagem mimética de cidade consolidada, porque aparentemente cozida, estável e ocupada. A cidade passou assim a ser “construída com devoção e também com uma intenção consciente, (...) uma peça essencial do equipamento usado para exercer o domínio psicológico (...) expressão gloriosa do orgulho, do conforto e do temor humanos.”<sup>38</sup>

Ao forte sentido de identidade tradicionalista e à cegueira que pontuou este meio de expressão pitoresco a competência da Arquitectura transfigurou-se em elemento urbano manipulado, que antes do poder organizador e conformativo de espaço habitável se reverteu a esfera de representação de valor impulsor da formação de uma materialidade expressiva de cultura nacional. Tornando-se papel de embrulho, numa passagem repentina de Arquitectura táctil e de matéria operacional a uma Arquitectura táctil e iconográfica, diluindo e afastando-se das dimensões que a integram em favor de toda uma dimensão semiótica numa programação onde “culture can be understood as communication – then one of the fields in which it will undoubtedly find itself most challenged is that of architecture”<sup>39</sup>.

Em resposta, a Arquitectura seguiu conseqüentemente uma tendência de redução. Ainda que paradoxal, não deixa de ser interessante ou inclusivamente temerária esta condição, uma vez que não se tratou de redução em questão de forma ou estilo arquitectónico mas antes um reducionismo de significado. O expressionismo populista que se exaltava desviou-a da operacionalidade e criatividade originais para o domínio de infraestrutura sensorial de fantasia. Na verdade, a Arquitectura quase se negou disciplinarmente em prol de uma poética do espaço. Aliando-se a esta postura também a falta de conteúdo e percepção precisos envolventes ao conceito de património urbanístico, dado que a exposição das suas qualidades físicas correspondia igualmente a um processo que transcendia o evento da sua concretização afim de analogamente o converter em materialidade cenográfica.

A Arquitectura da cidade passou a ser mero objecto de representação, perdendo a sua espessura e real significado. E no final, foi a panegírica introdução do mito.

*“Caminhando embriagado por entre tanta massa divina [...] comecei a dar forma à ideia de uma mitologia em movimento. Pareceu-me mais adequado chamar-lhe uma mitologia do moderno. E foi com esse nome que a concebi.”<sup>40</sup>*

Ao tradicionalismo evocativo das formas e da tipificação arquitectónica que balizou a discriminação do património enquanto mito da cultura urbana indexaram-se as referências da nostalgia do passado, que apesar de sabermos irrecuperável, pareceu constituir a tal resistência à mudança e ao desconforto perante a alterabilidade, sendo no final a arma de defesa da Arquitectura de Estado. Conseqüentemente, a indicação de *cidade histórica* que limita o domínio da cidade consolidada, pontua-se no alargamento da noção de monumento ao território, às valências de estrutura e morfologia urbanas, paisagem e imagem,

38. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.15

39. Eco, Umberto. *Fuction and Sign: the semiotics of architecture* in Leach, Neil. *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. 2002, pág.182

40. Aragon, Louis. *Paris Peasant* in Leach, Neil. *A Anestética da Arquitectura*. 2005, pág. 69

envolvendo-as similarmente num reconhecimento das leis de protecção e dos critérios de restauro. E “na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, «património histórico» tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática”<sup>41</sup> cobre-se de maior expressão no momento em que a sua forma e materialização foram capazes de “recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente”<sup>42</sup>. No entanto e, apoiando-me na posição de Françoise Choay<sup>43</sup>, o tempo que se chamou para estes núcleos impiedosamente conotados de “somente” históricos foi o desse “passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não [é] um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade”<sup>44</sup>.

O problema que assola a mistificação do património urbanístico potenciou-se por uma sobrevalorização de valor dos elementos urbanos preexistentes que resultou só na clínica demonstração das diferenças pelo património urbanístico histórico enquanto arquitectura monumento e não mais entendido sistema e infraestrutura urbana integrativa e estrutural. Nesta perspectiva, o encantamento que o património histórico desempenhou foi interpretado como causa-efeito da falta de coragem ou vontade ardil em assumir exclusões criteriosas capazes de alargar e simultaneamente restringir os parâmetros inerentes ao conceito, resumindo a sua avaliação a um único propósito, porque institucionalmente mais correcto. Se recorrermos ao dicionário em busca da explicação mais sumária de *património*, reconhece-se que o reducionismo ainda nos tempos de hoje parte da própria tradução do termo. Vejamos,

**\*Património:** *n.m.* 1 herança paterna; 2 bens que se herdaram dos pais ou avós; bens de família; 3 zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural; (...)<sup>45</sup>

Mais não é preciso transcrever, basta o ponto número 3 para nos apercebermos o quão insistente é o valor cultural às coisas...

No entanto, já Paulo Varela Gomes e Walter Rossa alertam para esta distinção a-criteriosa que ainda promove o património urbanístico enquanto símbolo. O II Encontro Nacional de História da Arquitectura, realizado em Maio de 1994, cujo debate recaía exactamente sobre as “Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica”, assenta precisamente na questão da abstracção do termo, levando arquitectos e historiadores a concluir que “muitas vezes, o património é o álibi estruturante da incompreensão da cidade moderna (nas suas características formais, culturais e de vivência) pelos meios culturais ou políticos”<sup>46</sup> e que “a explosão do conceito daquilo que é património tende para a entropia, para a ausência de coordenadas, para a impossibilidade de decidir. Em breve tudo será património (aliás é-o por definição

41. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.11

42. Ibidem, pág.17

43. Françoise Choay é Historiadora de teorias e formas urbanas e arquitectónicas e Professora de Urbanismo, Arte e Arquitectura na Université de Paris VIII. Desde a década de 70 até hoje, publicou diversos estudos sobre Arquitectura e Urbanismo, entre os quais *A Alegoria do Património*, publicado pela primeira vez em 1992.

44. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.17-18

45. Dicionário da Língua Portuguesa. 2009, pág.1201

46. Gomes, Paulo V.; Rossa, Walter. *Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica* in *Relatório do II Encontro Nacional de História da Arquitectura*. 1994, pág.5

etimológica – o próprio país é Património Nacional), pois a diversificação das fontes de abordagem e decisão alarga constantemente os parâmetros do conceito sem que exista algures a coragem de assumir exclusões criteriosas.”<sup>47</sup>

Tendencialmente tudo o que é antigo assume-se “património histórico”. Independentemente da funcionalidade existir ou não é elemento a salvaguardar, recaindo-se na ausência de hierarquização pela falta de uma especificidade concreta ou crítica assaz fora demagogias historicistas. A mesma falta que levou Françoise Choay concluir que “a reapropriação e a valorização da cidade antiga tornaram-se na antífona do concerto patrimonial das nações”<sup>48</sup>, obrigando-a sete anos depois da primeira edição d’ *A Alegoria do Património* a iniciar a reedição reconhecendo que “na ocasião da terceira reimpressão da obra, retiro destes uma nova conclusão, sob o mesmo título do capítulo «A competência de edificar».”<sup>49</sup> Para Françoise, a interpretação e a confrontação das práticas patrimoniais com os processos de urbanização e com as problemáticas da cidade adquiriram maiores dimensões e perplexidades quando a máquina capital envolveu e desmaterializou o próprio conceito de património. E é a partir desta indagação que nos aproximamos de novo do verdadeiro inventário acrítico promulgado por Varela Gomes e Walter Rossa uma vez que, para a autora, “a inflação do património histórico edificado iniciada desde os anos sessenta corresponde a uma outra lógica. Nem o jogo dos valores tradicionais, nem a lógica económica trazida pela cultura de massas esgotam os seus excessos, ou permitem dar conta de um culto que se transforma em fetichismo (...) Há, sem dúvida, que procurar, mas numa outra direcção e tomar atenção ao processo actual de acumulação de bens patrimoniais.”<sup>50</sup>

Mas aqui a dúvida persiste... quem e como efectuar a avaliação ou hierarquização quando estamos subjugados a uma política económica de mediatismo? De que adianta manifestarmo-nos por uma justa avaliação se cedo a cegueira dos *flashes* das *kodak* e a apologia historicista nos remetem para a condição mais ingrata que é a *voz-off*?

A teoria parece-nos sempre bem mais fácil, mais completa e assertiva, mas na prática retrocede-se e, o que acontece é um pouco, ou demasiado, atrevo-me a dizer, o que Lefebvre<sup>51</sup> relata nas páginas de *The Space of Architects* incluídas no livro *The Production of Space*, a qual me recuso a não transcrever aqui por resumir de certa forma tudo o que foi dito anteriormente e impõe este mais recente desassossego.

*“Cases are legion where the empirical approach to a given process refuses to carry its description to a conceptual level where a dialectical (conflictual) dynamic is likely to emerge. For example, countries in the throes of rapid development blithely destroy historic spaces. (...) If advantage or profit is to be found in it,*

47. Gomes, Paulo V.; Rossa, Walter. *Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica* in *Relatório do II Encontro Nacional de História da Arquitectura*. 1994, pág.5

48. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.238

49. *Ibidem*, pág.9

50. *Ibidem*, pág.252

51. Henri Lefebvre foi um importante filósofo marxista e sociólogo francês do século XX, cujas obras literárias *Le Droit à la Ville* (1969) e *La Révolution Urbaine* (1970) e *The Production of Space* (1974) analisam a influência do sistema económico capitalista no espaço urbano com base na necessidade do poder industrial modelar a cidade de acordo com os seus interesses, mas sem excluir a influência de outros agentes sociais.

*then the old is swept away. Later, however, perhaps towards the end of the period of accelerated growth, these same countries are liable to discover how such spaces may be pressed into the service of cultural consumption, of 'culture itself', and the tourism and the leisure industries with their almost limitless prospects. When this happens, everything that they had so merrily demolished during the belle époque is re-constituted at great expense. Where destruction has not been complete, 'renovation' becomes the order of the day, or imitation, or replication, or neo this or neo-that. In any case, what had been annihilated in the earlier frenzy of growth now becomes an object of adoration. And former objects of utility now pass for rare and precious works of art.*

*Let us for a moment consider the space of architecture and of architects (...) he receives his assignment and deals with it in complete freedom.*

*That is not what actually happens, however. (...) This space has nothing innocent about it: it answers to particular tactics and strategies; it is, quite simply, the space of the dominant mode of production, and hence the space of capitalism, governed by the bourgeoisie.”<sup>52</sup>*

Esta visão traduz o pensamento marxista de um dos maiores teóricos da urbanização contemporânea acordado nas teses ideológicas da sociedade e admite-lhe responder às questões anteriores de forma pragmática: a política governamental.

E isto não é propriamente surpresa. Anos antes da declaração de Lefebvre em 1974 já Aldo Rossi defendia em 1966 que “configuração actual de uma grande cidade será como que o resultado da sobreposição da obra de certos partidos, de certas personalidades, de certos soberanos”<sup>53</sup>, que “a política, de facto, constitui o problema das opções. Quem, em última instância, escolhe a imagem de uma cidade? A própria cidade, mas sempre e somente através das suas instituições políticas (...) tudo aquilo que se acumula é sinal de progresso; mas isto não impede que existam diversas avaliações deste progresso.”<sup>54</sup> Consequentemente,

*“A cidade é constituída pela repetição de pequenas unidades que asseguram o tecido contínuo, do qual pontualmente emergem as grandes estruturas institucionais. Sempre me espantou, em Lisboa, o contraste entre o tecido fragmentado e quase cubista, influenciado pela cultura árabe, e as grandes construções, os grandes palácios. Este duplo registo determina a intensidade da expressão arquitectónica. Não existe monumento imponente na cidade sem a continuidade anónima de múltiplas construções (...) E, contudo, na evolução da cidade, a perda deste sentido do papel de cada construção está nos olhos de todos. A generalizada ambição de protagonismo torna por isso impossível qualquer forma de protagonismo.”<sup>55</sup>*

Sobrecarregada de protagonistas vazios, como se depreende pela afirmação de Siza Vieira, é o limiar da realidade urbana contemporânea do *extreme make-over*, em que o entendimento da Arquitectura e da hierarquização ou avaliação do património foi afastado dissimuladamente da realidade dos contrastes, do conflito, da hibridez e anonimato das formas, deste “duplo registo” que encanta Siza, a partir do

52. Lefebvre, Henri. *The Production of Space* in Leach, Neil. *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. 2002, pág.143-144

53. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.207 (primeira edição de 1966)

54. *Ibidem*, pág.241

55. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.97

momento em que se ignorou que para além de uma ideologia estilística a cidade existente subsistia e concertava-se pelas falhas, pela fealdade, pelo quotidiano sem graça, pela genealogia das formas da massa e do espaço além historicismos.

Se como se depreende pelos autores supracitados a cidade não é mais democrática porque não é desenhada pela urbanidade, “la escritura de la ciudad puede resultar indescifrable y defectuosa, pero eso no significa que no haya escritura; puede que simplemente sea que nosotros hemos creado un nuevo analfabetismo, una nueva ceguera.”<sup>56</sup>

E é própria bulimia governamental que alimenta e cega o palimpsesto arquitectónico que traduz esse analfabetismo, reduzindo as cidades a parques temáticos de celebração da nação pelo disfarce historicista narcotizante e mania patrimonial enquanto máscara, onde tudo se importa, tudo se grava, tudo se recicla, tudo se reaviva, tudo é descrição de um protagonista vazio na promoção falaciosa da glória do lugar.

É o fascínio pelo *retro*, o revivalismo a granel pelas leis do fetichismo num desaparecimento da cidade consolidada de hoje na tentativa do aparecimento do arquivo. A reacção a este enaltecimento aconteceu nesta sobredeterminação louca das referências. Da hipertelia dos objectos na busca de valor no mais pequeno pormenor, na hiper significação do signo mais ínfimo perante a corrosão secreta de todos os sistemas obesos da comunicação, da informação, da produção, da destruição, há muito ultrapassados nos limites do seu valor de uso na vertiginosa escalada fantasmática das finalidades.

Quase uma histeria inversa ao sentimento de nostalgia se assumiu esta procura obsessiva da origem, da autenticidade génese patrimonial, na qual a hipertrofia da investigação histórica se gerou no delírio de tudo explicar, de tudo imputar, de tudo referenciar, de tudo catalogar e de tudo expor, assente no extremo do populismo. Iniciando não só a liquidificação de todos os referenciais reais mas, pior ainda, a ressurreição artificial e dúctil dos sistemas de signos que oferece a todos a mesma equivalência. Por isso, mais alarmante que a colagem ou a imitação singular dos elementos patrimoniais foi a combinação que se fez circunscrita à sinalética do lugar, que partindo de uma estrutura existente, monumento ou estrutura feita para ser monumento, tomou de assalto toda a área envolvente.

Esta tese de “cidade monumento” tinha sido já indiciada, como referido no subcapítulo anterior, por John Ruskin, Camille Sitte e Gustavo Giovannoni. Contudo o reconhecimento pretendido pelos autores não era este. E o último, que foi mais além na teoria e mais insistente na ideia de que “uma cidade histórica constitui em si um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspecto paisagístico, quer ainda pelo carácter das suas vias e pelo conjunto dos seus edifícios maiores e menores”<sup>57</sup>, tinha uma intenção bastate precisa que promulgava a salvaguarda destes espaços pelo seu digno valor. Mas a leitura não foi sistematicamente tão linear e cedo se desfez esta vontade pelo corrompimento detractor e pelo deslumbramento mitológico estatal.

Uma avaliação à Arquitectura das super-estruturas enquanto monumentos contemporâneos capazes de consolidar áreas balizadas por vazios urbanos é explanatória desta mesma realidade de alargamento do

56. Koolhaas, Rem. *La Ciudad Genérica*. 1997, pág.27

57. Giovannoni, Gustavo. in Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.150

mito ao território, no qual o exemplo francês não foge à regra. Paremos um pouco sobre o efeito Beaubourg.

O Centro Nacional d'Arte e Cultura Georges Pompidou, construído em 1977 sobre a autoria dos arquitetos Renzo Piano, Richard Rogers e Gianfranco Franchini, parte da vontade original do Presidente Georges Pompidou em criar uma instituição cultural convidativa “dans un bâtiment à l'architecture emblématique du XXe siècle”<sup>58</sup>, bem no coração de Paris [fig.8 e 9] reunindo, em si as artes visuais, o teatro, a música, o cinema e a literatura. Ainda hoje, o Centre Pompidou, recebe cerca de 7 milhões de pessoas por ano, tornando-se em paralelo à Torre Eiffel uma das maiores atrações de França e um sucesso projectual no preenchimento de vazios dentro de áreas consolidadas, não só pela massa de pessoas que atrai, mas mais ainda pela novidade e expressão das suas fachadas bem ao estilo da arquitectura metálica dos anos 60, que parecem lembrar um edifício da Bauhaus virado do avesso, onde sem constrangimentos se expõe cruamente a estrutura nos fluxos de mobilidade e de cor, assumindo-os a animação do espaço onde se enraizou [fig.10].

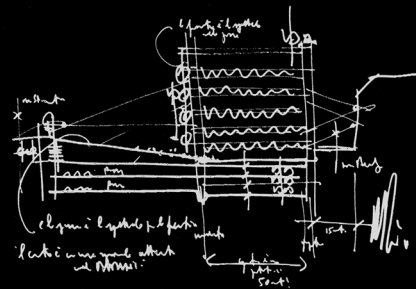
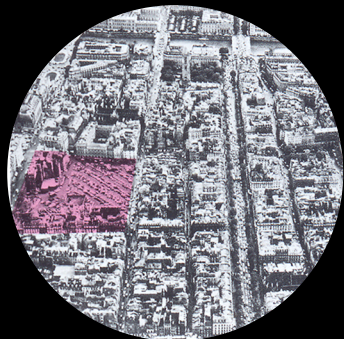
Contudo, a obra homónima do poder político da altura não deixa de ser curiosa tanto pelo seu nome, quanto mais pelo seu efeito... De facto, o Centre Georges Pompidou actua como um enigma, uma carga de signos e de circuitos que desvia para si toda a atenção do transeunte e do visitante, agindo como uma incineradora do espaço envolvente, entregue por sua vez a limpeza de fachada, desinfecção, design snob e higiénico, um tratamento de verniz que antes de servir as construções ou o espaço urbano, serve a dignificação do novo ícone, da sua nova imagem. E isto não deixa de ser conflitual. O que foi criado para suprimir um vazio é o em si um catalisador de vazio porque símbolo espectacular de dissuasão política que volta para si toda a atenção, e toda a concepção do património urbanístico envolvente, ao qual é entregue uma posição secundária na percepção e uso do espaço, periferia esquecida ou pano de cenário que apresenta a nova diva. Tudo se resolve em função dela, tudo se dignifica em função dela. E à volta, as marcas do desprezo começam a surgir [fig.11 e 12].

O mais anestesiante, atrevo-me a considerá-lo assim, é a exposição e o jogo de contrastes entre o real e o imaginário que se desenha aqui [fig.13]. Ambos exploram de forma virtuosa a capacidade de permanência destes espaços e a relação de “autenticidade” que se mantêm com eles e que os protegem, mantendo-os presos a uma ideologia concentrada num só edifício que se tornou monumento. O acriticismo e niilismo que se introduziu pela saturação da imagem fomentada não permitem mais uma especulação disciplinar, tornando-se factores de complacência a uma das maiores problemáticas urbanas.

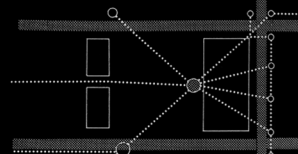
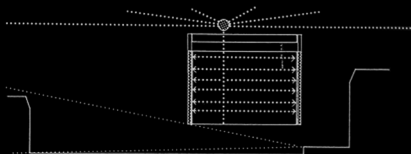
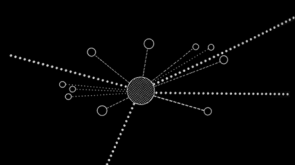
Fundamentalmente, a tese de Giovannoni foi bem manipulada, quando a cidade se encontra num impasse e o monumento original nem sempre existe, recorre-se à construção de algo que à partida se irá constituir o monumento da zona, aglutinando as preexistencialidades e justificando o porquê da salvaguarda e da dignificação de todo o espaço.

58. <http://www.centrepompidou.fr/pompidou/Communication.nsf/0/88D31BDB4FE7AB60C1256D970053FA6F?OpenDocument&sessionM=9.1&L=2>, consultado a 5 de Agosto de 2008





[fig.8 e fig.9] A implantação decorreu num vazio entre a malha gótica de Paris, perto do bairro de Le Marais. A nova praça foi assumida desde o início parte integral do projecto.



[fig.10] Extractos do relatório de apoio ao projecto ilustram o conceito intrínseco ao Beaubourg como um centro de informação ligado a todos os outros dispersos em França e além...



[fig.11 e 12] Concebido como um radical edifício de ruas e telas publicitárias, duas layers de fachada mergulham na praça, suportando metalicamente uma série de pisos de paredes translúcidas que prevêm um constante movimento do corpo edificado. As torres de refrigeração e os elementos verticais foram alinhados com as ruas adjacentes por forma a criarem uma imagem urbana contrastante e surpreendente no contexto existente.



[fig.13] A praça tornou-se um dos mais frequentados espaços em Paris, e a multidão flui dentro e fora do Centro, absorvendo-a como um elemento espontâneo, sempre em alteração, com uma vida muito própria. Uma mostra de teatro urbano.

fig.8 a 13. Richard Rogers, *Centre Georges Pompidou* in Powell, Kenneth. *Richard Rogers: complete works volume one* (1994).

*“Toda a vida das sociedades regidas pelas condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espectáculos. Tudo o que era antes vivido directamente, tornou-se mera representação.”*<sup>59</sup>

Guy Debord foi um dos primeiros críticos a reconhecer e a assinalar esta obsessão emergente pela imagem da simulação desde a época de 1960, cujo manifesto assume que na *sociedade do espectáculo*<sup>60</sup> a abundância de signos visuais corrompe a contextualização do indivíduo perante a totalidade do espaço, apresentando a cidade não como amálgama de acontecimentos e materializações relativas às dinâmicas intrínsecas do corpo urbano e social mas antes, transforma a morfologia do lugar em corredor e a arquitectura como obra prima, dissecando os valores intangíveis a um único sentido, a cultura do território enquanto experiência ou identidade paralela ao efeito verniz de Beaubourg.

Ao esvair-se de significado real ou original os elementos e a própria urbanidade destes espaços, subtrai-se e chega-se mesmo a negar uma possível inclusão de Arquitectura cujo compromisso não se prenda com este lado estético delirante, no qual os próprios arquitectos, ao que parece, são particularmente susceptíveis, emergindo-se o medo à razão da acção numa complacência não correlativa com a operacionalidade arquitectónica. E a sedução da imagem funciona assim, na mediação da apologia governamental e a emergência calada dos arquitectos e urbanistas, fechando-se e renegando a condição urbana da cidade consolidada à contemporaneidade complexa sobre uma paródia de monumentalidade local. Um incremento de ubiquidade organizada e suportada por sistemas culturais não explícitos, contudo decisivos na hora de estabelecer as relações dominantes entre os objectos e as actividades de turismo e de ócio a que se dirigem, bem como a forma de vê-los e apreciá-los.

*“O grande acontecimento deste período, o grande traumatismo é esta agonia dos referenciais fortes, a agonia do real e do racional que abre portas para uma era da simulação. Enquanto tantas gerações e singularmente a última, viveram na peugada da história, na perspectiva, eufórica ou catastrófica, de uma revolução – hoje tem-se a impressão de que a história se retirou, deixando atrás de si uma nebulosa indiferente, atravessada por fluxos (?), mas esvaziada das suas referências. É neste vazio que refluem os fantasmas de uma história passada, a panóplia dos acontecimentos, das ideologias, das modas retro.”*<sup>61</sup>

Em resultado sobressai o estigma da cidade de sedução agora presa a uma temporalidade anacrónica de iconografias vazias, promovendo a alienação do olhar já enternecido por uma cultura de imagem de pitoresco ou surpreendentemente espectacular, em que cada pedra inerte seduz porque dita uma história sagrada, em que cada esquina esconde um qualquer segredo misterioso cujo subconsciente assume como parte de um momento contemplativo. São as cidades do romance, pelo romance. Verdadeiros relicários e poços de simulação revoltos em arquitecturas publicitárias, placas de identificação de lugar, símbolos tradicionais. Excluem estendais com roupa de hoje nas fachadas de ontem ou até rampas de acesso local que permitam deslizar as rodas de um carrinho de bebé no traçado medieval em pedra roliça e desgasta, a

59. Debord, Guy. *A Sociedade do Espectáculo*. 1972, pág.12

60. Plágio de *A Sociedade do Espectáculo*, livro de Guy Debord publicado pela primeira vez em 1967, cuja obra é uma crítica construtiva ao marxismo e à corrente materialista dialéctica.

61. Baudrillard, Jean. *Simulacros e Simulação*. 1981, pág.60

imagem da história não é essa... é o envelope arquitectónico depurado a degradar-se se possível, coberto de heras e um painel de mosaicos com a datação do edifício, o traçado tortuoso desconfortável aos novos passos. Tudo se manipula, tudo se conserva hermeticamente dentro de uma redoma de vidro para que se torne intacto, delimitando-se o espaço à imagem fiel do que foi antes a cidade ou então erguendo-se novos monumentos que justifiquem este limite.

São as cidades erguidas sobre a história, para a história, feita de histórias que não são as de hoje, antes “pilares” culturais desfasados da realidade convertidos em suportes da história de arte, da experiência estética, das arquitecturas áureas, em guias canónicos do turismo organizado numa visão ortodoxa dos objectos.

No entanto... a vida continua no espaço imediatamente envolvente, mas sem balbúrdia para não disturbar!

*“Os seres humanos, à semelhança de muitos animais, ficam paralisados ao confrontarem-se com situações de ameaça à sua vida. O próprio fenómeno de paralisação – em que adoptamos uma postura inanimada – corresponde a um mecanismo de simulação da morte para garantir a sobrevivência. Ao fingir-se inerte, qualquer criatura tenta camuflar-se e confundir-se com o que a rodeia, como se fosse invisível.”<sup>62</sup>*

Neil Leach<sup>63</sup>, para quem a metrópole urbana se confunde e se escraviza diariamente pelo mito numa espécie de mundo de sonho narcótico, segue os passos de Debord e abre a temática sobre a espécie de dormência com a qual a produção cultural progressivamente envolveu a Arquitectura e a sociedade. Alertando para a teorização da estetização da política que age sobre uma corrupção latente ao próprio fenómeno do consumo e da estética da imagem com o objectivo de disfarçar a sua inacção face à resolução dos problemas nos tecidos consolidados, transformando-os dissimuladamente em espectáculos embriagantes e abstracções estéticas caleidoscópicas de forma a iludir e substituir as preocupações éticas sociais por deleites estéticos. Por conseguinte, a tese do autor é peremptória quando afirma que “a insensibilidade de um ditador que força uma estrada através de um bairro densamente habitado, pouco preocupado com as consequências sociais e políticas, é muitas vezes equiparável à insensibilidade de um arquitecto que se envolve num peculiar jogo de poder mediante o recurso indirecto a modelos arquitectónicos.”<sup>64</sup>

Uma vez que posta a panóplia de simulações, a absorção dos impulsos fragmentados e irregulares que constituem o saco de história do património urbanístico encontram um extasiante efeito psicológico no indivíduo e no responsável do espaço: a alienação. Assim, o estado de perplexidade com que interpretamos a cidade consolidada ganha por isso um velho sedentarismo: a inércia, porque conformando-nos a uma postura defensiva, boquiaberta num verdadeiro marasmo crescente na aceitação do mediatismo das imagens, consentiu-se a progressiva obsolescência do espaço na falta de intervenção ou sequer manifesto à adaptação da instantaneidade compulsiva das dinâmicas contemporâneas.

62. Leach, Neil. *A Anestésica da Arquitectura*. 2005, pág.76

63. Neil Leach, autor do livro *A Anestésica da Arquitectura* publicado a primeira vez em 1999, é arquitecto e teórico inserido no debate contemporâneo em filosofia e teoria cultural. Repercussivo de Guy Debord, Jean Baudrillard e Walter Benjamin, procura dar ao mundo uma visão de pensamento europeu acerca da questão da imagem, desenvolvendo uma crítica incisiva às consequências da crescente preocupação com as imagens e a sua produção na cultura arquitectónica contemporânea.

64. Leach, Neil. *A Anestésica da Arquitectura*. 2005, pág.53

Deste estado de transe social responde um estado soporífico urbano referido por Leach e resgatado no princípio mimético das teorias da *flânerie* de Walter Benjamim, no qual a Arquitectura e Urbanismo se tornam operações estanques, porque frutos proibidos de uma estetização que apenas gira em torno de um entorpecimento. A esta paragem em contemplação na indiferença que se reclama *suis generis*, proliferam os fenómenos de inacção. A hipertelia sugere-nos um sentimento ao qual é aparentemente impossível regredir, desacelerar ou afrouxar.

É uma ideia que não deixa de ser penosa, um *flash* de razão que se sobrepõe ao tempo que mantemos inalterado na história do lugar, que reconhecemos não real, mas que não nos desgarrar desta simulação tão fantástica. E de novo a dúvida, porque espécie de milagre de um tempo anterior e já desgasto poderíamos estancar a sua imagem afim de sustentar a sua desapareição quando o colapso histórico já sucedeu pelo esvaziamento e volatilização do real, acabando ele mesmo por cair no vazio cultural que teimosamente parecia convencido a debater?

No limite talvez seja esta a nossa sugestão “actual de trágico, desde que a aceleração se tornou a nossa condição banal (...) Esta espécie de jogo dos sistemas à volta do ponto de inércia (...) da deiscência e dos objectos fractais, aquela onde placas imensas, bocados inteiros deslizam uns sobre os outros e produzem intensos tremores superficiais (...) a deiscência das coisas mais consolidadas, o tremor das coisas que se apertam, que se contraem sobre o seu vazio”<sup>65</sup>, dado que “a saturação da imagem fomenta, por conseguinte, uma aceitação acrítica da mesma. Saturação, embriaguez, complacência”<sup>66</sup>, transportando consigo o sentido de cidade consolidada, de Arquitectura e de património.

É novamente o crime perfeito da cidade da sedução do século XX, a cura pela morte no vazio da imagem que considerava glória, atingindo consequentemente o grau zero da substância cultural, espalhando pelo território uma ou outra Las Vegas, mas histórica.

Exemplo desta inércia revolvida pela mediatização do que é património histórico sedutor, é a cidade de Coimbra e o Concurso para o Projecto de Cobertura das Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz. Lançado em 2006 pela própria Câmara Municipal de Coimbra, mostrando-se rebelde na integração de um elemento novo que para muitos destabilizador do carácter coeso e tradicional da cidade, o desafio cedo se desmoronou na própria detracção de quem o promoveu.

Independentemente de qual fosse o projecto vencedor, a proposta relançaria a *Zona Histórica* da cidade à apropriação contemporânea, permitindo ser percorrida e reutilizada, que para além de manter a função original comercial, quiçá traria de novo população activa e residente à Baixa esvaziada.

Após a selecção de cinco equipas de arquitectos, a Câmara Municipal de Coimbra cessou o concurso, justificando que a intervenção assumia “um protagonismo que pode comprometer a preservação e a leitura do património existente, podendo levar à descaracterização da área pretensamente a valorizar.”<sup>67</sup> Considerou-se desde a partida ser um atentado ao património urbano preexistente que materializa as ruas supracitadas. E o encerramento do concurso revelou a inércia e a complacência da gestão quando em confronto com acções complexas e possivelmente conflituais.

65. Baudrillard, Jean. *As Estratégias Fatais*. 1990, pág.19-20

66. Leach, Neil. *A Anestésia da Arquitectura*. 2005, pág.99

67. Câmara Municipal de Coimbra in Soalheiro, José; Castro, Teresa; Infantes, Cralos. *A Propósito de um Projecto – Concurso para o Projecto de Cobertura das Ruas F. Borges e V. da Luz* in *Revista Arquitectura Ibérica*# 21. 2007, pág. 26

No mínimo desconcertante e paradoxal, mas não deixa de ser de certa forma irónico e por isso importante reflectir. O que nasceu de uma política de desenvolvimento interessada na reconsolidação do palco histórico, desfez-se numa política de contenção por respeito ou se quisermos ser mais mordazes, despeito à realidade.

Se insistirmos o quanto é perturbador pensar que o suporte da civilização possa ser confinado à inércia, à inacção política por sedução ou temeridade, a monotonia que assola estes espaços no mínimo inquieta uma vez que “não procuramos uma correspondência unívoca absoluta entre a forma e a sociedade; não queremos viver num aquário de peixes dourados; seríamos esmagados por uma multiplicidade de sinais evocativos.”<sup>68</sup>

O que resta então à nossa cidade consolidada? Que é feito desse património urbanístico que ousámos um dia congelar para nossa volúpia? Sobrevalorização? Simulação? Abandono? Esquecimento? Sim... se somente o interpretarmos como resquício de cenário teatral, reminiscência de uma realidade já perdida, resumido a desfechos descritos num ensaio da peça de Rem Koolhaas:

*“A city somewhere in the Holy Land. Market Scene: from left to right extras cloaked in colourful rags, furs, silken robes walk into the frame yelling, gesticulating, rolling their eyes, starting fights, laughing, scratching their beards, hairpieces dripping with glue, thronging toward the centre off the image waving sticks, fists, overtuning stalls, trampling animals ... Now switch off the sound – silence, a welcome relief – and reverse the film. The now mute but still visibly agitated men and women stumble backward; the viewer no longer registers only humans but begins to note spaces between them. The centre empties; the last shadows evacuate the rectangle of the picture frame, ... Silence is now reinforced by emptiness: ... Relief ... It’s over. That is the story of the city. The city is no longer. We can leave the theatre now.”<sup>69</sup>*

## **Património Urbanístico e os Tempos da Forma**

O resíduo avassalador que caracteriza a cidade consolidada numa visão idealista do seu património oferece no reduto uma exploração delimitada e uma leitura descontínua do espaço urbano existente, uma vez que o estanca a uma só época, a uma só terminologia e morfologia urbanas, a um só idealismo que recusa simultaneamente a condição contemporânea que a cidade realmente tem e com a qual todos os dias se transforma, progride e resiste. Nesse sentido, assumindo-se património urbanístico espólio de leitura global, não deveria constituir-se a hipótese a partir da qual se compara, distingue e interpreta a cidade desde a sua formação até à data do agora, até ao momento da sua consubstanciação matricial na diversidade dos pedaços de tecido urbano que a compõem?

*“Não existe começo e nada é completamente reversível. A flecha do tempo voa numa direcção. Os locais guardam as cicatrizes de cada reciclagem.”<sup>70</sup>*

68. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.138

69. O.M.A.;Koolhaas, Rem; Mau, Bruce. *S,M,L,XL: small, medium, large, extra-large*. 1995, pág.1264

70. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.164

A questão que agora apresento relata sobre os tempos da forma. De quantos momentos é feito este corpo visto o tempo ser a flecha irreversível, de quantas cicatrizes é caracterizado, como interpretá-las? Porque seguramente e, em oposição parcial à frase citada, tudo um dia teve um começo, uma origem, nem que por mais difícil seja estabelecer onde realmente se deu esse início, nem que de ideia ou utopia não tenha passado. Já o seu desenvolvimento é verdade plena de tudo ser sempre gradual, com diversos recuos e avanços nas aprendizagens de erro, mas gradual, o tempo é vector linear.

Então, o tempo é um dispositivo de intervenção na forma e imagem, talvez o maior interveniente das dinâmicas das mesmas, daí protagonista da cidade. Uma força motriz da genealogia dos elementos, um promotor da acção e da continuidade, da transformação que solidifica os palcos urbanos, desfigurando a exposição analítica de que a cidade se constitui por desígnios absolutos ou mesmo como um corpo imutável inscrito numa só *layer*. Será, tendo em conta este vector, uma lacuna grave interpretar a cidade por estagnação ideológica dos referenciais já cristalizados do património urbanístico, os quais afinal respondem a uma topografia sobre a qual se constrói o espaço que reciprocamente estrutura a topografia original e que num permanente diálogo, constituem a Arquitectura e a ordem da cidade.

A temporalidade, ou melhor, as temporalidades que envolvem a sedimentação do metafórico habitáculo humano não podem ser excluídas das premissas de abordagem, não seria à partida congruente com a própria designação de “cidade consolidada” que por si só remete para uma acumulação de sedimentos onde cidade não responde a um só tempo definitivo porque resulta da combinação de variadas acções, agentes e resoluções, jamais inscritas num só empírico hiato cronológico. A realidade é mais que uma e menos do que muitas.

Segundo este princípio a cidade assemelha-se a uma forma pulsante num acto de envolvimento entre suporte e urbanidade, entre reconfiguração da forma e indeterminação da mesma, um ficheiro generativo e progressivo na ordem de preenchimento de tempos fraccionais numa explosão de Arquitectura e corpos sem conta, que a transformam numa espécie de bolo mil folhas, em que cada camada contém escrito um momento. A primeira refere-se ao espaço geográfico, ao território ao qual se sobrepõe o primeiro desenho feito na segunda camada, a matriz de encontro entre chão e urbanidade, a cicatriz primitiva do plano da urbe. Depois a terceira, a quarta, a quinta... sucessivamente no desenrolar do tempo conforme o acto consciente ou caprichoso de habitar e de urbanizar, incidindo no território a História, a Cultura e a Forma urbanas.

A análise do corpo urbano expõe-se por isso na continuidade ditada pela complexidade, pela diversidade e pela diferença ou semelhança decorrentes dos tempos da cidade. Entre o que se mantém perene e o que se dissolve efémero, permitindo ler o todo pelas partes, pela morfologia urbana. Pois pelo tempo, a cidade não só se sobrepõe, também se preenche e gera vazios, destrói o que existe e reconstrói. E o modelo descortina-se desde a sua fundação até ao mais alto ponto vertical por contraposição do seu padrão de elementos urbanos num processo de lógica baseado na permanente interacção entre morfologia e tipologia.

Curiosamente, um exercício de interpretação morfológica simples pode passar pela investigação do perfil de uma cidade, revelando por contraste, como jogo de “descubra as diferenças”, se um edifício se subtrai ou acrescenta, se diminui em altura ou aumenta, se uma rua é rasgada ou eliminada, se a cidade se alargou ou encolheu, se um vazio se criou ou preencheu. Mantendo o mesmo método de corte, mas só com um registo, é também possível inferir a temporalidade e a forma da cidade pela tipologia do vazio. Percepcionando os fenómenos que ocorrem pelas convulsões e variedades segundo uma leitura em que os vazios por um lado se apresentam regrados e domesticados pelos elementos urbanos geometrizados e de repente, ao entrar a cidade na contemporaneidade, o padrão começa a desaparecer porque exposto por elementos dispersos. Mas a máquina urbana não deve ser entendida somente pelo seu *skyline*. O mesmo não é suficiente para caracterizar o desenho urbanístico que rege a Arquitectura e o qual está impresso no chão, marcado por dinâmicas topológicas também elas reveladoras da morfologia urbana. E talvez, por incrível que pareça, o método mais eficaz e coerente de ler as alterações que ocorrem pelas vicissitudes do tempo. Porque facilmente se suprime um edifício ou um quarteirão inteiro sem destruir as fronteiras de lote, inserindo-se um novo exactamente com o mesmo tipo arquitectónico e, nesse caso, a nova forma não dita essa mutação. Contudo, se a mesma ocorrer nos limites de parcelamento, a ressonância será mais abrangente e bem mais notória, porque muito mais incisiva na performance da morfologia urbana quando rasga o tecido imprimindo-lhe uma cicatriz.

*“A morfologia é hoje lida como um dos registos naturais e mais fiáveis da história da civilidade humana. Para mim é mesmo o mais infalível!”<sup>71</sup>*

A morfologia, sendo o quadro mais fiel da mutabilidade da cidade, deve corresponder a um exercício em duas frentes. Apoiado na arquitectura enquanto construção, fachada volumétrica assente no solo e as leis do urbanismo, a marca cadastral, o desenho que projecta a materialização volumétrica. Introduzindo dois protagonistas de análise à forma, um de cariz tridimensional e um mais próximo do bidimensional, supondo sempre um diálogo entre as partes porque delas conclui este mesmo corpo. Entre as definições e disposições morfológicas propostas, sinteticamente digamos, pela casa e pela rua. Por isso, à análise arquitectónica anexa-se uma teoria de análise geográfica. Resultante da mútua correspondência que procura nas particularidades do património urbanístico o sentido da forma, o registo natural e histórico.

A problemática desta dimensão ganha por conseguinte um novo entendimento, uma nova combinação de espaço a partir do momento em que a noção hierárquica da forma se desenha pelo desenrolar inevitável do tempo, onde o ideal historicista enraizado na Arquitectura enquanto transmissor semiótico perde voz em prol de um entendimento bem mais amplo, bem mais conflituoso e designadamente complexo da teoria do espaço urbano enquanto estrutura diferencial, multidisciplinar e plural. É o eco directo das teorias de espaço avançadas por Nietzsche e Lefebvre segundo a experiência da urbanização. Remodelando e colonizando na simultaneidade linear. Em que tudo é possível de se transformar, se destruir e se reciclar. Mas esta integração da análise urbana tendo em conta a geografia do lugar e as leis do planeamento urbanístico nem sempre foi considerada.

71. Rossa, Walter. *Fomos condenados à cidade: tópicos de reflexão sobre um conceito em transição* in Santana, Paula. *A Cidade e a Saúde*. 2007, pág.20

*“Il nous a fallu incriminer l’urbanisme lui-même, dans son double aspect: idéologie et institution, représentation et volonté, pression et répression, établissement d’un espace répressif représenté comme objectif, scientifique, neutre.*

*Il est évident que cette explication, nécessaire sans doute, ne suffit pas. Ce n’est qu’un élément d’explication ou d’interprétation d’un fait paradoxal parmi tant de paradoxes.”<sup>72</sup>*

Talvez por aqui se entenda quantas vezes o Urbanismo foi “deixado de lado” nas análises à forma da urbe. Comporta uma série de elementos mais complexos e paradoxais como sugere Lefebvre. Para além disso influi também o intervalo de 400 anos que se interpõe entre a invenção de monumento histórico e cidade histórica, cujo interregno dilatou a integração patrimonial do território e da paisagem enquanto elementos de análise e muito contribuiu para a dualidade Arquitectura/Urbanismo. De facto, “numerosos factores contribuíram para retardar, simultaneamente, a objectivação e a historização do espaço urbano: por um lado a sua escala, a sua complexidade, a longa duração da mentalidade que identificava a cidade com um nome, uma comunidade, uma genealogia e uma história (...) conta-se ainda a ausência de cadastros e de documentos cartográficos fiáveis (...) relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo dos tempos”<sup>73</sup>. Este desfasamento acrescenta assim um corte no entendimento comunicativo entre as duas disciplinas, separando Arquitectura e Urbanismo, definindo-as duas metodologias urbanas autónomas.

Contudo, como visto anteriormente, Arquitectura só ganha sentido operacional quando dinamiza um projecto de planeamento, só tem essência e validade quando a correspondência solo/construção/pessoa é sustentável e útil. Logo, a urbanística é crucial uma vez que rege desde o primeiro esboço toda uma teoria de espaço e de relacionamento entre as partes que se constitui a matriz do projecto arquitectónico, interpondo-se o Urbanismo o método directivo, o apoio à criação artística, a tese por detrás do ordenamento físico do território. Posto isto, quando se fala em abordagem à morfologia urbana segundo a análise da Arquitectura, pressupõe-se sempre a metodologia urbanística que subjaz a sua definição, num sincronismo análise/planeamento/ projecto/construção que se insinua sobre a paisagem urbana.

Mas à falta de uma interpretação conjunta destas duas disciplinas a identificação diferencial de cada marca do tempo tem sido comumente vista como mais acessível pelo volume arquitectónico que pelos traços que o contextualiza. Onde “as diferentes casas construídas, retratando diferentes épocas, necessidades e objectivos, são a matriz dessa complexidade e surpresa que só a cidade nos consegue oferecer”<sup>74</sup>. Ocorrendo a análise da forma pela fachada semiótica ou pelo tipo com que se projectou o edifício.

Paralelamente, a designação temporal ou funcional da zona destaca-se pelo conjunto arquitectónico que a constrói, tanto mais se este estiver todo sobre a mesma linguagem. A especificidade da área passa então a ser expressa pelo elemento arquitectónico, espelho e imagem do tempo ou do uso.

Ao que foi supracitado e servindo-me ainda de Lefebvre, “le sémiologue décria les systèmes symboliques et les signes qui environnent les individus et les groupes (...) En fait, il s’agit d’une image empruntée à la de-

72. Lefebvre, Henri. *La Révolution Urbaine*. 1970, pág.239

73. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.192

74. Dias, Manuel G. *Manual das Cidades*. 2006, pág.46



scription oecologique et morphologique, c'est a dire limitée, que l'on étend démesurément parce qu'elle est facile, et maliable"<sup>75</sup>. Por isso é curioso pensar que um elemento estático e designativo pela robustez, pela idade ou estética da sua fachada, pela permanência maior que tem para além de nós, ou pelo seu tipo, por si só possa ser reflexo congruente de um espaço de cidade, quando a Arquitectura é tão volátil quanto o quer o ser humano e por definição, a imagem da cidade também o é. Mesmo que se reclame uma assertiva contextualização da Arquitectura num determinado espaço ou tempo, enquanto criação parte exactamente da modelação da sua forma e imagem em arte. E quantas vezes o Pós-modernismo não reproduziu cópias arquitectónicas em interregnos de tempo não correlativos?

A morfologia da cidade não pode depender só desta apreciação demasiadas vezes adulterada. E não pretendo dizer que exista uma estratégia correcta ou se quer definitivamente completa de analisar o desenvolvimento urbano. Mas mantendo fora historicismos retóricos e falácias urbanas, a análise geográfica da morfologia urbana constitui-se realmente a aproximação mais honesta à realidade. Porque acede à História urbana por contraste e confirmação no jogo do património urbanístico entendido à luz da Arquitectura com o Urbanismo.

Na cidade nada se exclui, ao invés se integra, logo as malhas das novas escalas dominantes estão assim estratificadas sobre as malhas do passado, informando como se geram estas novas escalas e complexidades. Por malha, refiro-me à estrutura espacial das relações entre os diversos usos do solo, ao modo como os diferentes elementos de um aglomerado populacional se misturam no espaço. E decorrentemente, a interpelação ao património urbanístico faz-se não só por tipologia arquitectónica mas também pelo padrão cadastral resultante das cicatrizes do solo. Uma prototipagem metafórica que em combinação aos modelos antigos torna explícita uma característica espacial ou textura interna correspondente aos sistemas de acesso ou mesmo de densidade e disposição, esclarecendo as características espaciais da cidade por transição abrupta, gradual ou disforme segundo fenómenos de segregação, integração, diversidade, pureza, utilização mista do solo ou agrupamento. Nesta perspectiva, a malha de uma cidade não se confunde com o que se entende por densidade, ao invés, é uma leitura fundamental da mesma. Permitindo aceder aos registos da tipologia estrutural de crescimento. Anuindo o modo de urbanização, parcelamento e edificação.

Tipologia arquitectónica e tipologia cadastral são portanto dois exercícios de abordagem à morfologia e paisagem urbanas. Ambos comparativos. Ambos capazes de identificar os tempos e as alterações de forma contínua pelas presenças e marcas do património urbanístico. Ainda que seja difícil interpretá-lo por categorias analíticas relativamente à função intrínseca, quando usados simultaneamente não ignoram que “os principais avanços da humanidade nunca alienaram conquistas anteriores, apenas as relativizaram”<sup>76</sup>, e por isso continuam a permitir incidir sobre os elementos um aprofundamento nas particularidades que demonstram fenómenos de similitude ou disparidade consequentes da heterogenia da vida da urbanidade pela forma, pelos estados de relação, disposição e de actividade, constituindo-os pontos de partida de toda a análise morfológica[fig.14 e 15].

75. Lefebvre, Henri. *La Révolution Urbaine*. 1970, pág.246

76. Rossa,Walter. *Fomos condenados à cidade: tópicos de reflexão sobre um conceito em transição* in Santana, Paula. *A Cidade e a Saúde*. 2007, pág.21



[fig.14]

Desenho da malha como Forma Urbana, de todas as infraestruturas de mobilidade da cidade de Amsterdão.



A



B

[fig.15]

A. Disposição formal tradicional do espaço urbano composto pelas edificações, linhas de parcelamento e volumes.

B. O espaço urbano expresso pelo “vazio”.

C. Infraestrutura como espaço: representação das infraestruturas de mobilidade como primeiro factor de análise do território.

D. Forma espacial urbana de hierarquias de movimento.



C



D

Partido das linhas do padrão cadastral da fig.14 é possível subentender diversas maneiras de ler a cidade como se infere pelos mapas propostos na fig.15.

As acepções que se retiram da tipologia cadastral revelam a estrutura espacial segundo os usos e ordenamento do solo. Em que as texturas de densidade, disposição e parcelamento permitem inferir a estrutura de crescimento ou os tipos de urbanização que ocorreram.

Neste caso, é possível inferir que a cidade partiu de uma zona central de grande concentração arquitectónica, lotes de parcelamento reduzidos e malha irregular, adivinhando-se por isso ter sido uma primeira fase de urbanização. Gradualmente, segundo linhas tenculares que partem do núcleo, inferem-se zonas radiais menos densas, de limites de parcelamento maiores e malha mais regular, indicando por contraposição, diferentes modos e fases de urbanização até ao ponto em que a malha se revela mais aberta, menos densa e de menor expressão corpórea. Segregada. Indiciando zonas posteriores e marginais de urbanização expressivas dos modelos de disposição da subúrbia.

Conclusivamente, a História do lugar ou de cada um dos elementos que constituem a esfera patrimonial não é retirada da análise. Isso seria tão grave quanto considerá-la una. Ao invés, abre-se uma nova perspectiva sobre o tema e encara-se a exclusão histórica incoerente quando o tipo de abordagem é genealógico. Assumindo-se as preexistencialidades enquanto componentes preponderantes à observação das mudanças que ocorreram e devem ocorrer sempre dentro da História da morfologia urbana, como uma primeira coluna vertebral, porque partes vitais do nosso presente e integrantes do tecido urbano, tomando-se mais do que uma mera selecção de formas historicistas, antes pesos pesados na determinação dos actos quotidianos segundo uma inversão dialéctica dos acontecimentos.

Encara-se então a morfologia urbana assente na Arquitectura na tripla extensão: tipológica, geográfica, cronológica.

Nesse caso, como pode apenas uma *layer* ou terminologia patrimonial conceber a produção total do corpo urbano hodierno se o espaço é definido pelo desígnio humano, sujeitando-se por conseguinte a um modelo de estratificação decorrente no tempo onde as fronteiras limítrofes se alargam e consigo transportam e sugerem toda uma nova miríade de património urbanístico?

*“The contemporary change in paradigms and the new idea in time, provide for a new ‘informal’ order, more elastic – based no longer upon compositions or positions, but rather upon dispositions, open to individual variations and therefore, to diversity, to a dynamic and plural articulation of information.”*<sup>77</sup>

Como expresso na frase anterior a cidade é um corpo plástico, não somente construído por composições mas igualmente na moção de fluxos. Pelas palavras do autor, infere-se que o mesmo corpo se expande e contrai, contamina-se, plasma-se, anexa-se. Assumindo que ao longo do tempo novas *layers* de movimento, novas formas de conexão infraestruturais se produziram e se impuseram e/ou anexaram. Coexistindo a forma preexistente e o seu reajuste ou alargamento. Neste parâmetro, para além de modelos urbanos assentes na estratificação ou sobreposição de placas, a realidade contemporânea incentiva um outro esquema de leitura morfológica, não apenas interpretado na verticalidade mas na horizontalidade, na justaposição. Um processo continuamente forçado e ordenado pelas múltiplas infraestruturas e redes que constituem e retransmitem a teoria do desenvolvimento e adaptabilidade, que mantendo o mesmo exercício anterior de padrão expressam peremptoriamente a cidade enquanto forma que se reinventa e reconstrói na retaguarda das estratificações e das redes também elas em construção, revisão ou reordenamento.

Já Kevin Lynch<sup>78</sup>, movido pela pragmática da aproximação da forma urbana à percepção, alegava esta situação quando abordou *A Imagem da Cidade* segundo resultado de uma rede de conexão configurada pela inter conectividade dos elementos. Pelas relações de acessibilidade em que de cada ponto específico

77. Guasa, Manuel. *The Metapolis Dictionary of Advanced Architecture: city technology in the information age* in Bruyns, Gerhard. *De-/signing the Urban: Technogenesis and the urban image*. 2006, pág 214

78. Urbanista de base estruturalista e autor literário (1918-1984), promoveu diversas contribuições no campo urbanístico através de pesquisas empíricas de como os indivíduos observam, percebem e transitam no espaço urbano. *A Imagem da Cidade* (1960) ou *A Boa Forma da Cidade* (1981) exploram a presença do tempo e da história nas cidades, bem como conceitos básicos de um bom design e planeamento urbanístico.

saía uma linha de ligação a um outro ponto específico e quantos mais pontos existissem na cidade, mais intrincada se tornaria a malha de relação, definindo um sistema infraestrutural que estabilizava os pontos específicos enquanto infraestruturas ou dispositivos não autónomos, mas relacionais. Da teoria e estudos de Lynch, infere-se que o palco urbano é estruturado não só por *nodes*, os quais se assume referência aos elementos singulares de património arquitectónico, mas por relações dos mesmos, definindo *paths*, *edges*, *districts* e *landmarks*, ou seja o sistema infraestrutural do património urbanístico[fig.16 a 18].

Quando concluído que a forma resulta dos seus elementos e sistemas espaciais enquanto pontos estruturais de articulação e tradução entre diferentes e extensivas *layers* do bolo urbano, não só é questionável que a cidade algum dia tenha sido resultado de um projecto orgânico, como a morfologia se entenda somente por sobreposição.

A forma do espaço urbano é evidentemente um lugar reverberatório e planeado mediante uma gestão morfológica, infraestrutural e tipológica. Não vivemos numa espécie de vácuo e a interpelação à cidade deve ser então acompanhada por uma reflexão maior sobre as possibilidades e variantes do território às formas de construção e crescimento, suprimindo limites e zonas de fronteira convencionais que uma tradicional designação possa sugerir. Urge nesta perspectiva uma percepção e reconhecimento do domínio físico e material pela complexidade e hibridez que caracterizam a sua condição contemporânea e que consequentemente alteram o sentido da actividade arquitectónica.

*“O objecto híbrido é sempre um objecto a meio (entre tempos, entre tipologias, entre processos). Um objecto que resulta de colisões muito diversas: morfológicas, funcionais, tecnológicas, culturais, etc. O resultado será, então, um híbrido de diversas formas: objecto múltiplo, transitório, ambíguo, adulterado.”*<sup>79</sup>

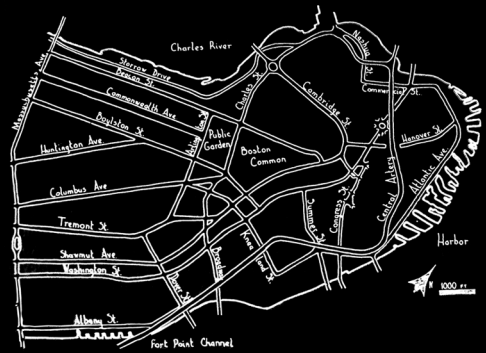
Face a este cenário performativo, sugere-se assim uma leitura patrimonial e espacial numa quase aproximação ao propósito psicogeográfico do Urbanismo Unitário proposto pela Internacional Situacionista, fundada em 1957 por Guy Debord em parceria com diversos arquitectos. Cujo manifesto e base teórica subsistiam na *Dérive*. Um deambular por uma *Naked City* [fig.19] fora da subordinação às referências habituais e repetições das cidades de espectáculo e suplementos museológicos. Uma proposta de território urbano enquanto lugar pleno de possibilidades, percursos e contrastes patrimoniais. Participativo no jogo das preexistencialidades simbólicas e sedutoras e a inter-relação trivial. Uma procura e descoberta entre a realidade plural, entre a verdadeira autenticidade. Pelo quotidiano contraposto à prefabricação da cidade totalitarista, capitalista... que finalmente entendesse, caminhasse, percepcionasse e absorvesse a cidade consolidada em oposição à fixação do tempo e das formas. Assumindo que “the ideal urbanism is the projection in space of a social hierarchy without conflict. Roads, lawns, natural flowers, and artificial forests lubricate the workings of subjection and render them amicable”<sup>80</sup>. Regulador do corpo e da mente, tal como a Arquitectura.

Por conseguinte, constantemente se redescobrem e constróem novos artefactos. A condição urbana é de facto o inferno descrito por Italo Calvino com o qual se abriu este capítulo e, não se restringe à vertente

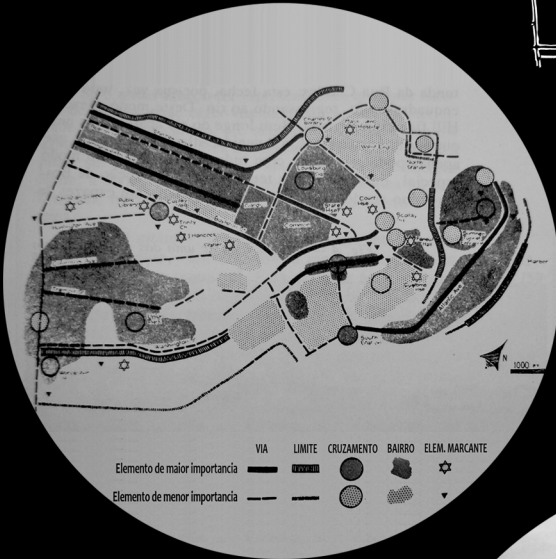
79. Monteiro, Pedro C. *Quando os objectos colidem*. in Perioódico *Jornal Arquitectos*# 220-221. 2005, p.20

80. Vaneigem, Raoul. *Traité de savoir-faire à l'usage des jeunes générations* in Sadler, Simon. *The Situationist City*, 1998, pág.16

+

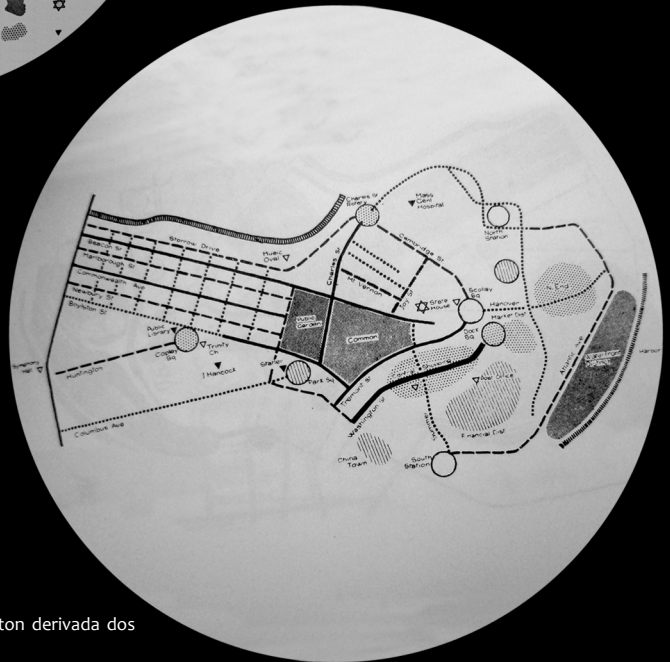


[fig.16] Mapa-esboço da Península de Boston



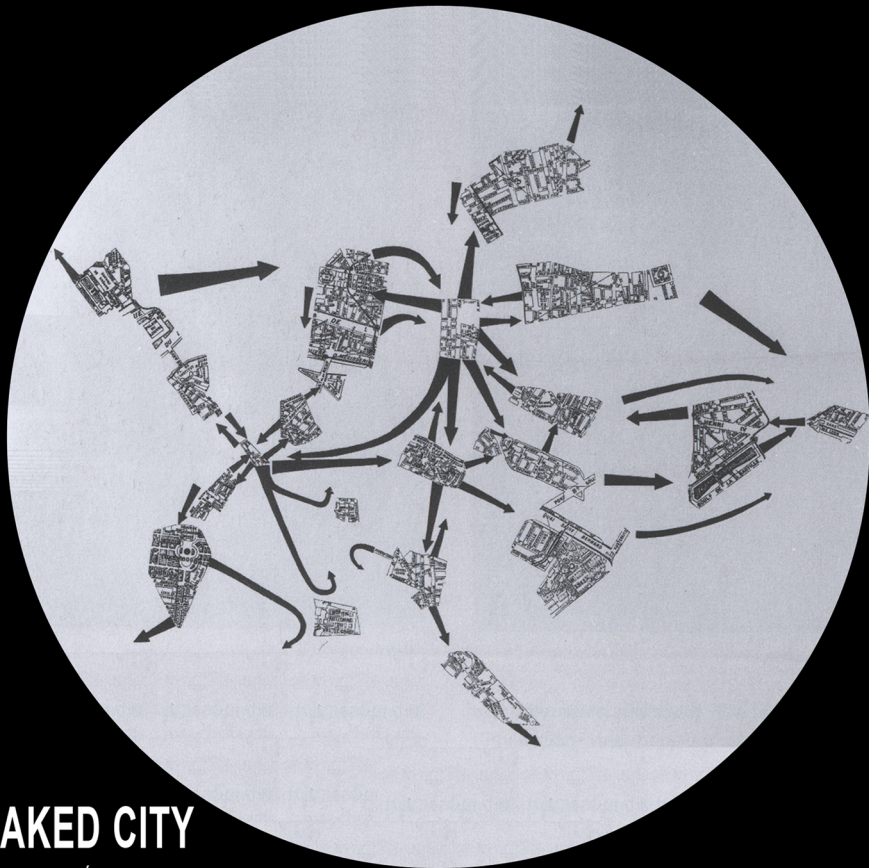
[fig.17] Forma esquemática de Boston tal como é observada no local

=



[fig.18] Imagem de Boston derivada dos esboços anteriores

fig.16 a fig.18. Kevin Lynch in *A Imagem da Cidade* (1990). O esquema final representa a estrutura da malha urbana segundo o relacionamento dos elementos e sistemas infraestruturais existentes.



## THE NAKED CITY

ILLUSTRATION DE L' HYPOTHÈSE DES PLAQUES  
TOURNANTES EN PSYCHOGEOGRAPHIQUE

[fig.19] Guy Debord e Asger Jorn, *The Naked City* in Sadler, Simon. *The Situationist City* (1998). Esta mapa de ilustração das hipóteses da *Dérive* psicogeológica foi de longe a imagem mais famosa que surgiu do Situacionismo. A visão e o desenho simultaneamente lamentam a perda da Paris antiga e propõem uma apreensão de uma cidade preparada para o futuro. Uma crítica voraz ao mapeamento tradicional, *Naked City* é o resultado da exploração das estruturas urbanas e dos usos e da investigação relacional entre linguagem, narrativa e cognição.

negativa que a própria acepção da palavra possa indicar, é o na conflituosidade. Porque afinal a contemporaneidade é muito mais complicada do que se podia prever, porque afinal os actores e detractores são bem mais complexos e intervenientes, porque afinal os elementos que compõem as linhas directrices da Arquitectura são muito mais diversos, e afinal se remexe com história e identidade e memória e mexe continuamente no presente, transtornando todos aqueles a quem a passividade continua a parecer o melhor estado. A desintegração do antigo valor de sistema, estabilizado na ideologia tradicionalista e reconhecido como tal, deixou um silêncio opressivo no panorama fragmentário de hoje. Mas o silêncio só se mantém mudo até ao ponto em que o queremos e “to pursue this dream, we have to take or leave from the familiar world”<sup>81</sup>.

Resumidamente, a cidade é complexa, na sua morfologia, na sua tipologia, na sua história. Só nesta realidade é que a distinção de tempos é congruente e mensurável. Por isso, constantemente se alarga o conceito de património urbanístico. A evolução faz da obra contemporânea de hoje memória de alguém amanhã e “a análise racional dos grandes sistemas arquitectónicos do passado (...) ajudar-nos-ão a elaborar um novo sistema a partir das novas condições históricas que são as nossas (...) A descoberta da «arquitectura do futuro» passa por esse duplo caminhar: o racionalismo histórico que coloca em evidência a sucessão de sistemas arquitectónicos exige, em seguida, o esquecimento das suas particularidades, e quiçá, mais ainda.”<sup>82</sup> Face a este duplo caminhar conclui-se que a cidade se funda, gera controvérsia e se remodela, expande e contrai, e não tem medo de o mostrar na complexidade que a materializa, logo “we should not project old images upon them; instead, we must let them find their own, new identity.”<sup>83</sup>

## Manifestação de uma nova (id) Entidade

Analisadas as premissas anteriores, a interpretação de património urbanístico torna-se cada vez mais difusa e difícil de hierarquia, desembocando num tema paradigmático. Afinal, a humanidade tem sempre conseguido produzir em cada dado momento com determinadas condicionantes e necessidades, um conjunto de obras, paisagens e lugares com um valor tanto incomensurável quanto plural, em favor da vontade de evolução. Da cidade é preciso então saber colher os sinais, interpretá-los e avaliá-los sobre as directivas desta complexidade, partindo do abandono dos protocolos disciplinares restritos e preconcebidos e assumindo na presunção uma resposta ou proximidade apoiada na tensão da análise da Arquitectura da cidade fora demagogias moralistas.

*“Não serve de nada continuar a contemplar o espelho do património, não há outra solução senão atravessá-lo (...) uma travessia reflexiva e crítica que opta, em plena e inteira consciência, por uma mudança radical de orientação, com as suas implicações e os seus riscos. É em seguida, uma travessia concreta e prática que traça no recinto patrimonial o árduo caminho em direcção a esta nova orientação.”*<sup>84</sup>

81. Harries, Karsten. *De-/signing the Urban: Technogenesis and the urban image*. 2006, pág 65

82. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.199-201

83. Gilbert, Mark. *On Beyond Koolhaas: Identity, Sameness and the Crisis of City Planning* in [www.uibk.ac.at/wuv/pdf/ehem/gilbert\\_city.pdf](http://www.uibk.ac.at/wuv/pdf/ehem/gilbert_city.pdf) consultado a 8 de Março de 2008

84. Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. 1999, pág.265

A permanência e reconfiguração de valores conceptuais do património urbanístico nascem, portanto, do papel *voyeur* em relação à realidade urbana. Consequentemente, a sua noção deve atravessar de facto o espelho, participando no movimento proposto pela urbe. Por isso se constata paradoxal uma verdadeira redução conceptual do tema e se compreende a incongruência de termos entre diversos autores e teorias, quanto mais se se limitar à luz da história e da cultura de um lugar onde tudo é movimento e igualmente permanência. Se o contexto se recicla de segundo a segundo, os constituintes transformam-se e substituem-se, modificam-se as malhas, alteram-se as tipologias, modela-se a geografia, continua-se a história, acompanha-se a transitoriedade.

A concepção activa de um património urbanístico na prossecução do objectivo do mesmo passa antes demais pela abertura das retóricas opostas ao dinamismo do corpo urbano, implicando desta feita uma valorização e promoção assente também ela no pluralismo, nas suas dimensões de inovação e experimentação e funcionalidade enquanto valores fundamentais para a transformação e estruturação continuamente criativa e planeada do tecido urbano no devir da sociedade e mundo contemporâneos. Há que criar e recriar constantemente. Ser o instinto e elemento analista desta atitude cumulativa na Arquitectura que se amarra a um murmúrio pseudo tradicionalista e não se constitui mais cura para nenhum mal. A sociedade já não a deseja assim, fotocopiada, repetitiva, atónita. Deve abrir-se a Arquitectura na procura de uma ou várias formas de salvação neste caos fecundo que nós mesmos criámos.

Não é que se queira uma aglutinação desenfreada, mas reclama-se antes uma multidisciplinaridade de avaliação e de acção. Admitindo e actualizando a cada instante novas valências de interpretação capazes de segurar estas vanguardas que em breve serão a ex-vanguarda... É um ciclo vicioso. E nada há de pejorativo nisto. Pelo contrário, trata-se de encará-lo na multiplicação de atitude, de recriação e versatilidade de habitar o espaço, cujo fundamento é tão válido quanto a carga histórica, dado pressupor a reinvenção da intricada estrutura urbana apelando à consolidação pela flexibilidade.

Neste sentido, fala-se de património urbanístico enquanto conjunto ambíguo e inclusivo na formalização de um sistema e instrumento processual de reconfiguração do presente com um desejo de relação no futuro e proclama-se o risco da Arquitectura, assumindo que a prática patrimonial parte dele mesmo, do risco do indeterminismo gerado na própria indecisão da urbe, e o mesmo afinal sempre foi movido pela ruptura. Paradoxal visto o objectivo ser a continuidade? Sim de facto, mas não deixa de ser verdade se considerarmos que a própria História da Arquitectura tal como a da cidade e da urbanidade existe, como sempre existiu nesta ambivalência, num discurso e prática dicotómica inevitável. Senão como se explica a quantidade de estilos, movimentos e criações arquitectónicas, ou a própria construção da cidade à lei da continuidade, do progresso?

*“O tipo é a própria ideia da arquitectura, o que está mais perto da sua essência. É portanto aquilo que, não obstante cada transformação, sempre se impôs ao «sentimento e à razão», como princípio da arquitectura e da cidade.”*<sup>85</sup>

85. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.55



Esta análise de Aldo Rossi é bastante conclusiva deste princípio, assumindo a diversidade que existe na tipologia Arquitectónica em oposição a uma designação de monumento.

Para Rossi, “o monumento (...) é um facto urbano típico, uma vez que concentra todas as questões postas pela cidade (...) mas torna-se também de natureza particular quando estes valores se impõem acima das considerações económicas (...) e de necessidade prática, em virtude da sua beleza”<sup>86</sup>. Logo, o monumento é uma permanência porque pode sustentar-se.

Todavia, o autor assume que esta valorização enquanto símbolo único de toda a esfera de património urbanístico se apresenta díspar em relação ao desenvolvimento. E por isso, paralelamente ao conjunto de património monumental anexa a dimensão de elementos banais ou fracos, que pelas necessidades e transformações contemporâneas igualmente se constituíram cruciais para a estruturação e criação de movimento e acontecimento.

Não obstante de particularidades pontuais (monumento), o crescimento da cidade realiza-se por segmentos e por partes que resultam dessas mesmas trivialidades desprezadas e o estudo e estrutura da cidade devem ser efectuados sob outras perspectivas além da valência monumental. Distinguindo o autor que aos monumentos é preponderante a forma realizada, mas à cidade devem aparecer em primeiro plano os valores do solo.

Esta conclusão curiosamente assemelha-se à abordagem da cidade proposta por Kevin Lynch e os cinco elementos da estrutura urbana. Contudo, Rossi é mais assertivo quando cumulativamente ao entendimento da cidade enquanto estrutura que se consolida e age por pontos, conexões e áreas, reteira a estrutura da mesma segundo os desígnios que actuam no *background*, exportando para o domínio de património urbanístico não só os elementos e redes infraestruturais mas o próprio alargamento conceptual do tema à tipologia de valor pela funcionalidade.

Posta a lição, é preciso discorrer sobre a necessidade de se criarem novos sistemas conceptuais e estruturais que permitam ultrapassar os pré-determinismos que organizam o pensamento e o espaço, reconhecendo novos esquemas tipológicos que resultam desse processo cíclico de adição e subtracção de dispositivos e pressupondo a recombinação dos mesmos.

Porque “precisamente, a arquitectura urbana será a um tempo reflexo e meio de intervenção para a conquista de liberdades concretas e fomento de valores socioculturais – ou não valerá a pena.”<sup>87</sup>

*“In allowing of change, flexibility, it is essential that the variation provided does not impose a discipline which may only be valid at the time of design (...) Planning for activities must allow for change not only in content but in means of operation. Disciplines can only be based on foreseeable change and thereafter only order and not direction of change should be established.”*<sup>88</sup>

86. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.133

87. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.150

88. Price, Cedric. *Activity and Change in Jencks, Charles; Kropf, Karl. Theories and Manifestoes: of contemporary architecture*. 1997, pág.217

Talvez se devesse tomar a posição de Cedric Price<sup>89</sup> face à problemática urbana, no qual é notória a paixão comum pela grande escala, versatilidade, efemeridade, informalidade e imprevisão da condição urbana e consequentemente da Arquitectura. O primeiro passo que Price propõe na frase supracitada revela pistas importantes para esta desmistificação da ideologia e a busca da flexibilidade na Arquitectura, cujo objectivo se manifesta na procura de uma forma de planeamento congruente motivada exactamente sobre os adjectivos urbanos enunciados, afastando a Arquitectura das incursões propostas pela era maquinista e assumindo novas qualidades patrimoniais e estruturais, determinantes a assegurar uma sociedade cujo desejo era a libertação do peso da industrialização pelos adventos da Cibernética e da Robótica.

Para o tutor, movido também nas tēporas das reivindicações urbanas do Maio de 68 parisiense em prol de um retorno à rua como espaço social de interacção e prazer democrático por excelência, a máquina, as infraestruturas urbanas, deveriam deixar de ser um fim ético, estético ou cultural, para se tornarem um meio instrumental deste mesmo sentimento urbano. Porém, o manifesto foi demasiado arrojado uma vez que, colocando-se nas antípodas do urbanismo funcionalista em detrimento de qualquer forma de pré-determinismo, entendia a história e a cultura do lugar vectores absolutos e por isso limitativos a qualquer intervenção de planeamento urbano cujo objectivo principal era o prazer e a versatilidade.

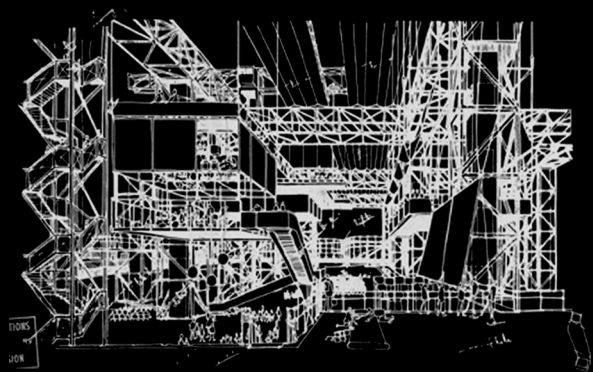
O *Fun Palace* [fig.20 a fig.22] desenvolvido entre 1961 e 1965, actuava exactamente assente nesta performance incrível de espaço definitivamente lúdico continuamente mutável de acordo com as necessidades quotidianas dos utilizadores. As diversas peças estruturais deveriam permanecer apenas o tempo necessário à sua vontade social, sendo posteriormente desmontadas e substituídas por novos dispositivos num processo sequencial de *plug in/plug out*. Era como uma micro-cidade dentro de uma arquitectura catalisadora de circunstância sem a pretensão de um tempo fixo ou de se constituir ela História do Lugar, porque carregava em si a efemeridade ao mais alto nível, deixando os dispositivos de obedecer apenas à performance técnica para se tornarem artefactos de sedução estética e prazer. Ao projecto arroga-se talvez a maior personificação *hi-tech* desta atitude de ruptura incisiva com o passado e com a ideologia. Mas ao fim e ao cabo tornou-se utopia porque seria uma obra categoricamente desligada dos vectores da realidade em favor do hedonismo social, constituindo-se um sonho demasiado radical, paralelo ao “efeito Beaubourg” e ao qual efectivamente serviu de base de partida.

Não sejam assim tão extremistas. A atitude Arquitectónica contemporânea não passa por descartar as preexistências assim tão rudemente, nem de se apoiar novamente em perspectivas hedonistas do espaço ou em (super) infraestruturas autónomas. Já se concluiu não ser este o caminho. Seria mais uma vez cair no erro do mediatismo e do narcisismo individual na formação de um espaço de sedução pela espectacularidade. Contudo, uma coisa se deve absorver dos ensinamentos de Price, a enunciação da flexibilidade no acto da ruptura. Porque o manifesto que se promove não é de forma alguma contracultura.

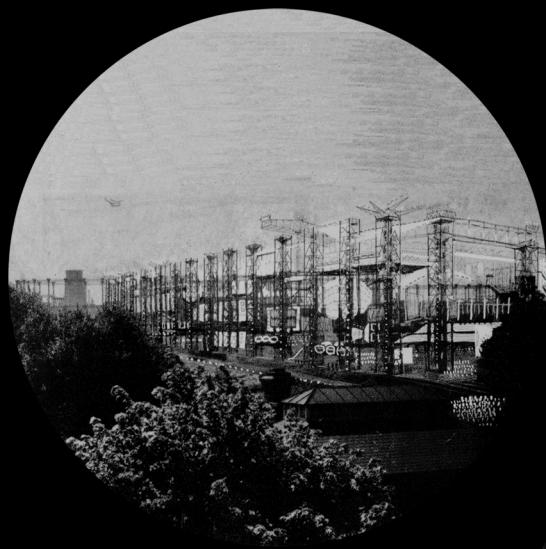
Ao invés, é um teste às novas oportunidades e atmosferas que estão aí, só não foram reconhecidas

---

89. Cedric Price é um dos arquitectos e docentes mais mediáticos da Architectural Association School (AA), a maior e mais antiga escola de Arquitectura do Reino Unido, local de formação de arquitectos como Rem Koolhaas . A sua carreira ficou marcada pelo conceptualismo do uso da Arquitectura e da Educação como directivas de re-desenvolvimento económico expressas principalmente no ensaio *Non-Plan: : Essays On Freedom Participation And Change In Modern Architecture And Urbanism* (1969) em cooperação com Sir Peter Hall, Jonathan Hughes e Simon Sadler, na qual é patente o desafio à ortodoxia que cobria as estratégias planeamento urbano.



[fig.20] Esboço do interior expressando a performance e versatilidade dos dispositivos.



[fig.21] Desenho do corpo do edifício para um cenário cinematográfico.



[fig.22] Render aéreo de Cedric Price a chegar de helicóptero ao projecto do centro de diversão.

fig.20 a fig.22. Cedric Price, *Fun Palace* in Sadler, Simon. *The Situationist City* (1998). O projecto *Fun Palace* foi a obra mais mediática de Price, provavelmente a que mais se aproximou de tornar o sonho de um espaço arquitectónico espontâneo uma realidade.

ou então postas de lado por se assemelharem a parasitas. E, a afinidade que se pretende desperta sim na complexidade, na versatilidade e grande escala que nos introduz Price. Por interrogar as evidências e os postulados, sacudindo os velhos hábitos.

A realidade urbana é contraditória. Não é consensual. É um paradoxo. Um espaço tensionado e imperfeito e isso vê-se pela própria análise ao património urbanístico. Porém, apesar de imperfeita a realidade é esta e não deixa de segurar o espaço, não deixa de querer cumprir a sua tarefa nem deixa de querer ser a busca declaradamente urbana. E este um ponto de partida para algo que nunca está acabado, que se reinventa. A proposta passa por dar um salto não da teoria à prática, mas antes da prática para a teoria, dado que a problemática da condição contemporânea dos tecidos consolidados parte desta mesma inversão. E é por isso que nasce uma vontade estratégica entre a flexibilidade de Price e o racionalismo de Rossi. Este aceitar de que a cidade não é um livro encerrado, mas sim uma tela em permanente reestruturação e que a unicidade não é fruto gratuito da História mas antes produto do seu decorrer programático.

O ponto de situação que se sugere prende-se apenas pela urgência que a nossa capacidade de sentido crítico deve ter ao constituir-se análise profunda dos contextos em que se quer agir. Que de facto compreendemos a conjuntura em que vivemos, que temos noção das incertezas, das consequências nefastas ou benefícios que pode ter a nossa sociedade contemporânea e de que forma isto se relaciona com a Arquitectura, de que maneira ela interfere na organização da cidade.

Devemos sair deste processo centrípeto onde coexiste uma permanente soberba de pertença para se referenciar o espaço numa solidez maior. Deve dar-se continuidade e revolução a um antecedente gerador, revitalizar a nossa memória, a nossa maturação. A consolidação reside nesta mesma forma de identidade ou antes nesta manifestação de identidade revolucionária. Porque é invariavelmente estéril o privilegiar de uma só carência quando estas são tantas e está aos olhos de todos a queda desastrosa dos núcleos que rodam à volta de um determinismo e finalismo, que lêem a cidade pela lente da não-forma.

*“A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade; e existem muitos tempos na forma da cidade. No próprio decorrer da vida de um homem, a cidade muda de imagem, as referências não são as mesmas.”*<sup>90</sup>

As referências são essenciais é certo, mas duvidar do que pensamos conhecer é fundamental para repensar muitos dos conceitos adquiridos, só significa que estamos a aprender e a acrescentar conhecimento, e em Arquitectura as referências podem advir de tudo aquilo com que esbarrámos ao longo do tempo, dos lugares que visitámos ou habitámos, de todos os momentos que experimentámos. Por mais que nos fundemos em sentimentos de permanência, não terá derivado essa identidade por contraste e intensificação experimental, na conflituosidade e complexidade a que nos expomos? É a manifestação de uma identidade e consciência que recusa a fixação a um tempo, a um lugar. Sugere-se assim um sentido complementar ao que se interpreta como referência ou valor de pertença baseado na noção de *persistência*.

---

90. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.80

Esta dimensão mostra que mesmo em tempos de grande mudança, em que a própria identidade do Homem perante o espaço se fragiliza, a raiz estrutural e consolidada da cidade se mantém, pois o património continua a garantir o papel de persistência do lugar agindo como dispositivo de passagem, de adaptação entre um estado de inércia e passividade a uma situação activa. Para compreender melhor esta questão basta recordar que a derivação etimológica da palavra *persistente* é aquilo que “*continua presente, por um período posterior ao do seu desaparecimento normal, frequentemente atrofiando-se, mas que também pode continuar a desenvolver-se*”<sup>91</sup>. A analogia de património urbanístico enquanto persistência torna-se aqui útil para definir que a identidade e a pertença de espaço associada a ela não se perdem pela transformação ou desvanecimento dos grandes valores, nem a questão da estabilidade da cidade no tempo e espaço fica destruída pela mutabilidade.

Esta ideia de progresso está implícita desde o renascimento humanista e contudo, não é um absoluto corte com o passado. Mas a escala que cidade atingiu não pode continuar a ser menosprezada em favor de facilitismos históricos, o próprio reposicionamento dos lugares no planeta faz com que as partes se aglutinem e possam assumir o mesmo protagonismo. Ainda que por valores diferenciais é claro, mas que não se regem mais por hierarquias territoriais inertes, antes pela consolidação morfológica segundo regras de persistência. As partes que se interessam por esta manifestação de identidade dinâmica potenciam-se, inversamente, as que a rejeitam extinguem-se e desaparecem de cena na sua própria teimosia, condenadas numa lânguida decadência.

Por isso, a identidade não tem necessariamente que conter a mesma história cronológica para que continue a existir e a consolidar o panorama urbano uma vez que o valor de pertença dos elementos no espaço, de uma forma ou outra, se constituiu história de alguém pelos fenómenos de persistência. Para além disso, já vimos que o património nem sequer precisa de se valer somente por ela enquanto memória, basta que de algum modo se garanta na reciprocidade de relação com a urbanidade, por valores de história, de cultura, de economia, de política, de uso...

Logo, construir uma axiologia do universo em volta da cidade, da vida e da sociedade por conveniência e visualidade estética, não é correlativo. Deve-se responder caso a caso, momento a momento, não de modo frívolo, mas comparando e modificando as coisas a que temos acesso. O caos não se originou sozinho, foi provocado por nós, então a sua arrumação passa antes de mais por uma postura de disponibilidade perante ele, revertendo-o em lugar de descompressão e liberdade e sim, isso só acontece na complexidade e na percepção da cidade enquanto mutante feito de fracções.

O problema é que o primeiro impacto que surge mediante a abordagem conceptual de consolidação urbana sempre a remeteu para o entendimento de contentor, testemunho de um momento da verdade da cidade. Importa por isso explicar que a designação de *área consolidada* a que se pretende chegar não é a mesma que a de *centro histórico*. Aliás a intenção passa por esta distinção. Ou melhor, pela caracterização de *área histórica* como designação de uma área de valor histórico dentro da cidade consolidada, tal como património histórico parte de uma imensa esfera de património urbanístico.

91. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2003, pág.6283

Por isso, concordo quando se afirma que a subúrbia encerrou o espaço fundacional no seu interior, mas daí a garantir-lhe uma posição incontestavelmente central não se coaduna nem com a proliferação desigual que ocorreu sobre o espaço nem com o sentido de consolidação que se tentou abrir ao longo destas páginas. É certo que o problema da confusão dos dois termos reside exactamente desde a esfera de contextualização do termo centro histórico, incorrendo por isso o seu entendimento sobre uma falácia.

Já Nuno Portas<sup>92</sup> no ensaio *Velhos Centros Vida Nova de 1981*, alertava para esta mesma confusão de conceitos, afirmando que “quando falamos em “centro”, referimos apenas a área central onde se concentram os principais comércios e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitectónico, que podem não constituir uma área central”<sup>93</sup>. O desfazamento começou logo na partida etimológica.

Mas Portas revela ainda uma outra disparidade que é importante explicar para desfazer antigos fantasmas quando alerta que ao falar-se de *consolidada* não se atribui peremptoriamente ressonância à valência *histórica*, uma vez que os protagonistas de interpretação destas zonas consolidadas não se limitam ao material patrimonial histórico, antes ao património urbanístico em toda a sua temporalidade e função de modo a “encarar os problemas das zonas já existentes e consolidadas, incluindo as construídas já neste século e não apenas aquelas partes a que se atribui um valor histórico ou monumental especial”<sup>94</sup>. Esta explicação torna-se peremptória quando a pretensão é entender o património urbanístico como elemento de um processo histórico e não história em si. Que é pela tradição e pela continuidade que se alicerça e modela sequencialmente, ganhando a textura e densidade de lugar. Por isso, não me parece que um novo conceptualismo se deva reger na mais pura negatividade da história, tal como não me parece dotado de virtude holística se só se comprometer com ela ou se só se assumir contemporâneo. O mais correcto, parece-me, assenta nesta tensão, neste conflito saudável, capaz de restituir a potencialidade dos elementos urbanos e consequentemente da cidade. E o olhar histórico poderá desta maneira apresentar-se um contributo notável aos saberes e às práticas da Arquitectura urbana se não abdicar da postura de alteridade e sequência.

Fernando Távora<sup>95</sup> incidia exactamente nesta questão pela precisa e profunda compreensão de que a Arquitectura deveria ser do seu tempo, deveria reflectir a sua modernidade, mas não renunciar à história do lugar e da tradição. Reivindicando que “a casa popular fornecernos-à grandes lições, quando devidamente estudada e que nada perdemos em estudar a Arquitectura estrangeira”<sup>96</sup>, as palavras de Távora são es-

92. Nuno Portas, arquiteto licenciado em 1960 pela Escola de Belas Artes do Porto tem focalizando o seu trabalho nas áreas de planeamento urbano, campo onde se assumiu como um dos mais importantes teóricos a nível nacional e internacional. Em 2005, foi galardoado com o prémio *Sir Patrick Abercrombie de Urbanismo* da União Internacional de Arquitectos.

93. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.155

94. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.155

95. Fernando Távora foi um dos fundadores e arquitectos da *Escola do Porto*. Na década de 1940 introduziu uma reflexão que não existia em Portugal sobre o papel social da Arquitectura, em oposição às realizações e aos discursos oficiais da época, a Arquitectura contemporânea, a qual é patente no ensaio *O Problema da Casa Portuguesa*, de 1947. Criador de uma nova lógica de construção, prestou sempre atenção às paisagens originais, utilizando-as dados culturais que devem ser integrados no diálogo com a construção final. No domínio pedagógico, a sua acção foi muito significativa na afirmação do curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto (mais tarde Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) e no curso de Arquitectura do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que ajudou a construir no final da década de 80 do século XX.

96. Távora, Fernando. *O Problema da Casa Portuguesa*. in Revista NU# 26. 2005, pág.20

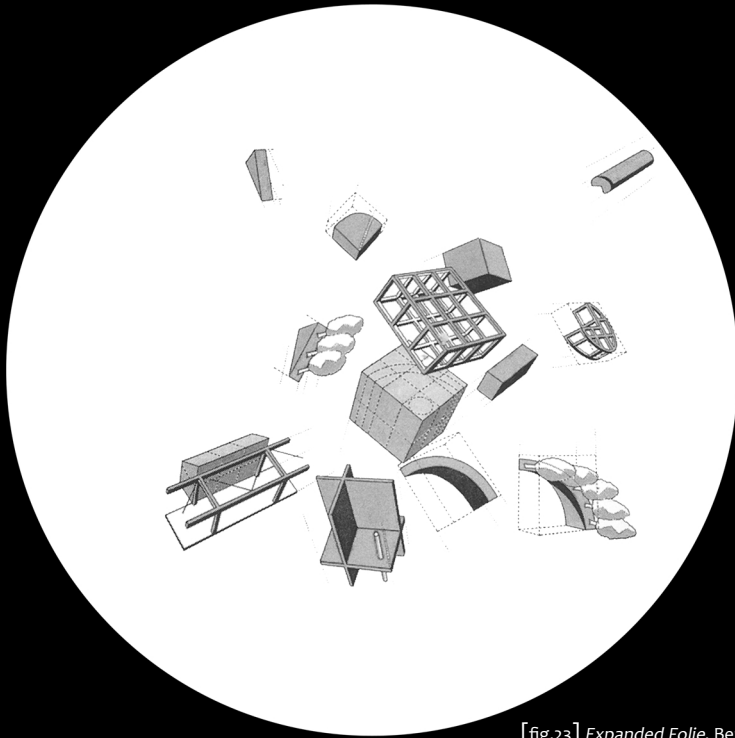
senciais a esta abertura de vitalidade da Arquitectura posta num discurso ambivalente. Ensinando-nos como inesperadamente através desta tensão se atinge a reconciliação na comunicação inevitável entre o “velho” e o “novo” como força evolutiva, porque atenta e perceptiva à realidade e à sua memória. Neste jogo bicéfalo parece encontra-se a verdadeira génese e continuidade da identidade e da cidade. Por isso, a Arquitectura deve afastar-se, não romper, mas afastar-se e constituir-se manifesto. Mesmo quando o cenário urbano se mostra cada vez mais um conjunto residual próximo da condição conceptual de *oligopticon* proposta por Latour, onde o centro já não é autónomo nem olha de cima a periferia.

*“O carácter distintivo de cada cidade, e por consequência também da estética urbana, é a tensão que se criou e se cria entre áreas e elementos, entre um sector e outro; (...) estes referem-se quer ao processo histórico, onde estão presentes fenómenos de permanência, com todas as implicações que eles possuem (...) Neste sentido, apercebemo-nos plenamente de como são belas algumas partes já periféricas de grandes cidades em transformação.”<sup>97</sup>*

Então o cunho revolucionário da cidade advém não do facto de ser mais ou menos estimulante do que era a anterior. Antes, do discurso incontornável de ser uma ideia concretizada pela Arquitectura onde as novas formas patrimoniais urbanas que se geram no meio do fluxo e das redes que serpenteiam as novas áreas do território urbano se balizam pela sedimentação destes abcessos que se foram dispondo anexamente às anteriores zonas consolidadas. Progressivamente, assiste-se à perda de uma cidade finita enquanto objecto cultural significativo, explicando em parte não só a deliquescência do pensamento ideológico delimitativo, como também a acção aglutinadora por detrás do património à luz da Arquitectura. O que ontem era subúrbia desagregada talvez seja hoje um outro pedaço consolidado, quiçá circunscrito por novos espaços residuais. Porque a consolidação da cidade nasce, como tantas vezes já foi referido, desta vontade, desta fermentação e anexação de partes, tempos, elementos, desmistificando a doutrina subjacente à caracterização da cidade enquanto forma estável e imutável à leis da transformação. E é neste sentido, sobre o concreto e o palpável, que se conquista um pedaço do futuro. Este presente que se constrói sempre com o olhar no momento seguinte. A fórmula de Kandinski onde “amanhã = ontem + hoje”.

Trata-se de reformular a concepção de património numa concepção dinâmica, num processo construído a partir de noções como as de tradução, travessia e diversidade. Trata-se da defesa de uma posição política e teórica abertas e complexas consentâneas com a performance global da cidade contemporânea. Trata-se de afirmar que todas as identidades se constróem e se reconstróem num sistema de deslocação e ajustamento, em que somos simultaneamente nós mesmos e todos os outros, habitando um lugar de translação entre diferentes espaços, tempos, memórias e imaginações. Trata-se de encarar a cidade como um corpo crescente e regenerativo. Trata-se de a definir pelo que ela é. Pela posição que hoje tem. Chamemos-lhe o lugar no topo da escada encostada ao espelho. O ponto de travessia. O momento de transição entre a cidade tradicional e a cidade genérica. O outro caminho que no entanto é o mesmo... *A cidade das pedras sedutoras* que não deixa de o ser a partir da transposição em que ela mesma se assume...

97. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.138



[fig.23] *Expanded Folie*. Bernard Tschumi, 1984.

A Cidade das Pedras Transitórias...



A transposição tem sido uma constante controvérsia. Demasiado ambígua, a cidade parece fluir entre elementos e cores caleidoscópicas. Uma visão de *Expanded Folie*. Impulsionada pela panóplia de pedras transitórias que inflam o território urbano, enchendo-o de novidade, versatilidade, formas e lugares. Complexidade, hibridez. Estruturas e efemeridades... No fundo são tantas as pedras que surgem pela nossa vontade de tudo querer, que os limites não aguentaram a pressão e desmaterializaram-se, deixando rolar na paisagem as pedras que estavam a mais na miríade. Até uma quase incomensurável distância. Aparentemente sem regra nem relação. Determinadas em serem auto-sustentáveis. Individuais. Já não querem nem podem fazer parte da parábola de Torre de Babel a que a condição urbana chegou. Mas, o espaço onde caem começou a escassear a algum tempo. Então sem um vazio onde pousar começam a cair de novo umas sobre as outras, formando novos montículos, fazendo-os crescer e crescer. Aglutinando-os...

Ao que parece, as cidades são como amálgamas de pedras em que a organização do património urbanístico protelou ou saiu de cena no jogo do acaso. A morte do Urbanismo parece cada vez mais uma nua e crua realidade e a Arquitectura vagueia no auge da permissividade. Entregámo-nos à estética sedutora do caos. O caos que construímos no âmago da quantidade. Contudo o sentido técnico do caos é o que sobra quando nada acontece e não é esse o outro lado do espelho.

*“Kublai era um atento jogador de xadrez; seguindo os gestos de Marco observava que certas peças implicavam ou excluía a vizinhança de outras peças e se deslocavam de acordo com certas linhas. Descurando a variedade de formas dos objectos, definia o seu modo de disposição uns*

*em relação aos outros no pavimento de azulejos. Pensou: «Se todas as cidades forem como um jogo de xadrez, no dia em que eu chegar a conhecer as suas regras possuirei finalmente o meu império, mesmo que nunca consiga conhecer todas as cidades que contém». No fundo, era inútil que Marco para lhe falar das suas cidades recorresse a tantas quinquilharias: bastava um tabuleiro de xadrez com as suas peças de formas classificáveis com exactidão.”*<sup>98</sup>

Se agora é o ponto de viragem, de uma nova abordagem da condição urbana da cidade consolidada na contemporaneidade e uma nova asserção de Urbanismo e Arquitectura, estes protagonistas devem ter dupla personalidade pelo jogo. Continuar a sedução. Impor a ordem que nos estabiliza e permitir conhecer a cidade que habitamos. Este capítulo apodera-se da panóplia de pedras transitórias e ingressa nelas os agentes mediadores do caos performativo. Numa passagem pela interferência e manipulação dos factores urbanos de dinamismo que intervêm sobre elas e as dispõem na inter-relação tornando-as suporte e sistema estrutural. Numa análise de relação entre e nos vários centros que formam. Num olhar sobre as políticas e noções de inovação que se podem tomar, sobre a necessidade de as planear e as reutilizar. Numa especulação ao “porquê?” da sua pertinente presença versátil em corpos aparentemente estáticos. Numa inferência às consequências desta presunção que as interpõe, novas e diligentes, anexas a pedras inertes. Trata-se de explicar como estas passam de simples arremesso a elementos cruciais de intervenção e sustentação do espaço, consolidando-o. Afinal, a cidade é tudo o que temos. Tudo a que pertencemos. Tudo o que jogamos. Tal como no xadrez... pela manipulação das pedras.

98. Calvino, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 1999, pág.123



## Performance e Factores Urbanos

*“Accumulate: You git you a piece of land, by hook or crook, an’ things start growin’ on it, things accumulate on it, and the first thing you know it’s completely out of hand, completely out of hand!”<sup>99</sup>*

A condição urbana chegou até nós embrenhada neste acumular sucessivo. E à definição apresentada por Rem Koolhaas podem assim retirar-se conclusões no mínimo interessantes. Por um lado, a continuidade que tanto se reclamava para a nova formalização de espaço está aqui... com ela uma nova *layer* de moção e tecnologia chegou, e veio também a abertura à variedade da Arquitectura da cidade. As coisas continuaram crescer e a construir o sonho de Nero, garantindo-se a sequência dinâmica, a complexidade, a flexibilidade e a diversidade que pelos vistos também seduzem.

Mas a cidade é mesmo uma faca de dois gumes ou é o a nossa condição, e na soberba de tudo querer, tudo desejar, fomos coleccionando tanta quinquilharia que se chegou ao ponto em que não parece existir relação entre nada. A cidade parece um depósito de resíduos, sem regra nem disposição, atravessada por velozes novos fluxos temporais e espaciais. Não sabemos mais o que importa, o que é determinante ou não na organização deste cenário. E tal como afirma Rem Koolhaas, a realidade escapa-nos por entre os dedos na sua própria velocidade. Porém, ensinou-nos Le Corbusier que “a arquitectura trabalha com quantidades. A paixão faz das pedras inertes, um drama”<sup>100</sup>, por isso chegou a altura de arrumar toda esta confusão.

*“Tudo tem importância na organização do espaço – as formas em si, a relação entre elas, o espaço que as limita – e esta verdade que resulta de o espaço ser contínuo anda muito esquecida.”<sup>101</sup>*

Visto a tecnologia ser sempre mais rápida que a reformulação da ideologia, atrasámo-nos a reconsiderar as nossas construções ainda envoltas num limite “social”, deixando de corrigir as nossas presunções nas constituições das sociedades urbanas. Inesperadamente, fomos confrontados com os limites destas mesmas pressuposições que andaram ao nosso lado durante tanto tempo e cujas fomos sorrateiramente parecendo esquecer. Talvez, como nos aponta Fernando Távora, por estarmos amarrados a preconceitos e ao coleccionismo de formas, ignorando que elas eram criaturas feitas por nós, em prol de uma organização de espaço assente na continuidade. No entanto, a cidade evoluiu e tornou-se mais que uma construção social, mais que um produto das nossas deliberações e vontades cívicas. Tornou-se um campo de forças e intensidades com o seu próprio dinamismo comportamental, um local de criação autónoma e não apenas Arquitectura enquanto produto da criatividade e acção humana. O urbano tornou-se objectivo, ele mesmo criação e criador, sentido e meta, sobrevivente ao caos que lhe fomos adicionando.

Aproximar-nos assim deste sentido de território urbano enquanto “objectivo”, subentende uma aproximação pela constituição diferencial do mundo. Porque somos agora forçados a entender que a cidade está interligada a supostos universais reais que desconhecíamos, mais concretos e auto-propulsores e

99. O.M.A; Koolhaas, Rem; Mau, Bruce. *S,M,L,XL: small, medium, large, extra-large*. 1995, pág.XVIII

100. Corbusier, Le. *Por Uma Arquitectura*. 2002, pág.XXXI (primeira edição 1923)

101. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.18 (primeira edição 1962)

menos transcendentais ou diferenciados da materialidade, e surpreendemo-nos perante a possibilidade destes não serem assim tão lineares quanto os concebemos, de se mostrarem menos inclinados em seguir ou reflectir as ordens que costumávamos delinear de forma a elaborar um sentido nas coisas.

Analisar o território génese formal num campo de eventos, mais que mera morfologia de representação ou reflexão consequente do social, do económico, do político, do cultural, do histórico ou qualquer outro vector, é o mesmo que dizer que não pressupomos mais o termo urbano dentro de qualquer sociedade ou estrutura cujos níveis e conexões estejam garantidos, como se a sua integração pertencesse somente à “ordem natural das coisas”. Ou seja, que a condição urbana se pôs de facto fora do mundo e das suas relações materiais, que o deixámos à mercê dos seus próprios desígnios e desenvolvimento natural. Ainda assim, carrega um outro ponto interessante, a possibilidade do território urbano sempre ter pertencido a esta ordem, só nós é que lhe fazíamos vista grossa por ser demasiado difícil de compreendê-lo. Consequentemente, o território urbano despoletou-nos uma nova perturbação quando se assumiu efectivamente capaz de ser menos relativo a um só modo de vida e um só modo de organização social porque conduzido pela maneira como o fenómeno e a sociedade urbana emergem todos os dias e em todo o lado.

Abertos os horizontes, aproximamo-nos de novo de uma nova concepção de espaço potencializada pelo tempo, reconhecendo-se que o monadismo da vida quotidiana pode realmente pertencer a uma intrincada ecologia urbana. Cada momento um novo todo num evento de erupção e particular formulação em que o processo de “momentos” e as suas sucessões se tornam factores intrinsecamente abertos à continuidade, à multiplicidade dos momentos que se expandem inexoravelmente. E se considerarmos que a sociedade se organiza no lugar urbano pelos fenómenos de encontro e visibilidade, não apenas porque deposita construções num espaço, esta mesma sociedade produz e é igualmente produzida dentro de processos de relacionamento e este deve, de facto, ser antes de mais um lugar performativo, pois força motriz de acontecimentos. Em contraste à ostensiva teoria clássica social, o espaço consolidado requer agora uma teoria performativa que apoie a sua continuidade e segure a mole urbana no seu íntimo. Uma nova tríade teórica de espaço urbano/tempo/homem.

A teoria clássica que anteriormente se assumia como fidedigna e expressão clara da relação homem/espaço limitava-se a determinados princípios cuja função detectava as propriedades típicas do que ancorava uma sociedade enquanto colectividade ao território, concebendo estes princípios como meras correspondências evidentes. Em suma, resumia os agentes sociais a partículas que ingressavam num corpo social e urbano já existente e por isso reduzia ou inibia as acções que se revelassem fora da conduta já preconcebida. O espaço era entendido consolidado porque cristalizado num comportamento unânime e numa lógica de concepção que primeiro planeava, urbanizava e edificava.

Contudo, uma definição performativa de espaço proposta pelos fenómenos da variedade e mutabilidade, não reduz nem os agentes, nem as acções ao vínculo definitivo do que já está imposto. Permite que o compromisso possa ser também extra social, heterogéneo e colaborador. Que ao invés de estranho ou

parasita acompanha a transformação. Aos agentes e acções urbanas é assim igualmente subentendida uma performance, uma alteridade decorrente e sequencial e a tríade introduz-se. A urbanidade e a cidade seguem juntas nesta mesma alteração de comportamento, estas possibilidades e potencialidades onde território e cultura inerentes são construídos, formados e transformados através da multiplicidade da performance que sugerem e os define. A cidade aparece como um campo de acontecimentos reactivos, contrapondo-se à ideia de caos que generalizamos porque espacialidade do comportamento humano e acção social, tal como nos aponta Edward W. Soja no livro *Thirdspace* (1996) quando introduziu *the trialectics of being* e *the trialectics of spatiality* [fig.24].

Esta análise transportou consigo um progresso na abordagem do espaço e da organização do mesmo ao considerandá-lo composição ilimitada de experiências diárias radicalmente abertas e abertamente radicalizáveis. Apesar de não comportar um conteúdo teórico preciso, “trialectical thinking is difficult, for it challenges all conventional modes of thought and taken-for-granted epistemologies. It is disorderly, unruly, constantly evolving, unfixed, never presentable in permanent constructions”<sup>102</sup>, apontou pistas decisivas para a interpretação destas relações que agora surgem na cidade, indiciando este novo entendimento urbano. “Dito de forma mais simples, não basta pensar em termos de estrutura urbana; é preciso definir os elementos da estrutura urbana e as suas relações antes de analisar a composição e a diferenciação das formas espaciais”<sup>103</sup> e assim interpretar o ritmo acelerado e confuso que a cidade parece ter ganho. Daqui, as combinações e transformações entre os diferentes sistemas e elementos da estrutura fazem-se no intermédio das práticas sociais no espaço e não somente destas com a Arquitectura enquanto construção ou o Urbanismo enquanto desenho de marca cadastral.

É como no terceiro lembrete de Le Corbusier onde “o olho do espectador se move em um espaço feito de ruas e de casas. Recebe o choque dos volumes que se elevam à sua volta (...) se as relações entre os volumes e o espaço são feitas de proporções justas, o olho transmite ao cérebro sensações coordenadas e o espírito retira delas satisfações de ordem superior: isso é arquitectura.”<sup>104</sup> Apesar desta explicação ser alusiva ao aspecto bidimensional, a planta arquitectónica, Corbusier reforça a ligação que tem de existir entre volume, superfície e planta para que as relações sejam pressentidas, e por isso “toda a estrutura se eleva da base e se desenvolve conforme uma regra que está escrita sobre o solo na planta: formas belas, variedade de formas, unidade do principio geométrico. Transmissão profunda de harmonia: isso é arquitectura”<sup>105</sup>, e isso é relação da mesma com o homem e com o espaço. A sedução inerente na transitoriedade das pedras.

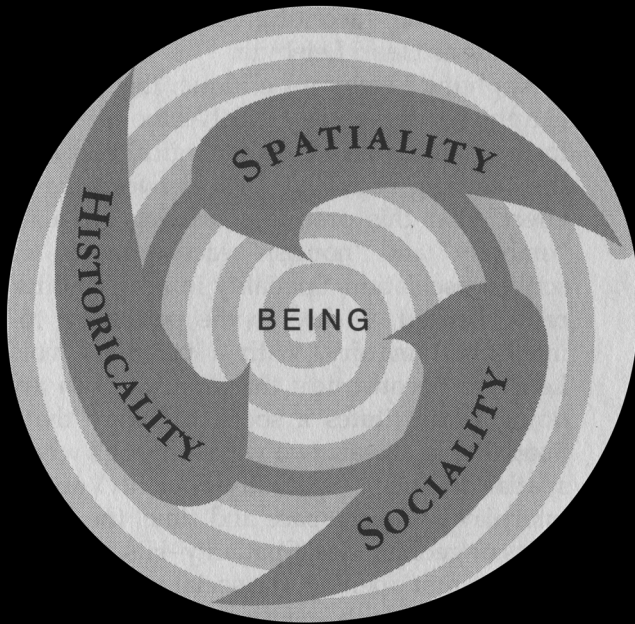
A morfologia urbana em paralelo a esta teoria performativa de espaço e analogamente à recomendação feita por Le Corbusier ganha uma outra perspectiva. O que antes era uma interpretação morfológica clássica do tecido urbano, focado principalmente na forma enquanto composição e ocupação urbana relativamente a um plano distributivo de objectos em função da descrição do contexto, com a percepção do

102. Soja, Edward W. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real and imagined places*. 1997, pág.70

103. Castells, Manuel. *A Questão Urbana*. 2000, pág.191

104. Corbusier, Le. *Por Uma Arquitectura*. 2002, pág.27

105. *Ibidem*, pág.27



[fig.24] Edward W. Soja, *The Trialectics of Being e The Trialectics of Spatiality* in *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined Places* (1997).

tempo enquanto factor de mutabilidade e continuidade expresso pelas relações, passa de uma posição de análise enquanto composição que se vê “depois” do efeito, para um entendimento das relações e estruturas que estão *in-placed* no momento.

Paralelamente, espaço, infraestrutura e sistema infraestrutural fundem-se num só objectivo operativo. Permitindo acrescentar ao espaço urbano antes concebido como efeito, uma concepção em que ele é o efeito, segundo um processo lógico de evolução que estabelece e compreende linhas configuradoras mais amplas que as condições preexistentes. Esta reflexão na comparação de espaço como primeira veemência da forma traduz-se em lógicas ou mecanismos de tipologia espacial onde consequentemente espaço e forma urbana mutuamente se definem e se informam, tal como a estrutura do objecto arquitectónico define, produz e sedimenta o território urbano.

*“Contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores, de alguns dos quais o homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele.”<sup>106</sup>*

A cidade é finalmente entendida como um corpo preenchido por extensivas e múltiplas redes de acção, factores urbanos entendidos como componentes discursivas importantes, resultantes da relação que se mantém entre urbanidade e território em diferentes tempos e em diferentes circunstâncias, desta causa-efeito de que goza agora o entendimento do espaço urbano. Assim, a teoria relativa à problemática da condição contemporânea da cidade consolidada tem de ser antes de mais revista, dado o espaço ser agora entendido pelas escalas urbanas de organização e relação, pelas suas unidades de massa arquitectónica e pelas forças sociais, políticas e económicas, tecnológicas, que ocorrem por detrás deste domínio. Tornando-se simultaneamente numa aposta e num mecanismo que opera no *background* da sua própria existência e procura produzir efeitos externos a si, em todos os níveis, em todas as escalas e em todos os tipos.

Os factores urbanos de dinamismo e variedade assumem-se *leitmotifs* por detrás de toda a prática e teoria da formação e transformação dos objectos e agentes urbanos. Da Arquitectura e do Urbanismo. Da organização do espaço.

E relembro Távora, para quem as formas estanques e dinâmicas têm a mesma importância na organização, “vemos na palavra «organizar» um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido, que a palavra «ocupar» não possui.”<sup>107</sup> Assumida esta intenção não mais podemos remeter-nos a uma visão parcial, antes, abri-la a uma maior ordem de factores, porque pela continuidade, como também já foi referido, condicionam e são condicionados.

Consequentemente, o mesmo autor fala-nos destes factores urbanos enquanto “circunstâncias”, ou seja “aquele conjunto de factores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser”<sup>108</sup>.

106. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.21

107. *Ibidem*, pág.14

108. *Ibidem*, pág.24

Identificar os sistemas que interagem na cidade enquanto reservatório complexo e de momento, torna-se assim o ponto de partida para se ser capaz de discernir os processos que estão na base do condicionamento da construção do “habitat” urbano e posteriormente redireccioná-los na realização de um projecto viável de organização de espaço, que ao invés de restritivo ou disparatadamente liberto, se assume proactivo, criativo, performativo, flutuante. Todavia,

*“A explicação das formas em função de determinada circunstância é em verdade difícil, sobretudo a sua compreensão total, e assim como um bom vinho só poderá apreciar-se bebendo-o e não raciocinando sobre a sua fórmula química, assim uma forma só poderá compreender-se vivendo-a, bem como a sua circunstância e não apenas ouvindo descrições a seu respeito ou consultando suas reproduções.”<sup>109</sup>*

A quantidade destes factores, a sua importância, a sua enunciação e até mesmo a sua ressonância no ambiente urbano, são declaradamente difíceis de abordar. Não só pela pluralidade que os envolve mas igualmente pela materialidade diferencial que assumem em cada forma urbana que se cria. E esta ambiguidade é tão mais verdade quando tentamos compreender os *factos urbanos* face à análise estrutural da cidade apresentada por Aldo Rossi.

O autor frente a esta interrogação, apoiou-se nos argumentos geográficos indiciados pela escola francesa, nomeadamente o sistema descritivo apresentado por George Chabot, de forma a concluir que “a cidade é uma totalidade que se constrói por si mesma e na qual todos os elementos concorrem para formar «l’âme de la cité»”<sup>110</sup>. Após esta conclusão, Rossi declara que “este é um dos mais importantes pontos de chegada no estudo da cidade; ponto a ter presente para ver concretamente a estrutura do facto urbano”<sup>111</sup>.

A sugestão de Rossi apesar de racional é tão vasta e abstracta quanto o carácter circunscrito à interpretação ou classificação dos factores e só vem confirmar o que já tinha sido avançado por Távora.

Mas uma coisa se pode indagar de ambas as teorias, que os factores urbanos apesar de ambíguos, se encontram entre a esfera material e a esfera imaterial da estrutura urbana, uma vez que Távora nos indica que uma forma só poderá compreender-se vivendo-a, e Aldo Rossi inicia que a cidade é uma totalidade que se constrói pela *l’âme de la cité*. Posto isto, duas interjeições se retiram: o facto urbano é de ordem tangível e intangível.

Mais, se nos revertermos aos *dispositifs* avançados por Michel Foucault compreende-se melhor esta tentativa de distinção ou de designação, dado que resumidamente Foucault os distingue em duas categorias principais: materiais e imateriais. Apresentando-os respostas e proporções, componentes intrínsecas do corpo urbano a partir das quais a cidade se constrói e se rege segundo discursos, instituições, propostas e construções arquitectónicas, regulamentos, leis, medidas, estatutos científicos, proposições filosóficas, questões relativas à moralidade e filantropia...Elementos por um lado corpóreos, por outro não corpóreos. Argumentando a duplicidade concluída anteriormente.

109. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.23

110. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.71

111. Ibidem



Porém, não é só esta a única alegação que se retira da teoria de Foucault. A descrição do aparato heterogéneo dos *dispositifs* permite ainda inseri-los numa forma estratégica de coordenação, na qual a cidade à luz desta variedade se lê simultaneamente concreta e híbrida, mas no fundo se constitui uma reunião que resulta de ambas as partes, assente em elementos discursivos e não discursivos, humanos e não humanos, que chegam a ser eles mesmos mais ou menos coerentes, mais ou menos fugazes ou então conjuntos de longa duração. Decorrentemente, para o autor a cidade é consolidada através da força exercida pelos *dispositifs* multidisciplinares e pela sua inter-relação.

Segundo as três perspectivas de Távora, Rossi e Foucault, o sistema urbano compõe-se e organiza-se pela acumulação de acções espaço-temporais individuais, de sectores espaço-temporais relativos a uma colectividade e ainda de sectores espaço-temporais produzidos nas próprias demandas do sistema urbano físico. Demasiadas incertezas inseridas no mesmo envelope. Demasiadas requisições e paradoxos aparentemente díspares e ambíguos. E, no cerne desta intrincada malha de lógicas surge então a dúvida que inquieta constantemente: como agarrá-las e constitui-las uma só estrutura, como retirar da complexidade uma só lógica de acção que reúna todas estas esferas que parecem tão distantes umas das outras e que inversamente concorrem juntas pelo mesmo protagonismo e acção no e pelo espaço urbano? A resposta passa por entender e modelar as estruturas urbanas consolidadas enquanto suportes flexíveis deste espaço performativo, mantê-las disponíveis a absorverem uma contínua reformulação espacial, só assim se garante que nunca venham a perder a especificidade e a centralidade de que gozam, porque a queda do *welfare state* atingiu consequências socio-espaciais incrivelmente cortantes na manutenção da estabilidade.

O ponto crucial a ter em atenção nesta passagem sobre a teoria dos factores urbanos não se trata tanto de revelar o que efectivamente são. Antes, iniciar um debate exactamente sobre a questão já levantada por Fernando Távora acerca da organização no meio da performance, resumindo a proposta de que a cidade deve ser entendida nesta codificação de dispositivos ou factores e consequentes relações em regras específicas formais. Constituindo-as directrizes de desenho e de planeamento, linhas guias da Arquitectura e Urbanismo da cidade. Assumindo as orientações das mesmas e permitindo que ressoem directamente em qualquer tentativa de realização arquitectónica cuja base possa ser demasiado abstracta ou contaminada por particularidades estéticas sem consciência.

Os factores urbanos não são somente vistos mas finalmente entendidos a linguagem através da qual se potencia a Arquitectura da cidade. Enraizados na história, na cultura, na economia e na política, na tecnologia, na geografia e na sociedade, no hedonismo e nas verdadeiras necessidades capazes de reconsolidar o que temos e consolidar o que pretendemos. São, afinal, os princípios presentes a ter em conta quando se trata de passar de uma estratégia de ocupação a organização de espaço com um olho no passado e um olho no futuro. Porque é mediante estas palavras interactivas que não apenas se definem as práticas mas se moldam as mesmas por elas. Que se permite a mutabilidade e as influências externas sem obrigatoriamente se ter de perder a continuidade da cidade [fig.25].



[fig.25] Camillo Pinila, *Some urban transformation variables in Healy, Patrick; Bruyns, Gerhard. De-/Signing the Urban: techo-genesis and the urban image* (2006).

No final, os factores urbanos são as leis urbanísticas de “como desenhar e concretizar as coisas todas juntas”. Os limites urbanos podem contrair-se ou alargar-se, permitir derrames ou simplesmente desaparecerem pedaços, que uma vez assumidos estes factores enquanto estímulo da estrutura, a transformação não se entende mais como fractura, nem a Arquitectura enquanto risco demasiado cirúrgico ou detractor, nem o Urbanismo como inexistente.

A morfologia urbana no reduto molda-se, continua, mas jamais perde o equilíbrio.

*“Sustentamos, pelo contrário, que a cidade é algo que permanece através das suas transformações e as suas funções, simples ou múltiplas, que a cidade sucessivamente satisfaz são momentos na existência da sua estrutura. A função é entendida apenas no seu significado de relação mais complexa entre várias ordens de factos (...) Uma relação deste tipo é, sem dúvida, diferente da de «uso» e da de «organização»”<sup>112</sup>.*

Torna-se assim claro que a maneira como a cidade funciona e se organiza é algo que no (i)limite oferece um extraordinário potencial de imaginação para quem usa o espaço e os elementos urbanos. Mas a questão da coexistência de diferentes experiências num só contentor infere dois pólos um tanto quanto extremos a considerar. Por um lado a cidade é um aglomerado entre a realidade e a imaginação, objectivo e subjectivo (sempre provisional, reforce-se), composto por mundos reais e irreais a níveis múltiplos, mas se formos mais fundo nesta questão, entre tanta variedade e complexidade e consequentemente tipologias morfológicas, encontram-se, digamos no outro extremo, demasiadas vezes padrões similares de produção e de organização, nos quais a tipologia morfológica urbana aparece, segundo os factores de dinamismo e diversidade, enquanto “a forma mais compreensível para o observador (...) aquela que melhor o retrate, aquela que com ele mais se identifique, aquela que ele conheça por conaturalidade, isto é por existência de uma natureza comum”<sup>113</sup>.

Na realidade conclui-se que entre as potencialidades imensas que nos oferece o espaço entendido à experiência do momento, não se descarta por completo a existência de padrões comuns. Logo, a organização inerente e proposta por estes factores admite lidar com a incerteza e apaziguar as gerações futuras. E isto parece ainda mais óbvio se quisermos sobreviver num mundo em mudança e reparar os nossos erros frequentes ou acomodar as nossas mais usuais alterações de disposição. Pois reconhece-se que é necessário existirmos num contexto maleável e um tanto quanto idiossincrático.

Um mundo flexível e potencial será aquele que permanece aberto à evolução, porém o custo da liberdade pode levar a um beco sem saída.

Uma nova forma de caos.

*“As formas de crescimento e de declínio são características intrínsecas da forma urbana, com consequências múltiplas e interessantes. Não deveriam ser fontes de satisfação ou de alarme automático”<sup>114</sup>.*

112. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.72

113. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.22

114. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.242

A lição que retiramos dos factores urbanos e da sua conduta é peremptória neste campo, visto que quando se começa a ver a possibilidade de conectar o momento de socialização directamente com a materialidade e situações urbanas, percebe-se que o Urbanismo enquanto disciplina que engloba todos estes factores, é realmente fundamental para a constituição e para a emergência de uma sociedade urbana. O espaço não emerge sozinho na mais pura abstracção, mas sim implicado numa esfera de presença e de encontro que remodela a sua morfologia momentaneamente. E por isso, este mesmo espaço é também um produto da variedade e especificidade do lugar urbano, resultante das formações sociais e variáveis intangíveis na virtude de que está indexado neste espaço integrativo e performativo. Paralelamente, absorvermos a dinâmica urbana como um elemento igualmente condicionante, onde a importância das formas arquitectónicas e urbanísticas se revestem pelos múltiplos factores, deixando-nos adivinhar que a cidade feita de imensos contrastes é una e consolidada porque existe nela um traço que a conforma.

Por detrás de todo o aparato meio confuso e disperso, entre cor, luz, sombra, texturas, materiais, casas, blocos, escadas, ruas, apegos e desapegos, altos, baixos... onde aparentemente não é defendida qualquer forma ideal, a cidade pode constituir-se facilmente um motor que ora avança, ora pára, ora recua, ora morre. Cabe ao Urbanismo enquanto matriz de planeamento da Arquitectura da cidade encontrar um meio-termo nas dinâmicas dos factores urbanos. Assumir-se *modus operandi* de organização das formas e conformação de todos os momentos díspares que possam ocorrer na mole urbana.

Não é que se exija uma teoria normativa de Urbanismo porque tal não é possível e, na verdade, a análise dos factores urbanos só é útil se a entendermos enquanto aplicação e abordagem aos aspectos relacionados com o Urbanismo no contexto. Porém a análise clarificou um pouco mais esta questão em volta da multiplicidade e complexidade, que passa por constituir uma orientação urbanística global por entre o incerto que premeia a condição urbana hodierna.

Portanto, quando incidimos a análise da cidade directamente sobre um só factor e posteriormente o constituímos linha de investigação, cedo se percebe que não é possível continuar o discernimento como uma espécie de verdade universal ou fórmula porque, inevitavelmente, o padrão é constituído nessa mesma complexidade. Com isto não se pretende dizer que não exista um sector onde um dos factores urbanos se destaque, existe sim, claramente existe, mas a cidade é composta pela diversidade das partes e das funções, entre zonas industriais, residenciais, de lazer, de cultura, de desporto, históricas, etc... E “é precisamente esta diferenciação que constitui um dos caracteres típicos da cidade. querer restringir estas várias zonas a um único princípio de explicação não tem sentido, assim como querer limitá-las a uma única lei formal (...) é uma criação nascida de numerosos e diferentes momentos de formação; a unidade destes momentos é a unidade urbana no seu conjunto; a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside no seu proeminente carácter formal e espacial”<sup>115</sup>.

Pela citação de Rossi, infere-se que apesar de um factor ser mais evidente num sector, não declina de todo a existência dos outros, pois continuam a trabalhar em conjunto. E o que acontece é que a organização do espaço tem na base uma atitude de escolha racional que não mete à margem as outras.

---

115. Rossi, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. 2001, pág.86

Assim, a problemática actual não pode continuar a ser compreendida segundo epistemologias modernistas pertinentes em construir o ambiente urbano segundo um desenho urbanístico coordenado e baseado na clara sectorização e especialização das componentes da cidade, como proposto pelos CIAM, depois de nos termos já apercebido que as mesmas teorias de *zoning* se têm constituído falhas.

A sobrevalorização ou especialização são portanto atitudes que constroem profundamente e, não preenchidos os múltiplos requisitos, peca-se pela monotonia e desajuste. Por conseguinte, a cidade sofre de uma doença de delapidação.

A proposta passa por uma eficiência e validade correlativa com as forças que guiam este processo evolutivo. Uma nova perspectiva precisa de ser formulada. E ao Urbanismo, ou melhor, aos profissionais da organização do espaço: urbanistas, arquitectos, advogados, geógrafos, governantes, informadores, designers de projecto, planeadores públicos... tantos papéis quantos os profissionais predominantes na actualidade deste tema, destinasse-lhes novamente esta função de atitude e de escolha, de proposta. Uma tarefa tantas vezes ingrata e definitivamente conflitual neste género de processo, que declaradamente balança entre “dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a importância de que as formas se revestem na vida dos homens e em segundo lugar, e como consequência, a responsabilidade que assume cada homem ao organizar o espaço que o cerca”<sup>116</sup>, na incerteza que envolve a gestão, dado não existir nenhuma teoria que possa ser considerada certa ou escolha apropriada enquanto não demonstrar que consequências provoca. E é aqui que actua a análise aos factores urbanos, pelas regras ou princípios fundamentais mediante a relatividade às dinâmicas dos factores no território. Antes de qualquer esboço. Antes de qualquer atitude ou opção de planeamento. Porque existirá sempre uma miríade a observar, a analisar e a considerar. Uma urbanidade a conformar.

Tal como a exploração das teorias estruturalistas ou mesmo o modo de estudo acerca da história ou cultura de uma cidade, das relações sociais e o ambiente urbano, podem ajudar a organizar uma investigação intelectual, os factores urbanos constituem-se pontos de avaliação que pelo mesmo método de comparação inerente aos aspectos da morfologia urbana actuam por padrão e por mensurabilidade, especulando a reacção do seu uso e presença no plano segundo a avaliação de extremos, determinando desta maneira as consequências detractoras e/ou benéficas que surgem por sobrevalorização e subvalorização e, posteriormente, procurando a medida mais eficaz de aplicabilidade. Desta forma podem ajudar a decidir localizações alternativas para uma actividade, ou decidir de entre propostas qual a mais ponderada. Podem ainda desempenhar um papel importante na exposição de um mau funcionamento ou explicitar um erro crasso, traçar programas diversificados... constituir-se ao fim e ao cabo material de apoio ao profissional.

Kevin Lynch, falava exactamente sobre estas *dimensões de execução* na sua abordagem estruturalista à *Boa Forma da Cidade*. E apesar de reconhecer desde à partida ser “insensato estabelecer padrões de execução para as cidades se a nossa intenção é simplesmente estabelecer generalizações”<sup>117</sup>, refere que “o que podemos generalizar são as dimensões de execução, isto é, certas características identificáveis de

116. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.24

117. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.111

execução das cidades que se devem prioritariamente às suas características espaciais e que são escalas mensuráveis (...) através de um número ou só através de “mais ou menos”. (...) Têm de ser qualidades importantes para a maioria, senão mesmo para todas, as pessoas e culturas.”<sup>118</sup>

A listagem proposta pelo autor reside portanto em certas regularidades, como a natureza física do universo, as constantes da biologia e da cultura humanas e ainda algumas características que eventualmente possam surgir por fenómenos associados à contemporaneidade de núcleos populacionais em grande escala, tais como os processos através dos quais são conservados e transformados.

Apresentadas estas premissas, o autor apresenta dimensões de execução: a vitalidade, o sentido, a adequação, o acesso, o controlo, a eficiência e a justiça.

Urgem agora duas questões... Se a cidade apesar de diferente do que era antes continuar a garantir estas dimensões e mesmo assim desenvolver as zonas anexas até ao ponto em que elas mesmas demonstrem esta listagem, porquê continuar a considerá-las zonas externas à designação de cidade consolidada? E ainda... se as zonas existentes de alguma forma carecem de uma destas dimensões porquê mantê-las restritas a uma intervenção na falha?

## **A Cidade Consolidada**

Após um discernimento das dinâmicas, das transformações e das viabilidades que acontecem e se espelham na alteridade da forma e tipologias inerentes ao corpo urbano, a cidade é de facto um conjunto espectacular de fragmentos diferenciais não lineares num tempo embora contínuo.

Designemo-la de: o quadro físico do Homem no seu grau mais complexo.

Entre diversos sectores espaciais, tipológicos, temporais, funcionais, ideológicos. Entre identidades, sistemas e lógicas, memórias e persistências ... a cidade lê-se pelas partes e por elas se torna holística. Porque já não se supõe mais a possibilidade de comunicar por meio de uma linguagem totalmente apriorística como também reconhecemos sem interesse uma comunicação que nada mais oferece do que pedras inertes consumidas.

*“Obsolescência e entropia, eis as duas ameaças à vida de uma tipologia”<sup>119</sup>.*

A afirmação de Nuno Portas no ensaio de 1969 sobre questões relativas ao território urbano e decorrentemente à Arquitectura, é terminante para uma aproximação ao entendimento da inquietação que tem sido o motor desta prova, ao introduzir, de novo, a problemática à exposição dual de duas disposições que anunciam perfeitamente a condição urbana da cidade consolidada na contemporaneidade.

Obsolescência e entropia. Uma só tipologia. Duas ameaças. Um erro.

A cristalização e a cegueira que pela desordem amarraram a concepção de cidade consolidada ao culto histórico provocaram o afastamento conceptual das novas zonas potenciais à leitura e interpretação enquanto território igualmente consolidado.

118. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.111

119. Portas, Nuno. *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. 2007, pág.55

Porquê? Porque a distinção ameaçadora, como revela Portas, formalizou-se numa falácia semântica em torno da palavra *consolidada*, ignorando que a cidade pode e é de facto considerada *consolidada* pela comunicação inseparável dos múltiplos agentes patrimoniais, materiais e imateriais como referido ao longo de todas estas páginas e, ainda assim, se apresentar um complexo diferencial cuja unicidade é garantia. Logo, se a cidade se estrutura na flexibilidade tipo-morfológica, a consolidação é, ao fim e ao cabo, um *work in progress*... Nesse caso, se os novos sectores da cidade se mostrarem tão exequíveis de potencialidade como a preexistente cidade fundacional, não será tempo de reconhecer que “se ele imita tão bem um louco é porque o é”<sup>120</sup>?

A questão é irascível, mas a tese reaccionária tradicional conservadora impôs esta conjuntura que defende o fechamento contra a contemporaneidade urbana. Determinou o seu encerramento, a sua inferioridade, ao accionar a sua posterior desintegração no actual sistema de análise à condição urbana, impulsionando uma tomada de posições adversas à abertura e à diversificação e não permitindo sequer uma nova mentalidade nem ampliação do entendimento do novo ocupante territorial que emergiu e se consolidou. Relegou-lhe o lugar secundário, pondo-o fora do que é a cidade consolidada.

Por esta via, torna-se mais necessário criar as condições e noções teóricas que permitam sustentar o sentido da abertura do termo, incluindo nele a diversificação e a pluralidade, desmistificando-se a falácia que gira em torno da questão.

Para o estudo holístico de cidade, deve-se antecipadamente propor uma redução de escala que permita avaliar as dinâmicas e performances de que se falou. E desta vez, a macro-cidade invalesce pela micro-cidade. Uma primeira atitude de deslocação essencialmente na procura das respostas nas porções fracionárias e tipológicas ulteriormente formais ao centro fundacional do território urbano. Lendo e criticando na dualidade e na complementaridade fora do quadro das redutivas oposições binárias que assolam o tema. Ou seja, uma abordagem segundo, permita-se o quase plágio da designação de Nuno Portas das *idades-território*<sup>121</sup>, *bairros-território*. Os quais correspondem às diversas áreas que se constituem pequenos pólos populacionais à escala de bairro dentro da escala urbana, designado de cidade.

Deve ainda explicar-se mais rigorosamente que ao invés da dimensão proposta por Portas esta análise não contempla as cidades satélite como o exemplo do caso de Almada em relação à Área Metropolitana de Lisboa, ou zonas rurais anexas aos núcleos urbanos. Antes, os conjuntos anexos, as bolsas intersticiais locais entre o centro fundacional e a periferia difusa.

### E assim, **A Cidade é um Cubo de Rubik!**

Um cubo mágico, inventado em 1947 por Ernő Rubik, curiosamente arquitecto e escultor, afim de explicar o complexo funcionamento das partículas físicas dentro de um corpo coeso, tendo em conta combinações algorítmicas que ocorrem pelos fenómenos performativos de transformação e alteridade das partes.

120. Baudrillard, Jean. *Simulacros e Simulação*. 1981, pág.11

121. Para um conhecimento mais alargado do conceito de *cidade-território* sugere-se a leitura de *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica* (1969) e *Os tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*, ambos de Nuno Portas.

Porque a morfologia urbana é igualmente feita por partes, cada bairro-território corresponde analogamente a uma das faces do cubo e todas juntas formam a cidade.

Desta personificação, em que cada face é constituída por diversas peças e cada peça é um elemento pertencente a uma das seis tipologias de cor, quando se mexe numa dessas peças afecta-se a face onde ela está inserida, interfere-se no bairro-território, e a face torna-se manipulavelmente diferente. Aceita a transformação e modifica-se o cromatismo. Consequentemente, a imagem do cubo também é alterada, mas o cubo não deixa de ser cubo coeso por essa metamorfose, não deixa de estar unificado.

O que discorre desta analogia é que cada mudança que ocorre na escala de bairro-território não tem directamente que implicar a desconsolidação do mesmo, nem sequer da escala urbana do cubo.

Determinadas vezes a forma molda-se, ganha novos vértices e a pureza altera-se, mas a cidade não deixa de funcionar por qualquer combinação que se faça, nem tão pouco se desmaterializa quando uma dessas peças eventualmente se transfere de uma face para a outra, permitindo concluir que a consolidação se garante na comunicação das partículas e que a busca do objectivo não tem mais que corresponder à estaquicidade da unidade, antes pelo contrário, pois a unificação do cubo actua pela combinação das peças.

O cubo é complexo. Permite 43 quintilhões de configurações possíveis. Mas admite uma só solução, que passa pela alteração das partes para chegar ao todo, pela modelação da sua morfologia e tipologia de cor, pela manipulação formal dessas escalas de bairro... E tantas mais serão as combinações se admitirmos que a cidade não se circunscreve a uma forma geométrica pura.

Uma outra analogia ao cubo de Rubik que se propõe, passa por entender as seis cores do cubo enquanto tipologias. Como explorado, a análise tipológica constitui-se uma aproximação de conhecimento da morfologia urbana, e consequentemente a estrutura rege-se nessa flexibilidade entre tipo e forma.

Nesse caso, pelo tipo, ou melhor, pela análise tipológica baseada nas dinâmicas da forma, pode também explicar-se como se gera e consolida um determinado bairro-território e posteriormente os fenómenos que decorrem dentro da morfologia urbana de toda a cidade.

Esta análise constitui-se a primeira excepção de ultrapassagem dos limites convencionais à obsolescência e à inércia apresentados anteriormente por Nuno Portas, cujas revertem a uma só tipologia, abrindo novas charneiras de intervenção e de amarração. E esta hipótese é fundamental para entendermos a Arquitectura da cidade uma vez que o tipo é o módulo de significado que actua directamente sobre o território. Convém por isso esclarecer, que quando se refere a *tipologia* da cidade, não se refere única e exclusivamente à tipologia arquitectónica. As tipologias intervenientes nesta abordagem prendem-se com questões não de estilo nem de época representados nas fachadas e cortes da construção arquitectónica *per se*, mas tipologias e sistemas tipológicos funcionais de estrutura urbana, de sociedade e de actividades. Em suma, o património urbanístico em toda a sua dimensão relativa à anterior abordagem dos factores urbanos.

Propõe-se então o seguinte exercício. Cada cor do cubo corresponde a uma tipologia, vermelho corresponde a habitação, amarelo a trabalho, verde a serviços de desporto e cultura, azul a serviços de educação e instituições governamentais, rosa a serviços de comércio, indústria e transporte e branco a serviços



de saúde. Devo referir que até esta distribuição é demasiado restrita às diversas tipologias anteriormente inferidas que satisfazem a urbanidade segundo o espólio patrimonial, mas ainda constitui-se uma pequena aproximação. Por isso, designemo-la de meramente funcional e social.

Se a cada face do cubo corresponder somente uma cor, o bairro-território torna-se especializado numa tipologia funcional e por isso, a cidade caracteriza-se sectorialmente, única e exclusivamente por diferença de especialidades tipológicas específicas, dadas as seis faces do cubo serem pólos de actividade estrita. Porém, se cada face admitir um pontilhado de cor, todas as tipologias funcionais estão garantidas nas diferentes partes. A face não se torna especializada e ingressa nela mesma uma pequena cidade, uma micro-cidade, garantido que todas as necessidades da população estejam em permanente comunicação num só sector e actuando como potencial espaço colectivo de vida urbana. Para além disso, se inferirmos que as linhas intersectivas entre as diversas peças se constituem sistemas de infraestruturas de conexão, a comunicação entre as peças e posteriormente entre as faces lêem-se mais facilmente. Dado que, se a cor for uma, o impacto cromático é tão forte que a face se torna um gigante quadrado da mesma cor e as faces sugerem-se não comunicativas entre si, separadas somente pela dissemelhança cromática. Todavia, se a diversidade existir, não só a face ganha uma nova leitura de multiplicidade como também o sistema infraestrutural sobressai e ainda desafia o limite das arestas, envolvendo-se o cubo numa trama comunicativa entre as diversas partículas e bairros-território.

Vejamos ainda mais uma outra conclusão mantendo a correspondência de uma cor a uma só face.

Quando pousamos o cubo numa superfície uma das tipologias não se vê e as faces posteriores ao nosso campo de visão não são tão perceptíveis e o cubo torna-se definido pela cor que está imediatamente sobre a luz dos nossos olhos, ou seja, a cidade é conjecturada só por essa especialidade. Ao invés, se as cores estiverem todas misturadas nas faces, o cubo é lido pela divergência e consecutivamente nenhuma das tipologias desaparece ou sobressai porque se misturam e coexistem com o mesmo protagonismo. A cidade torna-se performativa e pluridisciplinar pela alteridade cromática. Resumindo, os sectores funcionam melhor e os sistemas infraestruturais funcionam melhor se as tipologias funcionais estiverem todas presentes, se os bairros-território se constituírem não pólos especializados mas uma panóplia de cores, tornando-se espaços promissores de exequibilidade social porque validamente potenciais e atractivos. Paralelamente, se as partes da cidade intrinsecamente funcionam e se estruturam mantendo âncoras de conexão entre as diversas áreas de bairro, toda a cidade funciona melhor e é sequencialmente mais atracente. Logo, torna-se uma mais valia se as dimensões funcionais e de densidade se tornarem democraticamente distribuídas e persistentes no espaço. Por isso um grande cubo cujas partes e faces se apresentem de cores misturadas funciona melhor, estrutura-se e agarra-se, no fundo consolida-se.

*“A distinção assemelha-se à dicotomia clássica em sistemas fechados, com limites definidos que não permitam ou mesmo não propiciem novas trocas de informação ou energia com o contexto, e sistemas abertos, que admitem interações no espaço e no tempo e se regenerem com esta osmose.”<sup>122</sup>*

122. Portas, Nuno. *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. 2007, pág.47

Desta analogia ao cubo de Rubik e interpretação da citação resgatada do arquitecto Nuno Portas, retira-se o epílogo de que os sistemas patrimoniais que actuam como instrumento de desenvolvimento eficaz sobre uma base de distribuição territorial das actividades encaradas arsenal diversificado de possibilidades, têm procurado abrir o contorno restritivo com que se afronta a problemática da condição urbana face à questão da consolidação. Admitindo a criação de planos propostos à base de linhas gerais de orientação e organização territorial em que os tais sistemas abertos, desenhados sobretudo à luz da potencialidade dos bairros-território enquanto módulos interiormente diversificados e compostos de sistemas de mobilidade, tendem a uma generalização territorial que permite já um certo respiro de alívio e de desmistificação do conceito de *cidade consolidada*.

Esta disposição territorial e diferencial das tipologias na condição hodierna, como apresentado no subcapítulo relativo à *manifestação de uma nova (id)entidade*, tem frequentemente demonstrado que os novos abcessos anexos ao centro fundacional se desenvolveram e são já hoje extensões/resposta às necessidades da população quanto o famigerado centro urbano, assumindo-se igualmente “áreas habitadas [onde] existe uma malha requintada de mistura de actividades. A produção, o consumo, a residência, a educação e a criação continuam a acontecer na presença umas das outras. Ninguém necessita de se deslocar para longe para realizar qualquer destas actividades, embora qualquer pessoa se possa deslocar se assim o desejar. A integração espacial e temporal das actividades suporta a sua integração funcional.”<sup>123</sup> São de facto novos centros de persistência que se geraram em torno da arbitrária existência de um quarteirão de habitação, fábrica ou centro comercial e que pela entrada das novas condições da contemporaneidade, da mobilidade e transmissão social, foram progressivamente ganhando estrutura e cultura territorial.

Sequencial à linha do tempo da cidade emergiu uma nova Arquitectura vizinha à do palco antigo, exigindo novas infraestruturas e novos sistemas infraestruturais num maior rol de património urbanístico, mais recente e possivelmente estilisticamente diferente, mas cuja História é a mesma.

Em perspectiva, temos uma situação inteiramente nova de liberdade de escolha à escala do território urbano se finalmente entendermos a cidade por esta perspectiva. Corta-se o vínculo tradicional que se criou em volta do centro fundacional como palco perpétuo de consolidação e assume-se que os espaços urbanos em torno começaram a querer superar o pecado original da urbanidade perdida que se lhes relega. Esta nova especialização plural, este desenvolvimento que ocorreu dentro dos bairros-território, não mais se constitui peremptoriamente a um zonamento funcional estrito como proposto pela Carta de Atenas (1933) apresentada pelos CIAM, e sobre qual já se falou no início deste debate.

Posto isto, o mapa urbano de cores já não joga e nem pode jogar por mecha sectorial, mas pela pulverização das mesmas nos bairros-território. Um e outro pólo, cidade consolidada e bairro-território, cometa-se a falácia para melhor se explicar, podem de facto apresentar-se entidades consolidadas na mesma superfície terrestre e posteriormente se interceptarem como um puzzle, formando a cidade pelas partes.

---

123. Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.284

A nova paisagem complexa definitivamente contrasta e abre as monoculturas extensivas do passado, uma vez que “os pequenos territórios locais são distintos no seu modo de vida, mas estão juntos. Nenhuma região vasta é interdita às pessoas. Todas (...) têm consciência da variedade que as rodeia”<sup>124</sup>. Consequentemente, o afastamento físico entre estes dois pontos relativiza-se mediante as comunicações eficientes que a nova escala integrativa permite através de uma maior proximidade em tempo real efectuada nos sistemas infraestruturais e até mesmo nas estruturas físicas contemporâneas que surgem nos novos pólos. A cidade amarra-se do centro fundacional aos bairros-território, bem como os bairros-território se amarram a ela e ainda uns aos outros na interconectividade dos fluxos de movimento e na interdependência de valências. E a realidade mostra-nos uma rede de comunicação complexa e estrutural que se distribui já pelo território. Gânglios ou faixas que aproveitam, absorvem e recuperam as zonas dispersas. Transportando-as na sua rede interpenetrante e formalmente reconhecível pensada exactamente na sequência de espaço interno/externo urbano em favor de uma vida quotidiana contemporânea mais acessível e performativa. O princípio dos bairros-território assegura por isso que os focos direccionais estejam permanentemente ao serviço de todos e de tudo, estabelecendo um permanente diálogo.

Mas porque “o campo da arquitectura (...) é um campo quase desprovido de *feedback*, que se propõe portanto, ele próprio, como arbitrário e, desobrigando-se de «prestações de contas» à sociedade e à cultura pelo valor de serviço e de comunicação que assegure, condena-se, ipso facto, a não progredir senão por guinadas ou lampejos «geniais» e a isolar-se perigosamente de outros caminhos pelos quais os homens avançam”<sup>125</sup>, frequentemente assistimos a uma conjectura que os caracteriza pontos isotropos, zonas reverberatórias de individualismo pela origem da panóplia de vicissitudes e património urbanístico que disponibilizam, pelas mobilidades céleres que o próprio tempo urbano criou. São zonas de expansão que parecem não fazer parte da história nem da estrutura daquele primeiro núcleo, sendo por conseguinte postas fora da dimensão, uma vez que o seu espaço colectivo parece carecer das amarras, do fundamento de ideologia e cultura tradicional, da coerência organizacional de urbanidade e estrutura Arquitectónica, que só o núcleo fundacional personifica por persistência.

É exactamente nesta falta de *feedback* que a subsistência da resignação, o virar-se costas a uma situação tão imediata a nós e tão carente de crítica e absorção, envolve a Arquitectura e a questão da consolidação. A condição actual que se auto declara por uma maior integração de escala já existe na forma urbana, só não no intelecto humano ou no desfazamento linguístico. E em síntese, deixou-se a discorrer a problemática com forçada simplificação. Não se progrediu e acabou-se inclusive por transtornar o que poderia vir a ser um esquema de intervenção na Arquitectura. Um verdadeiro projecto urbanístico contemporâneo, necessariamente interdisciplinar e de desenvolvimento polarizado e global. Face a isto, porquê continuar a insistir ter apenas uma direcção na Arquitectura, se os fluxos e os homens avançam, progridem e reclamam este mesmo avançar em outras direcções?

Proponho expor a cidade de **Coimbra ao esquema de Richard Rogers** para Manchester:

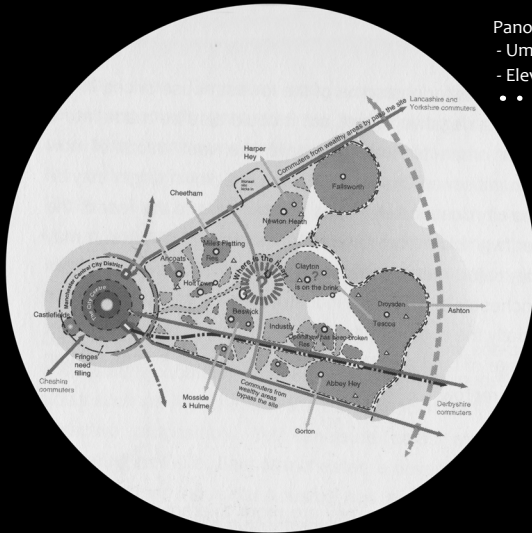
124. Lynch, Kevin *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.285

125. Portas, Nuno. *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. 2007, pág.31

CONSIDERANDO QUE:

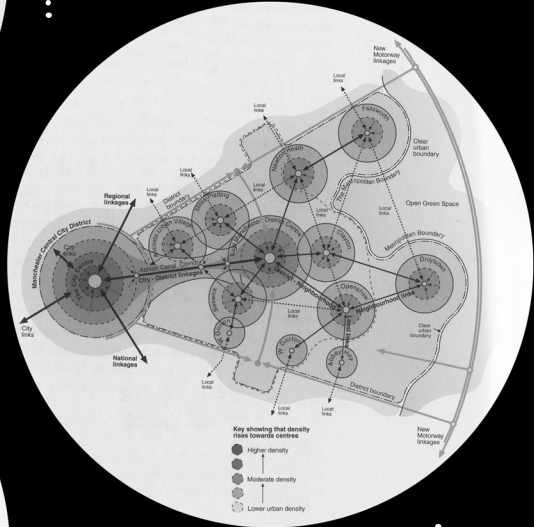
Panorama a Este de Manchester antes de 1970:

- Uma série de comunidades fragmentadas.
- Elevado Potencial de desenvolvimento.



Proposta para Este de Manchester em 1970:

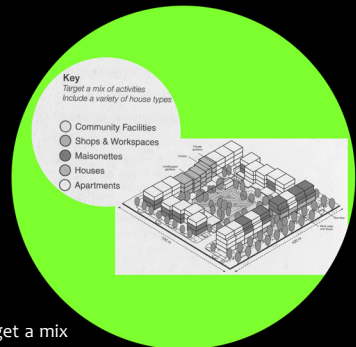
- Diversos centros de mistura de usos integrados.
- Desenho conjunto das comunidades.



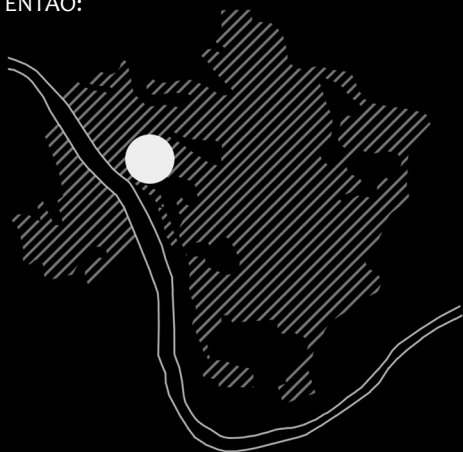
O Master-Plan re-integrou a Zona Este de Manchester com o Centro Fundacional. Novos e preexistentes quarteirões foram construídos e reconstruídos ao longo de corredores verdes e canais.

PORQUÊ?

A densidade obteve-se pela chave: "target a mix of activities include a variety of house types".



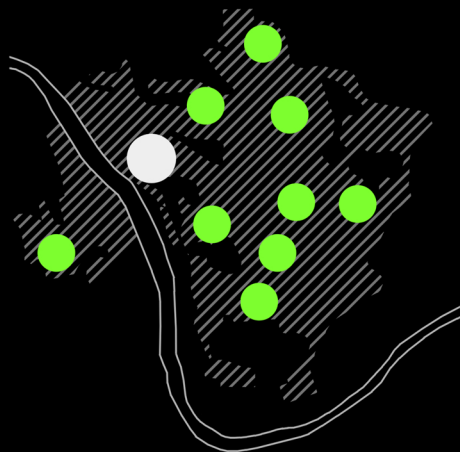
ENTÃO:



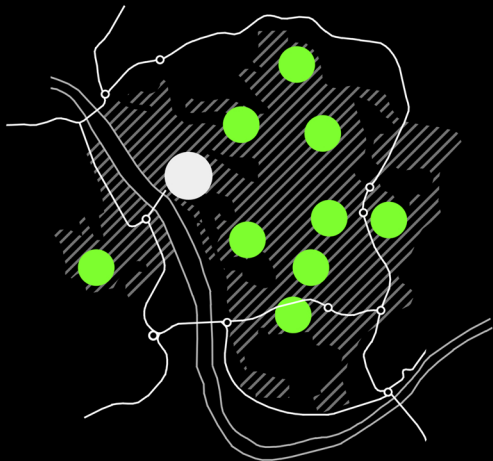
Panorama esquemático de Coimbra:

- Zona urbana de densidade

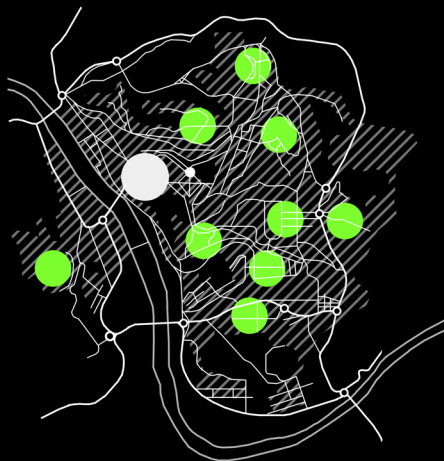
- Zona Histórica



- Bairros-território balizados internamente por tipologias funcionalmente e arquitectónicamente diversas.



- Sistema principal de mobilidade urbana



- Sistema secundário de acesso local, interno aos módulos e de ligação ao resto da cidade.

**= COIMBRA CONSOLIDADA**

Depois do esquema, as questões e as conclusões:

Se pegarmos numa determinada zona, relativamente recente, digo recente na sua tipologia arquitectónica, onde factores de memória e saudosismo ainda não pesam, continuaremos a ignorar que essa área pode constituir-se ou já se constitui área consolidada? Se a questão não passa mais pela afirmação de uma identidade romântica, pois já vimos que esta se adapta e se remodela pelo tempo, se a carga histórica não a impede de alterar-se porque permanece sequencial, se aliás a sua característica maior é a pluralidade, a versatilidade, a complexidade, a manutenção de tipologias de actividades e sociedade que consideram todos os pontos da dimensão estruturalista de execução proposta por Kevin Lynch e, se ainda assim se garante um sistema infraestrutural diferente mas plenamente ancorado ao e pelo resto da cidade, comunicando e sendo base de comunicação... não será de considerá-la também consolidada?

De facto, o Bairro da Solum, tal como o Bairro Norton de Matos, o Bairro de Celas, o Bairro dos Olivais ou o Bairro de Santa Clara, ou qualquer outro bairro-território de Coimbra, são exemplos de como um núcleo urbano posterior pode constituir-se uma zona consolidada. Amarrar-se ao território urbano mediante a garantia da persistência, porque oferecendo um manancial de possibilidades e actividades, embrenhando em si diferentes densidades de ocupação e de população. Por isso, funcionando enquanto pólo extremamente atractivo de colectividade.

Logo, porquê continuarmos a considerá-los não consolidados? Porque espacialmente se localizam fora dos limites da Alta e Baixa coimbrãs?

Em perspectiva o que se observa é que mesmo sendo micro-cidades ancoradas ao centro fundacional, são mantidas fora da designação de consolidação porque espacialmente dispersas.

Neste caso, trata-se de um erro efectuado sob uma leitura unilateral. Um engano provocado exactamente na falta de *feedback* de que se falava há pouco frente às dinâmicas contemporâneas e à escassa profundidade de interpretação do tema, e que não pode continuar a correr por lacuna de ideologia acomodada ou linguagem estereotipada, por isso vejamos:

**\*Consolidado:** *adj.* 1 consistente; 2 firme; 3 seguro; 4 garantido.

**\*Disperso:** *adj.* 1 espalhado; disseminado; 2 separado; dividido; 3 destroçado; 4 posto em debandada; 5 tresmalhado; 6 que se ocupa de várias coisas simultaneamente.<sup>126</sup>

No limite, trata-se de enfrentar o que influi na designação de *consolidação*. A área enquanto aglomerado populacional ou a disposição territorial que a área assume.

A interpretação é completamente diferente e assume duas classificações. Por isso é preciso explicar que *consolidar* se refere à estrutura urbana enquanto *disperso* entende a localização territorial dessa mesma estrutura. Simultaneamente, mesmo estando uma área territorialmente dispersa e/ou distante do centro de identidade mais antigo, como o caso dos bairros-território em Coimbra, não implica necessariamente que a sua estrutura não esteja garantidamente consolidada, fortalecida, cimentada. Apenas dispersa.

126. Dicionário da Língua Portuguesa. 2009, pág.407 e 544, respectivamente.

Efectivamente, é um paradoxo, é uma falácia. Um hiato de desfasamento de expressão.

Por conseguinte, quando se analisa a questão relativa ao tema da *consolidação*, há que ter presente o objectivo principal da mesma enquanto descrição estrutural da cidade ou das partes da cidade, não de disposição.

E esta confusão lexical resolve-se exactamente na acepção da realidade. Em finalmente assumir que a cidade ao longo do tempo se alarga e contrai por partes e paralelamente essas partes crescem e diminuem em densidade populacional e em densidade patrimonial. Que sistematicamente se adaptam, inovam, enchem e modificam as tipologias urbanísticas e as malhas territoriais, mas são espaços que efectivamente despoletaram e se afirmaram após a explosão da cidade além dos “muros de limite”.

Conclusivamente, não são portões nem arcos de triunfo à entrada da cidade histórica. Antes territórios ulteriormente urbanizados porque habitados, usados, transformados em espaços colectivos de interacção. É este o novo tecido consolidado, entre o centro “sólido” e a periferia escangalhada, onde a *cidade consolidada* ganha uma nova face na forma urbana, integrando a estrutura preexistente e a expansão.

### **Por uma (re)Urbanização nos Tecidos Consolidados**

Eis que chegou o momento da transição. O instante em que a percepção do espaço urbano consolidado não mais se limita a uma visão fixa e a cidade passou a ser moldada por diferentes contingências e diferentes espaços necessariamente relacionados à experiência do quotidiano, nos quais a Arquitectura e o desenho urbanístico se associaram à ideia de percurso com a introdução das múltiplas referências que o tempo lhes permite. Mas a lógica do fenómeno urbano atingiu um novo paroxismo. Porque sendo dois os paradigmas à formação urbana, a questão da consolidação hodierna lê-se na ambivalência entre o velho e o novo, na qual os elementos nem sempre se mostram/querem comunicativos.

Nesta perspectiva colateral ressalta a inquietação relativa à organização do espaço. E assim, o que foi feito daquele primeiro pedaço de cidade consolidada, o que lhe aconteceu e a que correspondem os processos de reintegração desse núcleo fundacional entregue durante tantos anos ao cenário do fetichismo historicista? Em paralelo, como se estrutura e ordena a nova face urbana?

*“O desafio (ou riscos) dos tempos que correm e dos que virão (...), estão, por um lado, em não facilitar o esvaziamento e abandono do stock edificado do ensanche histórico e, por outro, em não criar expansões sem assegurar a continuidade e o carácter do espaço público ainda dominante e vivido no aglomerado.”<sup>127</sup>*

A condição actual bateu de frente a um contexto submisso a várias décadas de Arquitectura encaixotada por uma multivalência de filões político-económicos em favor das massas, as mesmas personalidades e desígnios que provocaram o individualismo e caos urbanístico desregulado de que padece a falta de encanto das pedras transitórias das novas áreas. E, “at the end of the day or of the city trip, the city leaves while the resident is left – probably with the peels and empty boxes as well”<sup>128</sup>, assistindo-se ao esvaecimento do centro fundacional e à sobrelotação dos bairros-território.

127. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.63

128. Metz, Tracy in Healy, Patrick; Bruyns, Gerhard. *De-/signing the Urban: tech-nogenesis and the urban image*. 2006, pág 340

O planeamento romântico e conservador subsequente às pós-guerras delapidou o vórtice antigo. Prendeu-o a um *património urbanístico: entre os resíduos do mito, do imago e da inércia*. Na contracorrente, a sociedade e os tempos não mais encontram satisfação nem razões de habitabilidade no silêncio das pedras sedutoras, transferindo-se para as zonas intersticiais.

Mas se existe sedução na cidade que nos permite uma qualquer persistência no território, essa encontra-se nos palcos antigos. Dado que mediante as palavras supracitadas de Nuno Portas, referentes a uma reflexão de 1997 sobre os paradigmas da formação urbana, a mesma se construiu e se pode voltar a construir na continuidade do carácter de espaço público dominante e vivido.

E é um facto que as áreas antigas se constituem na generalidade zonas de alta qualidade de espaço urbano colectivo. Beneficiando de um saber histórico estrutural, o espaço social que se gerou nesta fracção contém o início e a lição da organização coerente urbana, onde nem mesmo a falha no sistema de habitação corrente faz esquecer que a um tempo aqui se exprimiu e se fomentou a unidade da urbe, que “não é outro o significado da clareza com que as ruas são limitadas pelas casas contínuas (...) porque o condicionalismo mudou, não é menor o estímulo que nos dão para que futuros ambientes assegurem a sobrevivência de uma fortíssima vida de relação que se opõe ao individualismo”<sup>129</sup>. Compreendendo-se desta maneira, porque é que antes de um plano de ordenamento territorial às zonas de expansão a busca da sedução incorre primeiro ao “centro”.

Nomeadamente na Europa onde as transfigurações foram mais expressivas, sente-se esta mesma urgência, sendo vários os projectos de reciclagem e revitalização que se comprometeram à procura dos palcos antigos e zonas degradadas entre a inutilidade e os escombros, escolhendo-os capitais de reabilitação e pivots de um processo de modernização do espaço.

Contam-se, por exemplo, as experiências levadas a cabo em Paris (Le Marais, 1960), em Berlim (IBA, 1987), e em Londres, onde “the London Docklands Development Corporation was launched in 1981 as a public-private partnership to reclaim and re-use the magnificent abandoned docks of the old Port of London”<sup>130</sup>.

Portugal não fugiu à regra. E apesar do prolongamento do regime ditatorial para lá do final da II Guerra Mundial ter imobilizado e desfasado o desenvolvimento urbanístico nacional em relação ao resto da Europa, a centralidade e corporativismo do Estado Novo iniciou acções de valorização e conservação dos bairros fundacionais, onde ocorreram importantes intervenções, como dita a Renovação da Alta Universitária de Coimbra iniciada em 1948, ou as operações de salvaguarda e salubridade para o bairro de Alfama em Lisboa, realizadas entre 1960 e 1962.

Embora a intencionalidade subjacente a esta iniciativa ter sido duramente criticada pois considerada álibi de estratégia política e operação de cosmética para “inglês ver”, homologada a uma Arquitectura de Estado, surpreendeu pela contrariedade às concepções sociais dos restantes Estados-providência.

E se porquanto tímida e mais discursiva que prática, foi fortuita nos anos seguintes à queda do regime,

129. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.139-140

130. Rogers, Richard; Power, Anne. *Cities for a Small Country*. 2000, pág.197



nos anos finais de 70, anos 80 e 90 do século XX, quando a descentralização colaborou para a elaboração de diversos Planos e Programas bem como a criação de Gabinetes Técnicos que apoiavam as iniciativas de planeamento e reordenamento local, atingindo formalmente todo o território português. Desde os dois maiores núcleos bicéfalos de Portugal, Lisboa e Porto, a cidades de dimensão média como Guimarães, Guarda, Évora, Tavira e até mesmo as Ilhas Atlânticas, como é o caso de Angra do Heroísmo.

Após o *boom* habitacional que nunca obedeceu a uma lógica de etapas de gentrificação e hierarquização, assistiu-se a várias tentativas de dupla acção de planeamento de consolidação e pertença de espaço. Por um lado, “reformista” (de fora para dentro) que se interessava por resgatar o velho centro afim de incluí-lo definitivamente nas dinâmicas da contemporaneidade, contrariando igualmente a síndrome da expansão desmesurada além “muros medievais”. Por outro, “revolucionária” (de dentro para fora), na qual os espaços intersticiais para que se constituíssem verdadeiras âncoras deviam obter a coerência estruturante que só o centro fundacional gozava em questões de espaço colectivo.

À Arquitectura coube-lhe esse papel, essa intervenção de desenho de chão e matéria, reedificadora da unicidade da cidade num planeamento ao património urbanístico.

*“A integração dos objectivos de salvaguarda e valorização do património cultural e natural e edificado com as políticas de ambiente, planeamento e ordenamento do território (...) é a única perspectiva operativa para que a problemática do património não seja isolada no domínio de políticas culturais e/ou entendida como mero e exclusivo instrumento das indústrias do turismo.*

*Porém, consciente e conseqüentemente, os portugueses ainda se não decidiram a enveredar por esses trilhos.”<sup>131</sup>*

A enorme complexidade de planeamento e acções de salvaguarda, valorização e gestão aplicadas ao património urbanístico português revelou-se, no entanto, um paradoxo.

Apesar de admitirmos a História do Urbanismo a “disciplina que, entre diversos objectos, estuda os processos culturais que catalisam e se plasmam na permanente evolução e relação do território e dos núcleos urbanos (...) essenciais para o florescimento de políticas de salvaguarda”<sup>132</sup>, tal como afirma Walter Rossa, o absentismo crítico frente à ciclópica profundidade de maturação do tema e a sua integração nestes processos não tem sido fácil como já foi inferido anteriormente, catalisando a “ausência de reconhecimento do Urbanismo como um fenómeno cultural *per se*, por vezes se necessário, algo independente da própria Arquitectura.”<sup>133</sup> Frequentemente acentua-se um duplo desprezo. Ao espólio arquitectónico superficial balizado menos valia e, decorrente do primeiro, a ainda ignorância da morfologia e cadastro do espaço.

No caso da intervenção esta situação tornou-se explícita, presentindo-se cada vez mais o afastamento do Urbanismo da esfera operativa da Arquitectura, existindo nalguns casos a cisão entre ambas.

O planeamento e a gestão dos núcleos urbanos existentes fixaram-se ao conceito culturalista de património arquitectónico pleonástico de *centro histórico* e a própria reformulação da *Lei dos Solos*, Dec.

131. Rossa, Walter. *Do Projecto para p Plano. Contribuição para a Integração Património/Urbanismo* in Periódico ECDJ: Em Cima do Joelho# 9 . 2005, pág.10

132. Ibidem

133. Ibidem, pág.13

Lei nº 794/76 de 5 de Novembro, Artigo 42.º, subentendeu que “a delimitação de uma área crítica de recuperação e reconversão urbanística implica, como efeito directo e imediato: a) A declaração de utilidade pública da expropriação urgente, com autorização de investidura na posse administrativa, segundo o processo correspondente, dos imóveis nela existentes de que a Administração necessite para a execução dos trabalhos a realizar para a recuperação ou reconversão da área”<sup>134</sup>. Ou seja, a requalificação da área ao invés de correr sobre o património urbanístico, actuou incisivamente e insistentemente sobre o património arquitectónico e de interesse cultural. “Quase invariavelmente a identificação desses conjuntos deixa de parte a respectiva contextualização urbanística da qual depende a sua cabal inteligência”<sup>135</sup>. E a falta da mudança nas escalas de percepção e de actuação conduziram à insustentabilidade do planeamento urbano, assistindo-se a inúmeras experiências de insucesso na salvaguarda dos núcleos e inclusive fazendo-nos esquecer outras, revolucionárias e integrativas, cujos objectivos foram parcialmente atingidos.

### O Processo SAAL/Norte

Uma dessas intervenções que vale a pena referir é a Operação Ribeira/Barredo no Porto, incluída no processo Autogestionário de Serviço Público levado a cabo pelo Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) em 1974, extenso às áreas Norte, Centro e Sul<sup>136</sup>.

A operação lançou uma acção de salvaguarda e valorização da área preexistente da cidade partindo de uma pequena área junto ao rio Douro e alargando-se progressivamente à zona mais antiga da cidade, opondo-se ao anterior plano de renovação urbana proposto nos anos 50 e 60 que promulgava a demolição do Barredo [fig.28].

Fernando Távora, uma das figuras mais mediáticas do projecto SAAL/Norte, manifestou a crença na renovação urbana assente na protecção e recuperação da zona, pioneira na proposta de um plano piloto que considerava todas as dimensões do património urbanístico sobre a área do Barredo, bem como um estudo preliminar incidente nas ciências sociais. O valor patrimonial não se restringiu portanto à interpretação física do espaço enquanto símbolo histórico ou estético-cultural e paralelamente de toda a cidade do Porto. Antes, o plano, que por um processo de síntese integrava o conjunto de objectivos e estratégias de implementação disciplinarmente alargados desde o limite da complexidade do contexto à flexibilidade dos mecanismos de avaliação e aferição durante a sua execução, reverteu-se numa rigorosa simbiose de gestão entre análise, proposta, projecto e implementação.

Insubmissas ao cenário urbano burguês e imbuídas de um espírito social de “direito ao solo”, as brigadas SAAL demonstraram uma extraordinária vontade de progresso nas ideologias, acções e escalas de intervenção, cuja condução do processo pretendia antes de mais assegurar a população trabalhadora já residente que vivia e trabalhava nas piores condições de habitabilidade e exploração, de forma a prevenir

134. [http://www.igf.min-financas.pt/Leggedaldocs/DL\\_794\\_76.htm](http://www.igf.min-financas.pt/Leggedaldocs/DL_794_76.htm), consultado a 29 de Agosto de 2008.

135. Rossa, Walter. *Do Projecto para p Plano. Contribuição para a Integração Património/Urbanismo* in Periódico ECDJ: *Em Cima do Joelho* # 9. 2005, pág.11

136. Para uma mais vasta exploração sobre o Processo SAAL recomenda-se a leitura do livro *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* da autoria de José A. Bandeirinha, editado em 2007 pela Impresa da Universidade de Coimbra. Todo esse manancial de produção arquitectónica até aqui balizado a levantamentos parciais, encontra-se finalmente analisado e inventariado nesta obra.

a deslocação da mesma e a posterior desintegração de toda a área através da reabilitação às habitações já existentes, ocupando o local original e fazendo frente à própria valorização da propriedade e da zona que poderia decorrer da operação, apresentando-se simultaneamente como um instrumento de controlo dos movimentos e especulações de massas e *lobbies*. [fig.29]

Outra importante contribuição da operação revela-se na corporação colectiva que conjugou diferentes entidades promotoras, nomeadamente corpos científicos e técnicos ligados às políticas habitacionais e urbanas entre alguns dos quais se contavam os arquitectos Siza Vieira, Camilo Cortesão, José Gigante, Nuno Portas<sup>137</sup>; o Estado, através de serviços e departamentos sectoriais ou de base local; partidos e organizações políticas; a presença tutelar do Movimento das Forças Armadas; tal como organizações compostas pelos moradores dos diferentes bairros onde recaiu a operação.

A grande proposta era exactamente a vantagem da acção segundo uma não solicitação do povo, antes a provocação do mesmo, constituindo-o catalisador de uma organização popular capaz de, tal como a geração de profissionais, se tornar contestatária na luta por um objectivo de libertação urbana e social premente [fig.30].

Se lembrarmos a postura de Fernando Távora ainda antes do lançamento do projecto e exposta nas páginas *Da Organização do Espaço*, publicado a primeira vez em 1962, facilmente indicamos o porquê deste associativismo e adopção dos modelos modernos assentes numa prática urbanística inovadora e continuada, porque o mesmo refere que “o amadorismo dileitante com que hoje, e todos nós, projectamos e construímos em Portugal, não se compadece com a dura realidade que nos envolve e, sem cair em mitos ou utopias, haverá que, nesta matéria, rever toda a nossa posição e tentar soluções próprias para as nossas próprias e várias dificuldades, o que aliás, não poderá resultar apenas da boa vontade de certos sectores mas de uma colaboração total a estabelecer entre todos.”<sup>138</sup>

A Operação Ribeira/Barredo nasceu dentro desta mesma predisposição alternativa e auto-promotora onde “a forma que resulta da imposição consciente pode não ser significativa, a forma que resulta da colaboração consciente e intensa de todas as partes que a ela estão ligadas, sê-lo-á com certeza.”<sup>139</sup> E consequentemente, a experiência e investigação revela uma extraordinária eloquência face à realidade do país e das formas de intervenção urbana, sobre uma Arquitectura ao serviço das populações e da sua luta pela transformação das relações sociais em prol do bem estar colectivo e individual e do desenho da cidade. Por conseguinte, o objectivo foi o de manter e também interpretar o espólio arquitectónico existente. Oferecendo novas condições de habitabilidade e actividade funcional segundo uma estratégia de requalificação que contava ainda com a experiência contemporânea experimentada na Escola do Porto. Pela introdução de novos equipamentos e habitações que se acolhiam entre as paredes antigas que definiam as vielas ou os pequenos largos acompanhando a topografia de declives acentuados tão característica da zona.

137. Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo na altura.

138. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.66

139. *Ibidem*, pág.70

Aos especialistas do conhecimento e das competências técnicas de habitação e urbanismo (arquitectos, engenheiros, sociólogos, juristas, geógrafos...) foi coadjuvada desta forma uma definição de estratégia que contemplasse o cumprimento dos objectivos do movimento bem como as requisições das fusões que estabeleceram com as comissões de moradores e as quais abarcavam praticamente todas as decisões do programa local de habitação. Uma vez que as populações tiveram a oportunidade de discutir e escolher não só a localização da intervenção mas também a qualidade e funcionamento do espaço residencial e das infraestruturas fundamentais. Contribuindo para a enunciação de regras relativas à tipologia habitacional e a sua organização interior e exterior tal como a listagem dos valores das rendas e das amortizações, dado que uma percentagem das condições de financiamento do projecto eram disponibilizadas pelas mesmas. Cumulativamente, tiveram ainda a oportunidade de contribuir para a decisão da instauração de serviços comuns de consumo, reivindicando que equipamentos urbanos e sociais devria ser instalados no local, entre os quais se contam um sistema de transportes públicos adequados, espaços de lazer para crianças, escolas, creches, espaços verdes, centros de dia para idosos, centros de saúde, espaços desportivos e de lazer.

Contudo, como se indaga pelas palavras de um dos protagonistas directos, Nuno Portas, escritas em 1979 no ensaio *O Serviço Ambulatório Local/SAAL - como Processo Autogestionário no Serviço Público*, a operação e as respostas aos múltiplos requisitos nem sempre foi fácil e reflectiam o não cumprimento e arrastamento do projecto de Arquitectura Não só os técnicos foram peremptoriamente obrigados a discutir as concepções estéticas e as preferências multifacetadas dos moradores, procurando entre soluções técnicas de baixo custo uma maneira de configuração e personalização de acordo com as vivências, mas também o “modo como as associações dialogaram com o aparelho de Estado por vezes hostil evidenciando um pragmatismo para conseguirem o essencial e tornando-se cada vez menos peças movidas pelos jogos de partidos.”<sup>140</sup> Paralelamente, assistia-se a uma política próxima da autoconstrução a fim da obtenção da casa de sonho, a qual não era de todo objectivo. Os Bairros construídos e respectivas tipologias habitacionais sofreram por isso uma evolução programática díspar de acordo com os diferentes processos de concepção, edificação, gestão e vicissitudes. Em que cada qual progrediu no tempo segundo os mais diversos ritmos e contextos económicos, geográficos, políticos e sociais representativos das corporações dos moradores. No exterior correram comunicações de que esta era uma operação cada vez mais entregue ao *fait-divers*, activando-se disputas internas acessas dentro da autogestão corporativa bem como a própria consciência da descentralização do Estado em favor das vontades da população.

Cedo se percebeu estar “diante de um processo largo e paciente, não isento de contradições internas, de períodos de agressividade a que se seguiram inesperadas cedências perante a administração, desmobilizações nos períodos de refluxo, activismo de líderes em determinadas fases que se retiravam depois para seguir outras tácticas dos partidos a que pertenciam”<sup>141</sup>. E por isso, o autor afirma que “o projecto SAAL foi muito menos do que poderia ter sido, porque como projecto de “cooperação-conflitual”, entre Estado e as organizações de bairro não podia depender apenas destas últimas, do seu empenhamento, capacidade

140. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.292

141. Ibidem, pág.280

de mobilização e gestão.”<sup>142</sup>

Já perto do final, abriu-se uma guerra que destruiu a confiança dos moradores nas instituições democráticas, impondo uma nova situação, agora de “conflito-sem-cooperação”<sup>143</sup>.

A 27 de Outubro de 1976 um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Costa Brás, e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, Eduardo Pereira, encerrou um período de cerca de dois anos, durante o qual desde Agosto de 1974 se desenvolveu o processo SAAL, alegando que algumas das brigadas de intervenção se haviam evidentemente desviado da razão do despacho que as organizava, actuando à margem do Fundo Fomento de Habitação (FFH) e das próprias autarquias locais, e que para além disso nem os terrenos se tinham conseguido com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até essa data tinha qualquer significado, delegando a nomeação e imediata entrada em funções de Comissários do Governo, encarregados de instalar gabinetes de apoio cuja orientação passava a estar sobre o controlo exclusivo das Câmaras Municipais.

Todavia, é meritório reconhecer que demasiadas operações avançaram e algumas, como o Bairro da Bouça da autoria do arquitecto Siza Vieira [fig.31], ainda se concluíram com excelentes resultados.

Ainda que ambicioso e consciente plano de gestão e ordenamento de território, o projecto SAAL/Norte contém algumas lições paradoxais cruciais para os objectivos deste estudo de separatismo e decorrente definição de limites entre Arquitectura e Urbanismo de que sofre o património urbanístico português. Pois a procura de formas alternativas que desbloqueassem a produção da habitação social substituindo metodologicamente a política reformista anteriormente relativizada em torno de formas estatizadas ou estatizantes, olhou a cidade existente enquanto lugar privilegiado para esta transformação e exploração de novas perspectivas operativas no domínio da Arquitectura, considerando o Urbanismo a matriz de desenho cuja criação incidiria sobre um amplo espaço. Não só pela convergência de várias entidades, mas de igual modo pela consideração da totalidade do património urbano, no momento em que os corpos intelectuais encararam a dificuldade em separar as respostas técnicas e as respostas políticas dentro da mesma resolução da problemática, cujos objectivos supracitados foram entendidos como princípios realistas, tangíveis e suficientemente progressistas para se encaixarem num projecto mais amplo, intercedeu-se pela abertura do *modus operandi* da Arquitectura, pelo direito à habitação e direito ao lugar enquanto direito de urbanidade. Existiu por isso uma tentativa de articulação entre dimensão funcional e urbanística que resultou numa *praxis* participada e de mútua aprendizagem, apesar de todas as divergências e conflituosidades.

Paz. Pão. Habitação.

O risco ficou declarado na flexibilidade de uma concepção legislativa processual na qual as contrariedades eram tratadas na especificidade do local, assumindo-se na plasticidade executiva.

142. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005 pág.293

143. *Ibidem*

[fig.28] Distribuição das Operações SAAL na Área do Porto.



1. Antas
2. Arrábida
3. Bela Vista/D. João IV
4. Boavista
5. Bouça
6. Chaves de Oliveira
7. Contumil
8. Fontainhas
9. Francos
10. Heroísmo
11. Lapa
12. Leal
13. Maceda/Acácio
14. Massarelos
15. Miragaia
16. Parceria Antunes
17. Prelada
18. S. Roque
19. S. Vitor
20. Sé
21. Serralves
22. Vilar
23. Cândido Reis
24. Gervide
25. Santo António
26. S. Pedro da Cova
27. Angeiras
28. Carcavelos
29. S. Mamede
30. Cruz de Pau
31. Ilhas de Leça
32. Senhora da Hora

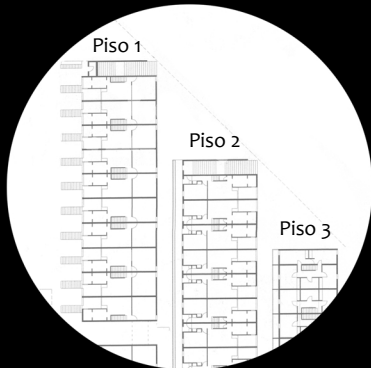


[fig.29 e fig.30] Primeira manifestação de moradores contra a sublocação (30/11/74) e Plenário de moradores do Palácio de Cristal, Porto (13/09/75). Fotos do Arquivo do Arq.º Alexandre A. Costa.

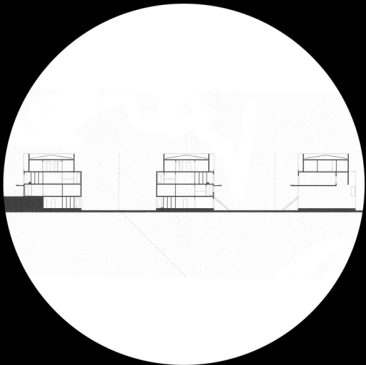
[fig.31] Operação Bairro da Bouça:



Localização e implantação da operação relativa à Zona 5.



Plantas dos módulos dos pisos dos grupos de blocos de habitação.



Corte transversal nos grupos de blocos de pisos de habitação.



Projecto: Arq.º Álvaro Siza Vieira  
Brigada Técnica: Arq.º Anni Gunther Nonell, Maria José Castro, Sérgio Gamelas e Jorge Moreira  
Associação de Moradores: Bouça, constituída em 04/07/75  
Início da Operação: Abril de 1975  
Início de Obra: Fevereiro de 1977  
Objectivo: 57 Fogos, mais 140 Fogos novos e 60 Fogos a recuperar na Zona do Monte cativo.  
Observações: O projecto iniciou-se como Fundo de Fomento Habitacional, mas posteriormente foi reconvertido em operação SAAL.



Fotografia do resultado final da operação.

Como refere Walter Rossa, “é neste tabuleiro do ambiente e do ordenamento do território que se devem inserir e movimentar as peças, dispositivos e estratégias de defesa do património cultural e edificado e, em especial, do património urbanístico. (...) Sem a adesão das populações, a ameaça da reversibilidade e a possibilidade de revogar direitos mesmo há muito adquiridos, jamais será possível fiscalizar, prevenir e actuar, enfim, planear e gerir, projectar e executar, enfim... desenvolver.”<sup>144</sup> E tal se confirma no caso de estudo apresentado, quando Nuno Portas reteima, “ou o direito ao sítio era um objectivo importante ou se afinal não, eram então para quê os discursos sobre o “direito à cidade”?”<sup>145</sup>

A interpelação de Portas é categórica. O direito à cidade fez-se pela Arquitectura em todas as suas dimensões e esta visão viria a marcar profundamente e em certos casos inesquecivelmente toda uma geração de arquitectos, urbanistas e outros profissionais. Ainda hoje marca. Pois a situação revolucionária do SAAL consistiu num momento único e histórico para a cidade portuguesa e da transformação do espaço urbano. E talvez por ele se explica a “extinção” do mesmo.

Fundamentalmente, aquém de uma eventual efemeridade intrínseca ao programa do plano reclamada sobre dificuldades de fixação e correspondência de escalas, das diversas e longas etapas de tempo e ritmos do projecto e da execução, da pluralidade de objectivos e vicissitudes entre as distintas entidades promotoras, e tantas mais falhas que se lhe apontou e fizeram dele uma nova fórmula sem conclusão, contam-se as razões conjunturais de natureza política, social e histórica ligadas ao momento de provisoriedade e inaptidão estatal, bem como a privatização e especulação capitalista burguesa. Porque precisamente neste momento, transitava-se de um período de quase cinco décadas de repressão às iniciativas dos cidadãos e movimentos sociais, nos quais a reivindicação da participação política numa experiência aparentemente sem restrições colectivas não parecia obedecer à vontade representativa da democracia parlamentar que se tentava afirmar.

*“Tal situação, de confusa emotividade e de difuso protagonismo, é na realidade útil à perversa consolidação dos poderes constituídos e, mutatis mutandis, acaba por confirmar apaticamente as inquietantes contradições e desesperantes oportunismos que nos rodeiam.”<sup>146</sup>*

Depois de 1976, assistiu-se a uma contenção do investimento público no sector habitacional e na gestão do património urbanístico, inlectindo-se a tendência de inacção observada nos anos anteriores e aumentando abruptamente uma espécie de privatização das ideias e do espaço, que provocou uma dramática involução cultural na Arquitectura da cidade, separando-a de novo do Urbanismo.

Face a isto, o *espaço colectivo* trespassou a um conceito de *espaço privatizado* mascarado de público onde a interpretação do lugar urbano passou de *uso* a uma espécie de *propriedade* formalmente entregue às diferentes responsabilidades que caracterizam os diferentes promotores.

A metamorfose de linguagem é no final a declaração de uma perda imensa nos próprios direitos da urbanis-

144. Rossa, Walter. . *Do Projecto para p Plano. Contribuição para a Integração Património/Urbanismo* in Periódico ECDJ: *Em Cima do Joelho*# 9 . 2005, pág.15

145. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.279

146. Ibidem



dade, estiolada por um actor público menos activo em favor de um protagonista privado idiossincrático e capitalista, fortuito da velocidade da flutuação e maior escala de apropriação espacial que a condição urbana disponibilizou ao inverter a sua acção de *desenho* de planeamento a um *desígnio* de planeamento na apologia à fragilidade e paralisia administrativa generalizada do Estado. Ainda que a observação dos factos demonstre uma possível união na gestão dos interesses entre promotores públicos e privados, cuja iniciativa provinha directamente da experiência SAAL, em questões de decisão uma das partes tem sempre voz mais ressoante e perante o estado de crise, o espaço da colectividade passou maioritariamente a propriedade e gestão privada.

Consequentemente, de um processo lento de planeamento passou-se a um processo rápido de criação. E o planeamento urbano opera na repetição das soluções e gestão de “sucesso” dos empreendimentos privados anteriores, escamoteando a (re)estruturação da cidade consolidada em prol duma revitalização político-económica marcada pelo imediatismo, num promíscuo compromisso com o mercado imobiliário. O interesse reverteu-se, de novo, para o lucro potencial que se poderia obter do património e a gestão urbana da década de 80 do século passado fica por isso exposta a uma promoção hermética de acupunctura, detractora de um projecto de programação assente nas bases da complexidade do território. A mesma acção que acabou por afastar a alternativa proposta dos arquitectos da *Escola do Porto* de grandes compromissos com o mercado imobiliário, cedendo a Arquitectura a arquitectos e *experts* que se mantinham dentro de um ideal reformista tático em vez de estratégia, no qual as leis de mercado, as modas e os eventos políticos impunham urgência nas encomendas de projecto.

Por isso Siza Vieira<sup>147</sup> declara que “um aspecto que me impressiona muito, na arquitectura e na cidade do nosso tempo, é a pressa em concluir tudo rapidamente. Esta tensão para uma solução definitiva impede a complementaridade entre as várias escalas, entre o tecido urbano e o monumento, entre o espaço aberto e a construção. Hoje qualquer intervenção, por mais pequena e fragmentária que seja, empenha-se de imediato numa imagem final, assim se explica a dificuldade da interpretação entre as várias partes da cidade”<sup>148</sup>, na qual os ritmos e complexidade urbana não compactuam.

Os arquitectos, urbanistas e especialistas urbanos constringem-se perante a força económica do mercado, que não só decide, como determina as regras da transformação, não deixando o mínimo espaço à elaboração de uma visão programática das alterações em curso cujas condições de legislação burocrática possam apresentar-se mais lentas. Portanto, a Arquitectura não se orienta num estudo de movimento sobre a natureza humana, mas numa contínua perseguição obsessiva pela conclusão definitiva.

Na corrida contra o tempo diversas dubiedades assolam a gestão do espaço, uma vez que os factores urbanos integrantes do projecto de programação se tornam fastidiosos e obstáculos difíceis de superar

147. Siza Vieira, arquitecto português de prestígio internacional que junto com Fernando Távora é um dos mais consagrados e arquitectos portugueses e uma das grandes referências da chamada *Escola do Porto*, uma vez que, influenciado numa primeira fase da sua obra por nomes internacionais da arquitectura como Adolf Loos e Frank Lloyd Wright, cedo Siza conseguiu afastar-se dessas influências claras e traçou a sua linguagem, que nos remete tanto a influências clássicas como ao desenho claro e limpo que definiu a obra de Mies van der Rohe, onde os planos horizontais, a clareza das formas, o requinte do espaço têm expressos uma complexidade formal aliada a uma aparente simplicidade de desenho.

148. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.103

numa obra que se quer peremptoriamente terminada. Frequentemente, assiste-se a execuções projectuais em que o programa não corresponde nem aos pedidos da sociedade que o encomendou nem se coaduna com as exigências tipo-morfológicas do espaço, bem como a escala de intervenção se vai reduzindo cada vez mais. Tornando-se pontual.

Tanto o projecto arquitectónico quanto o urbanístico se enredam na inflexibilidade e, o arquitecto, perante as dificuldades e pressões, acaba por desistir de contrariar o carácter inequívoco da prefiguração formal do espaço, acomodando-se nas metodologias tradicionais que dificilmente se adaptam aos tempos velozes da mudança.

Em conclusão a gestão do espaço urbano envelhece ainda antes de se tornar real, insistindo numa ilusão de estabilidade.

A síndrome de que padece o centro fundacional convencionou-se exactamente sobre esta “estratégia” de requalificação apologetica de que os traçados do espaço público são quase sempre mais perenes que os edifícios singulares que servem e, por aqui, disponibiliza a reabilitação às leis do despotismo do património arquitectónico.

*“É na virada da década que se me torna mais claro que as intervenções físicas e socioculturais se entrelaçam com lógicas e oportunidades próprias aproximando-se da dimensão e tempos das “políticas”, introduzindo alguma perturbação no campo das arquitecturas. Não só nas escalas de intervenção (...) mas sobretudo na emergência das suas componentes físicas e simbólicas.”<sup>149</sup>*

As novas políticas urbanas como refere Nuno Portas, desenham-se à sombra de uma história de RÊS.<sup>150</sup> Num recente artigo de 2003, *À Volta da Cidade*, o autor evidencia que a Administração, admitindo o património existente enquanto *stock*, o convencionou algo que deve ser recuperado ou reabilitado de forma a potenciar a “revitalização ou reuso dos *stocks* pela recomposição dos *mixs* de actividades”<sup>151</sup>, incluindo nos segmentos antigos uma acção de reapropriação do capital-fixado cuja revalorização se faz através de um reequipamento e restauração, sustentando a ocupação do espaço e a densidade populacional também pela reedificação do parque residencial.

Mas, como exposto nos ensaios transactos, *Humanizar a Cidade* de 1966 e *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente* de 1982, as “as políticas municipais e governamentais têm contribuído, paulatinamente, talvez sem terem disso consciência e levadas pelos próprios técnicos que fazem os planos, para a morte lenta das áreas antigas dos aglomerados. E que a cidade é como um sistema de comunicantes em que o que se faz ou deixa de fazer num lado influencia ou condiciona o que acontece noutro lado”<sup>152</sup>, e “tão perigoso como a política do abandono do existente à sua sorte é a política exclusiva de renovação”<sup>153</sup>.

Segundo as percepções de Portas, infere-se que o resgate persistentemente incorreu nas bases do re-

149. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.123

150. *Uma história de RÊS* apresenta-se um subtítulo presente no artigo *À Volta da Cidade*, escrito e publicado em 2003 por Nuno Portas, o qual se encontra reeditado no livro: *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*.

151. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.197

152. *Ibidem*, pág.165

153. *Ibidem*, pág.182

formismo cultural, caracterizando-se essencialmente pela sacralização do património arquitectónico pelo simples facto de que ser uma preexistência garante o valor económico.

Por isso a política de avestruz, a par da corrupção do poder monetário e a violação sistemática da lei, permitiu não só construir tudo o que se quis e onde se quis, mas essencialmente e de novo, quando a aparência confirmasse um sentimento antigo e justificasse focar em si a objectiva das máquinas fotográficas, escondendo as exposições modernas sobre a imagem sublime de “centro histórico”, numa busca convulsiva pela beleza, na qual a restauração saudosista se orientou nas bases da restituição ao original, recorrendo ao *pastiche* e à ilusória repetição anacrónica, desprezando que a originalidade do tipo jamais é restituída segundo a cópia. Que a cópia será sempre um estereótipo esvaziado de sentido ou funcionalidade.

Daí, “é um facto que a procura dos usos mais rentáveis no curto prazo como expediente para financiar e amortizar os custos públicos da transformação e recuperação de áreas obsoletas, tem conduzido a excessos de edificabilidade ou à extensão de ocupações monofuncionais (...) [estas] não evidenciaram os efeitos esperados de animação urbana”<sup>154</sup>. Porque sistematicamente a “acupuntura urbana é pois, incontornável mas só tem êxito se no momento de pôr as agulhas no território soubermos o que isso significa em probabilidades de sinergias e efeitos catalíticos”<sup>155</sup> e o que acontece sobre esta relativização de gestão de espaço, estas *novas margens na estratégia da cidade metrópole*<sup>156</sup>, passa primeiro por um desprezo ao contexto em prol de um reconhecimento assente nas bases funcionais e valorativas do património arquitectónico.

E isto nem seria tão grave se a regulação das actividades se tivesse constituído a chave da revitalização. O problema é que a política foi manipulada por grandes empresas e ministérios, na qual a reabilitação reverteu primeiro pelos seus imóveis e posteriormente fechando quarteirões inteiros ao contacto com a rua, pedonalizando-a em favor das suas fachadas e as quais encerram após a hora de expediente.

Para além disso, a distribuição das actividades não se mostrou democrática. Se nalguns casos peca pelo congestionamento porque em demasia funcional, por outro, o reequipamento funcional em minoria ou monofuncional, torna as Praças do Comércio dormitórios de uma população débil e envelhecida com restaurantes e lojinhas para os turistas, ou promove sombrios Bairros Alto que sobrevivem entre as *overdoses*.

De que nos serve um reuso cujo funcionamento contempla só 12 horas por dia/noite? Onde os estilos de vida e os tipos de actividades não residências não resistiram, nem às mudanças estruturais das famílias, nem das actividades diurnas que deixaram de animar as ruas, ou ao contrário, a atracção de actividades nocturnas ruidosas se tornam incompatíveis com os padrões da vizinhança concorrendo para a degradação do entorno, conduzindo a prazo para a tal desertificação diurna ou nocturna?

De facto, reconhece-se hoje que a maior parte dos espaços onde nos movemos se garantem porque contém uma programação diversificada cujo sentido resulta numa configuração espacial desprendida da

154. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.99

155. Ibidem, pág.100

156. Plágio de *Novas Margens na Estratégia da Cidade Metrópole*, artigo exposto no capítulo II *As Cidades e as Suas Políticas*, escrito e publicado em 2001 por Nuno Portas, reeditado no livro: *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*.

questão de “original”, e que algumas operações decorreram já para essa reurbanização, como é o caso do resgate do centro fundacional de Leiria, Guimarães, entre outros. Mas temos de admitir que do outro lado, a requalificação incorreu demasiadas vezes sobre este desfasamento, adiando para um tempo incerto a integração de novos modelos sem os quais não existe revitalização que se sustente. Por exemplo, a introdução de estacionamento, abertura de ruas ao trânsito onde nem que só os residentes fossem contemplados ou quiçá incisões no traçado que permitissem um mais fácil acesso à zona.

O abandono é por isso a consequência directa da crise e o contexto operativo sofre não somente de uma lacuna programática mas de uma quase total ausência de recursos económicos, logo, mais disponível às dinâmicas especulativas exteriores. Se em metade surgem áreas monofuncionais, pontilham edificações devolutas sem nome e se desenham vazios urbanos cujo limite parcelar denuncia uma anterior volumetria, na outra metade começam a insurgir ilhas residenciais urbanas que albergam em si um qualquer *status quo*, onde “the loft, the warehouse, the penthouse, are less building types, than gestural “styles” that translate into various urban contexts. (...) But in another sense, the placeless new-building bohemia offers urbanites a kind of tourist experience at home. In this way, it brings a particular slant to the “cosmopolitan” nature of inner city living”<sup>157</sup>, não correlativo nem com a maioria nem com as necessidades da população.

Consequentemente por estes enclaves, revela-se que o espaço urbano, segundo uma má gestão nas políticas de *Rês*, não se potencia mais “habítaculo” da comunidade geral. Não consegue acolher mais as famílias e “the increase in certain capitalist cities of dual-income, childless, same-sex, and single-person households”<sup>158</sup> emerge paralelamente aos espaços postos à betesga. Vejamos,

**A recuperação d’O Convento dos Inglesinhos em Lisboa**, trata-se de um dos casos mais recentes e contraditórios que se viu em Portugal.

“Para quem ama Lisboa” constituiu o *slogan* propagandístico do projecto proposto pela Amorim Imobiliária em plena malha urbana do Bairro Alto, no qual, a recuperação do edifício datado do século XVII, como relata a própria *partnership* de investimento “é, sem dúvida, um exemplo de reabilitação urbana de qualidade. A utilização do edifício para habitação viabilizou a sua preservação através da manutenção da estrutura geral da edificação, da arquitectura, dos seus pátios e zonas ajardinadas (...) promover a reabilitação de edifícios históricos é um dever cultural e social.”<sup>159</sup>

Mas como amar Lisboa quando inicialmente se assegurava a manutenção e restauro da igreja ali existente bem como as características fundamentais do antigo edifício, alegando que estas iriam sofrer apenas “pequenas alterações no exterior” sendo “adaptado no seu interior para habitação” e se destruíram mais tarde partes importantes do convento? Que de uma residência para idosos o projecto evoluiu para um loteamento de luxo ao sabor dos interesses do imobiliário perante a passividade da autarquia. Sabendo-se hoje que as obras efectuadas levaram inclusive à derrocada do muro exterior do Convento, da chaminé

157. Zukin, Sharon. in Barret, Jennifer; Bowdon, Caroline. *Debating the city: an anthology*. 2001, pág.8

158. *Ibidem*

159. Chamartin Imobiliária in [http://www.chamartinimobiliaria.com/portfolio\\_projecto.aspx?idsessao=e2e29e61-6b3d-4377-8c73-fcb9869e5318&param=6xaQimFh6ShIR4NKdOwDMOltenDPaOq38uOhmsS8zmQOyQe/Qj/bl+Uxz9kImKOBPOj/FMzMNtKWCUDZ4uDkN1hbv9aP5NEzfvtsKCD4Kd+KIRI+yMzstkGVj9aFgT](http://www.chamartinimobiliaria.com/portfolio_projecto.aspx?idsessao=e2e29e61-6b3d-4377-8c73-fcb9869e5318&param=6xaQimFh6ShIR4NKdOwDMOltenDPaOq38uOhmsS8zmQOyQe/Qj/bl+Uxz9kImKOBPOj/FMzMNtKWCUDZ4uDkN1hbv9aP5NEzfvtsKCD4Kd+KIRI+yMzstkGVj9aFgT), consultado a 1 de Agosto de 2008.

do edifício e onde o corpo principal foi totalmente esventrado, os jardins suspensos foram postos abaixo, as árvores arrancadas, a ala virada à estreita Rua Nova do Loureiro foi descaracterizada e, no reduto, o restauro ou reabilitação anunciadas ficaram-se pelas promessas dos responsáveis?

Tal situação será assim irreversível? Obrigando-nos a reconhecer que a cidade portuguesa talvez não seja moderna e não o será porque a Arquitectura da cidade foi antes de mais ou alindada ou posta de lado sobre um cenário sombrio e perplexo no qual as construções da **Alta em Coimbra** jamais serão demolidas ou desaparecerão delas as inúmeras construções sem qualquer qualificação arquitectónica e as ruas que as conformam não têm ressonância directa nem na constituição do espaço nem na habitabilidade para todos [fig.32]?

A Arquitectura não pode levar somente uma nova pintura e um qualquer tratamento de fachada, rasgando-se interiormente para que o valor de preço aumente e a procura de um quarto de estudante continue [fig.33]. Não pode esquecer, que entretanto a estrutura cansada na espera de intervenção se desmoronou. O 52A da Emídio Navarro em Coimbra é exemplo disso [fig.34].

O imobilismo que decorre criou objectivamente vários obstáculos não só à cidade existente como à população, à Arquitectura e a um projecto de contemporaneidade.

Por isso a abordagem crítica à reestruturação não pode deixar de revelar estes paradoxos nem os resultados obtidos por políticas anacrónicas resistentes aos estímulos do tempo ou da mera necessidade de integrar valores tidos como actuais. Porque se a política de renovação urbana em Portugal, a bem ou a mal, sempre se regeu na via reformista, não é correcto que integre somente a componente culturalista. E por isso, vemos já programas que promovem uma Coimbra em Alta [fig.35].

Programas de reurbanização que contemplam,

**\*Reformar:** v.tr. 1 fazer reforma ou reformas em; 2 dar outra forma a; reconstruir; 3 restaurar; 4 melhorar; 5 reorganizar; reformular; 6 corrigir; 7 conceder a reforma a; aposentar; 8 DIREITO modificar (sentença judicial sujeita a recurso); 9 prover do que se inutilizou ou gastou; 10 extirpar; suprimir; 11 ECONOMIA substituir título de crédito já vencido por outro da mesma natureza, com vencimento posterior - v.pron. 1 obter a reforma; aposentar-se; 2 [coloq.] corrigir-se; emendar-se.<sup>160</sup>

Pois serão estas as expressões das linguagens neo, pós, retro ou em revisão crítica, que abrem espaços, portas e janelas.

*“O SAAL morreu? Viva o SAAL. Muito mais do que a sigla ou os técnicos que o serviram (bem e mal, naturalmente), o que importa é que as populações ainda carenciadas não deixem de reivindicar os seus direitos a intervirem nas medidas que lhes dizem respeito e a conduzirem elas próprias os serviços de que carecem – e que os eleitos políticos vão entendendo onde estão as energias capazes de transformar criativamente o próprio Estado, a favor da maioria.”<sup>161</sup>*

160. Dicionário da Língua Portuguesa. 2009, pág.1351

161. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.295



[fig.32]



[fig.33]

[fig.34] 52 A. Uma fachada pintada com um segredo por detrás...



[fig.35] A Alta em Alta...

## O Inquilino Posterior e a Renovação

Sob pretexto de incluir novas formas numa nova estilística arquitectónica e um desenho de chão, revisitam-se os espaços, os edifícios e os objectos anónimos que um dia foram tornados invisíveis na avareza do tempo ou na indiferença votada às coisas banais do quotidiano.

Declaradamente sob a influência de Siza Vieira, a observação realista deve constituir-se prioridade para um arquitecto, pois que quanto mais se observa mais se procura e mais se experiencia. Daí, a fuga a determinismos torna mais próxima a essência e esta consolidar-se-á enquanto conhecimento instintivo. É igualmente importante a expressão de uma qualquer singularidade que, não traíndo a essência, liberte o desenho das razões demasiado óbvias, definindo um toque de autenticidade que alicia não pela agressividade da contraproposta mas, em simultâneo, pela parte da diferença.

*“Esta palavra, banalidade, tem um significado ambíguo. Neste caso utilizo-a não para dizer sem interesse, sem qualidade, mas sim no sentido da disponibilidade na continuidade”<sup>162</sup>.*

Partir da obsessão da originalidade é no final um processo inculto e primário e por isso a via reformista quando entendida na essência da renovação passa também por estes lugares que constituem a espécie de património urbanístico corrente, vulgar, num processo de simbiose, sincronismo e impacto histórico. Evidenciando as imagens e os materiais que contrariam radicalmente a infalibilidade dos lugares celebrados em formato postal. Extraíndo e juntando o novo ao velho. Porque assume principalmente, que a cidade consolidada é também o lugar entre o culto e o informe.

Perante esta consciência, a Arquitectura incorporou uma dilatação ou mesmo desconstrução dos cânones, das regras e das normas da concepção morfológica fundadora, estabelecendo uma ruptura com os princípios compositivos afim de integrar questões programáticas, simbólicas e tecnológicas na constituição de uma nova linguagem de domínio formal. O inquilino posterior “poderá ser um passo para a arquitectura sem tempo”<sup>163</sup>, onde não mais as formas adquirem sentidos unitários e fechados, tal como os significados instituídos nelas não mais resistem incólumes à dinâmica performativa.

E é neste jogo que a informalidade se apresenta instrumento operativo significativo. Pois apesar do prefixo *in* etimologicamente indicar uma negação da forma, a informalidade não é uma recusa, antes um dispositivo de deslocamento produtivo. Plataforma reflexiva à criatividade e produção de novas estratégias. Neste sentido, renovação supõe “uma acção de correcção segundo uma nova forma - inovação em continuidade, poder-se-á dizer (...) e não uma *cidade nova*.”<sup>164</sup>

Paralelamente, o défice de coerência entre o antigo e o novo somente lesa a perspectiva de excelência da imagem e forma urbanas quando se insiste na recusa da mediação de morfologias e tipologias de diferentes períodos, culturas e autorias num único cenário. E exige assim um risco maior essa vontade de

162. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.135

163. *Ibidem*, pág.37

164. Rossa, Walter. *Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território do pombalismo*. 2005, pág.9

reconsolidação, de requalificação, de reabilitação e de reuso, de reedificação, de restauração e inovação, que deve partir do gesto criativo inerente ao exercício da Arquitectura encarado pela repetição do gesto, de um fazer de novo, reinventar os velhos trapos no lugar. Pois a continuidade visual do espaço urbano deve assentar prioritariamente numa forma de intervenção que esbata as bruscas soluções, não contrariando imperativamente as marcas da actualidade nem opondo barreiras à nova escala que se impõe. A informalidade deve deste modo reconciliar-se com a formalidade, num programa mais amplo.

*“Em verdade há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defende-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas”<sup>165</sup>.*

Neste caso, a racionalidade ambiental e a economia da edificação terão de reconsiderar que o edifício em sentido estrito, enquanto unidade singular e relevante, não estrutura nem espelha sozinho a flexibilidade tipo-morfológica da cidade consolidada. Antes, faz-se pelo conjunto, pelas unidades mais extensas ou repetidas que mantenham com o espaço público e os espaços privados uma relação constante e com significado claro quer para a população residente quer para o transeunte.

Logo, a optimização renovada do espaço actua não só no edifício singular, mas pelo seu agrupamento e disposição geométrica (quarteirão), pela incidência do espaço público que o suporta (bairro), pelo parcelamento que os complementam (zona). Uma vez que esta condição permite a selecção de um número mais reduzido de tipos de edifício, mas cujo eco de intervenção abrange uma maior escala a partir do momento que a solução se reverte em torno do perímetro.

As novas formas urbanas podem de facto reconciliar-se neste sentido, em que o programa é entendido como motor de ampliação antecipando a predisposição e persistência da construção de lugares no território e contribuindo com respostas arquitectónicas mais adequadas ao longo do tempo e ao longo da Arquitectura que traduzem abertamente o respeito e consciência do preexistente bem como as novas exigências e comportamentos.

*“Arquitectar é uma experiência constante, cujo resultado ninguém pode definir à priori, e que, após todo um difícil processo de síntese cultural, apresentará ainda faces diferentes para cada lugar. Mas é possível, isso sim, avançar um método de pensar que nos permita entrever certas linhas positivas de evolução, dar uma base objectiva às nossas críticas, defendermo-nos do que uma experimentação entendida no seu pior sentido (uma espécie de “vale tudo...” que tem sido o flagelo de zonas novas ou antigas).”<sup>166</sup>*

A citação de Nuno Portas escrita em 1963 é de facto uma expressão muito clara de como os arquitectos em Portugal solicitavam a reformulação das bases arquitectónicas numa manifestação pela *Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional*<sup>167</sup>. E analisando os planos por detrás da Operação SAAL (1974),

165. Távora, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 1996, pág.58

166. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.136-137

167. Plágio de *Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional*, artigo exposto no capítulo II *As Cidades e as Suas Políticas*, escrito e publicado em 1963 por Nuno Portas, reeditado no livro *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*.



da Expansão de Évora na Quinta da Malagueira (1977) da autoria de Siza Vieira ou da Recuperação da zona Baixa-Chiado em Lisboa (1988), entre outros, subentende-se que entre crise e inovação coincidia a mesma disposição e trabalho sobre a cidade e sobre a Arquitectura. A entrada do inquilino posterior no território preexistente que introduzisse a continuidade.

Se o tema é então o plano da Arquitectura urbana, renovação e contemporaneidade, o mesmo não pode continuar sem traduzir a influência directa de Sir Leslie Martin.

Arquitecto e docente na Escola/Laboratório da Universidade de Cambridge desde 1956, que contribuiu eloquentemente para as bases do primeiro racionalismo centro-europeu fora dos paradigmas da racionalidade estritamente estruturalista do Movimento Moderno.

Partindo do Construtivismo e das relações com a tradição Arts and Crafts, o autor alegava que “o que importa não são os novos materiais mas a nova mentalidade que usa os materiais, que são mais apropriados para as tarefas a executar e que produzirão o novo conteúdo e a nova forma”<sup>168</sup>. Uma declaração inegável a arquitectos, urbanistas e técnicos de espaço cujo desígnio pretendesse a ruptura dos dogmas formais e a abertura da Arquitectura à experiência.

Em 1972 em cooperação com Lionel March, Martin assina *Urban Space and Structures*<sup>169</sup>, uma obra literária prolífica à nova articulação heurética assente no informal dada a investigação concluir que “a cidade se organizava e devia continuar a organizar-se espacialmente, a partir dos traçados da malha de suporte enquanto seu elemento mais perene e não como resultante de volumes edificados, mais sensíveis aos momentos das decisões, dos processos ou dos gostos”<sup>170</sup> e ainda que eram “as relações geométricas entre as formas construídas, na sua altura e disposição, e as densidades de uso que permitem (...) que desmontava a lógica anterior (...) da altura dos edifícios como factor de densidade urbana”<sup>171</sup>.

Perante isto não se pode passar à margem do Estudo para o Plano do novo Centro Governamental em Whitehall, subscrito em 1965 por Martin em cooperação com L. March e J. Taylor, onde a teoria se aliou ao desenho numa área central de Londres.

O Plano de Whitehall representa uma nova maneira de enfrentar o desenvolvimento urbano em estrita relação com preexistências singulares promovendo por um lado o agrupamento dos diferentes Departamentos de Estado, por outro a eficiência do uso e adaptação do espaço urbano público tendo em conta uma maior quantidade de serviços no menor número de edifícios possível.

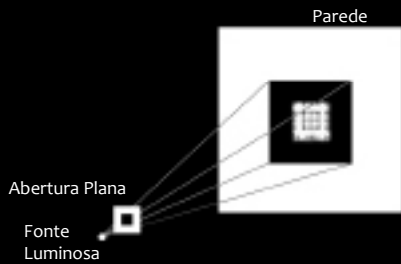
Consecutivamente, surgiu na fase inicial de projecto a necessidade de analisar as aptidões dos edifícios existentes e de se estimar a optimização das capacidades potenciais das novas edificações, o que indiciou a metamorfose experimental à geometria construída na procura de soluções alternativas à anterior verticalidade [fig.36 e 37].

168. Martin, Leslie. In Krüger, Mário. *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*. 2005, pág.31

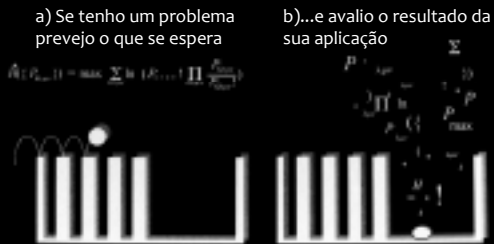
169. *Urban Space and Structures*, obra literária de 1972, que contém os textos de Leslie Martin *The Grid as a Generator e Speculations* assinada conjuntamente com Lionel March.

170. Krüger, Mário. *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*. 2005, pág.12

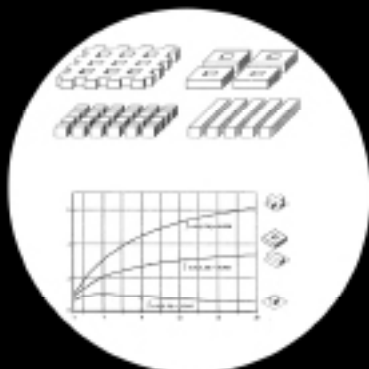
171. Ibidem



[fig.36] Difração de Fresnel. Experimento

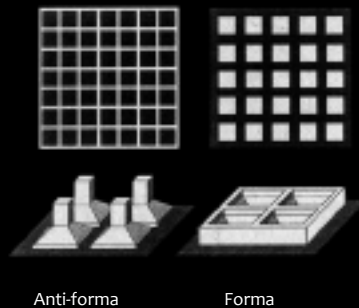


[fig.37] Modelos e a sua validação de acordo com Lionel March, 1972



[fig.38] Arranjos de Formas Construídas em Pátio Cruxiforme, Pátio Anelar, Forma Pavilhonar e Bloco, com idênticas variáveis métricas.

Taxa de Ocupação = 50%  
Índice de utilização = 4  
Número de Pisos = 8



[fig.39] Formas e anti-formas para a mesma área de terreno, volume construído e profundidade.



[fig.40] Planta da área de implantação para o Plano de Whitehall. Edifícios de interesse histórico assinalados a cinzento escuro.



[fig.41] Estágios na execução do Plano de Whitehall.  
a) e b) Início do novo edifício do Parlamento junto ao rio.  
c) e d) Expansão para as zonas ocupadas pelos edifícios do Foreign Office e Great George Street.



[fig.42] Proposta final

Neste sentido, o estudo das diferentes formas de ocupação de terreno relativamente a diversas geometrias representativas das formas de conjunto da edificação tradicional tornou-se peremptório quando rematou que as formas perimetrais em pátio eram as mais exequíveis à inclusão em tecidos urbanos consolidados ou em vias de regeneração [fig.38e 39].

Para além de permitirem uma maior diversidade de tipos e densidades de uso/ocupação e uma melhor salubridade, a recuperação do quarteirão urbano enquanto “ilha” delimitada pelo sistema infraestrutural viário ou pedonal coligia a horizontalidade, segundo a herança construtivista de análise tipo-morfológica convencionalizada no corte, a resposta mais fluída e permeável ao binómio edifício/malha urbana, apresentando-se a estratégia de desenho.

Contudo, a solução de arrasar edifícios de notável aspecto histórico e simbólico e parte da malha urbana preexistentes em prol do novo desenho, bateu de frente com as recomendações da Carta de Veneza de 1964 que defendia o monumento histórico enquanto criação arquitectónica na qual só a conservação e a restauração eram as políticas de intervenção admissíveis, fazendo com que o plano não fosse aprovado [fig.40 e 41]. Mas a consciência experimental do arquitecto justifica o plano, admitindo que a refutação fazia parte do estudo preliminar. Porque mais que solução era antes uma proposta e por isso deveria expor-se à argumentação crítica, quer para o bem, quer para o mal.

A Architectura deveria operar sempre nesta base, de reapreciação sistemática e completa das necessidades humanas porque consecutivamente, não só a forma dos edifícios mas todo o ambiente se modificaria. Logo, se esta transformação seria alcançada somente através do uso da tecnologia moderna, cada problema deveria ser constantemente examinado e pensado de novo, recusando-se ao mesmo tempo, toda a espécie de dogmas que as gerações anteriores tinham criado. No final, a Architectura para Leslie Martin era um processo criativo de procura. E é esta convicção que o reverte marca exponencial para a reabilitação urbana [fig.42]. Ao contrário do que aparenta, não é anti científico, nem especulativo, nem anti tradicional, nem se opõe a dados concretos. É descritivo. Reflexivo. Informal. É renovar.

A geração sucessora e até mesmo a paralela, continuaram e continuam a acreditar neste corolário, adaptando esse vocabulário a novos materiais e tipos arquitectónicos sem pôr em causa a funcionalidade lógica da Architectura, onde o maior desafio dos tempos correntes não é o próprio edifício, mas sim o traçado urbano.

*“A parte mais delicada do projecto está agora a ser realizada por meio da domesticação daquela topografia. Todo aquele sistema de muros, rampas e escadas do jardim deve desenvolver-se conservando sempre uma continuidade com o núcleo da casa, que se manifestará não só na correlação dos espaços, mas também no uso dos materiais e no próprio tratamento dos pormenores da construção (...) em suma, procura recuperar aquela sabedoria instintiva, hoje perdida, que sempre regulamentou o estudo das dimensões, das proporções e das relações dos espaços”<sup>172</sup>.*

172. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.47-48

O problema da renovação urbana passa por isso além da substituição ou restauração de um prédio insalubre por um outro novo, já que o que impõe é reorganizar antigas zonas urbanas para que respondam outra vez às necessidades e concentrações emergentes da vida actual. Mas também é problema da renovação as zonas de expansão, que é muito mais que abrir novas vias ou deixar construir ao escrutínio. E isto claramente põe o sector de planeamento urbanístico face a um drama. É que a “guerra entre partes novas e velhas dos nossos aglomerados refere-se ao abismo que se está a cavar entre o ambiente e a forma de umas e outras”<sup>173</sup>.

Por um lado, as zonas antigas revelam maioritariamente traçados irregulares uma vez que correntemente se formalizaram pela orografia local no respeito às curvas de nível, cursos de água ou a um traçado preexistente de rota comercial, enquanto que no caso das zonas de expansão, a marca cadastral mostra-se mais próxima de uma geometria ortogonal devido à introdução da tecnologia e até mesmo do pensamento racionalista e classicista de formalização do espaço. E são dois os aspectos do mesmo drama que nos solicitam diariamente a uma distinção pela multiformidade de traçado.

Por conseguinte, projecto de cidade só permite o desbloqueio destes limites quando o contexto assumir um papel determinante, e/ou quando se não se relativizar o traçado antigo enquanto casualidade natural ou o traçado contemporâneo mero elemento estático, preciso ou previsível. E aí, se “o sistema de espaços exteriores deixa de ser um resíduo para voltar a ser ordenador, segue-se que é objecto de traçado ou projecto que contenha as relações invariantes necessárias e suficientes, entre o público e o edificado.”<sup>174</sup>

O problema que partiu da revolução da mobilidade aquando os anos 20 do século passado, impôs uma interpretação de espaço público fora de qualquer outra função que transcendesse a fluidez e/ou a capacidade de via de transporte. Pouco a pouco o traçado urbano foi sofrendo uma transferência de conotação muito próxima de “rua”, limitando os cidadãos a peões e minando a generalização de espaço colectivo de todas as condições de habitabilidade.

Porém hoje, a nova paisagem urbana aberta pela contemporaneidade e pela alteração do antigo modelo social e económico menos encantado com a presença do transporte particular dentro das cidades, incentivou progressivamente o Urbanismo a aliar-se a outras dimensões da Arquitectura no reverso à segregação.

Timidamente, assistimos à introdução de actividades que permitem ir novamente de encontro ao espaço colectivo enquanto espaço *de e para* a urbanidade, aparecendo dentro das áreas mais frágeis algumas “incisões” que apoiam a nova logística e estendem as mesmas medidas ao resto das zonas urbanas. Um modelo mais sustentável e hierárquico no qual o espaço colectivo passa por um planeamento ergonómico consistente entre modos aparentemente contraditórios, repensado na prioridade da escala de peão que propõe posteriormente uma acção arquitectónica racional de desenho de chão que fomente e estimule novos modos de compatibilidade de deslocação e ligamento, desvirtuando a reduzida conotação de espaço colectivo e incrementando-lhe a potencialidade organizativa e âncora entre sectores urbanos.

Assim, tal como “na travessia entre dentro e fora é sempre necessária uma mediação, uma transição (...) que em substância constitui uma câmara de descompressão, que de certo modo desmaterializam a casa e

173. Portas, Nuno. *Os Tempos das Formas vol.1: a cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 2005, pág.166

174. *Ibidem*, pág.116

criam uma sensação de continuidade e de passagem suave entre a dimensão interior e a complexidade do exterior”<sup>175</sup>, na cidade do automóvel também o espaço urbano deverá conter pausas, zonas de encontro, de vínculo, propostas num desenho. “Se a iluminação é pública, então, porque é que não tem interruptores para uso público?”<sup>176</sup>

Perspectiva, *boulevard*, passagem, *ramblas*, largo, praça, passeio, escada, rampa, calçada, jardim, parque, miradouro, iluminação, estrada, árvore, circunvalação, ponte, túnel, ... Muitas destas palavras denominam uma variedade de elementos e espaços colectivos que genericamente se associam à “rua”. Riqueza, matizes, denominação de origem, de usos perdidos, de antigas fixações, de velhos e novos perigos... É complexa e plural a linguagem e a realidade do espaço urbano.

Circular a pé, de bicicleta, de autocarro, de automóvel, de metro, de eléctrico, de barco, de táxi, de elevador, de funicular, ... São estas as opções que favorecem a linguagem anterior e a escala de valorização do espaço colectivo, e tudo isto segundo um planeamento que não segrega o espaço urbano, antes ordena-o, conforma-o, estica-o.

Entre os dois discursos imprescindíveis para humanizar o espaço colectivo e para a recuperação urbana, finalmente se compreende que a “rua” é o que mostra a paisagem mais quotidiana, a que recolhe as relações sociais e formaliza o espaço urbano na sua ampla relação. Por isso, o salto do privado para o lugar mais colectivo de todos reflecte essa mesma conexão entre os espaços abertos no meio de duas edificações, onde a “rua” é o espaço que ajusta a habitação no espaço virtual, não o vazio entre eles. Porque é o interstício da ambiguidade que conecta transversalmente a habitação à rua, a rua ao passeio, o passeio ao transporte, o transporte a um outro sector da cidade que terá um novo passeio, uma nova rua, uma nova habitação ou um espaço colectivo talvez proposto por uma praça com actividade comercial, talvez um parque verde arborizado com um passeio pedonal, talvez uma outra cidade depois de atravessada a ponte... onde enfim se chega. E a “rua” funciona como artéria de mobilidade e ponto de encontro sobre as actividades dos peões, tanto móveis quanto imóveis.

O desenho urbano deverá conter em si esta responsabilidade, criar espaços de estar e de circular, praças e fluxos de actividades, de raiz e de permeabilidade, de velhas e novas estruturas que geram e ligam pontos, (re)desenhando os lugares e os itinerários. Hoje entende-se que antes de partes distintas pela história, tipologias arquitectónicas ou actividades diferentes que asseguram a continuidade da imagem urbana através de sucessivas mudanças dessas partes, existe também uma plasticidade maior assegurada e construída exactamente sobre o uso e tipologia tradicional e uso e tipologia inovadora dos espaços urbanos.

O desenho e construção das redes que faltam ou deformam os territórios não poderão reduzir-se a uma simples adição de estradas ou áreas pedonais centrais. Antes resolverem um sentido de estrutura urbana, de malha e suporte aos tecidos construídos e ao património urbanístico disperso, potenciando a formação de novas centralidades que os complementem e qualifiquem, como fizeram os *ensanches* dos urbanistas pragmáticos da segunda metade do século XIX, do qual Barcelona e a experiência Cerdà são o zénite.

175. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.46-47

176. Propaganda Situacionista in *ECDJ: Em Cima do Joelho* #5. Dezembro 01, pág.87

Sem esta ambição reestruturadora dos elementos de continuidade da nova dimensão do espaço público, a cidade dos bairros-território ficará condenada à reprodução de vazios e falhas urbanas. Ao dualismo cidade de prestígio/cidade genérica. E não adianta olhar o espelho se a imagem que se vê é a mesma. É preciso olhá-la de outra perspectiva, de a favorecer ou reforçar com as novas centralidades e amenidades periféricas ao seu cerco. De trazer a cidade de fora para dentro e a de dentro para fora.

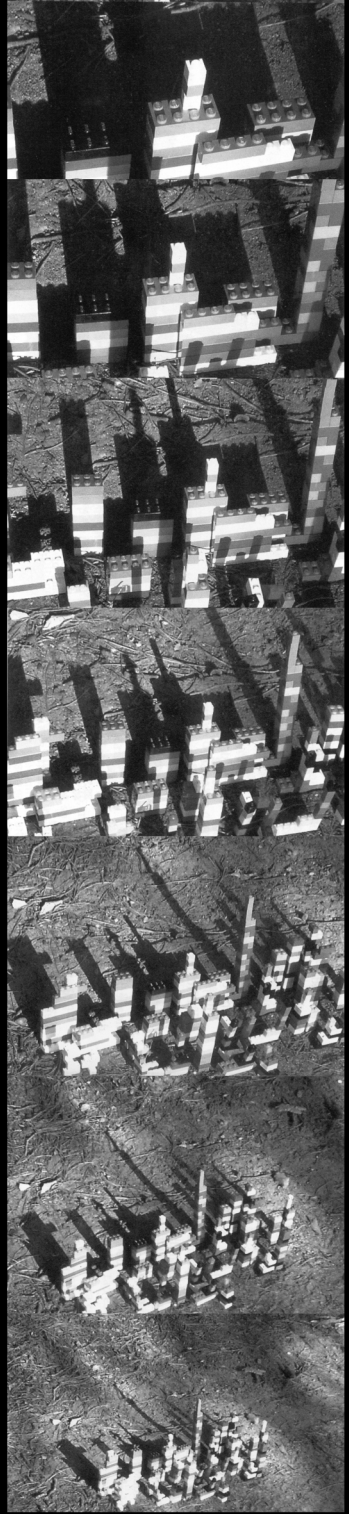
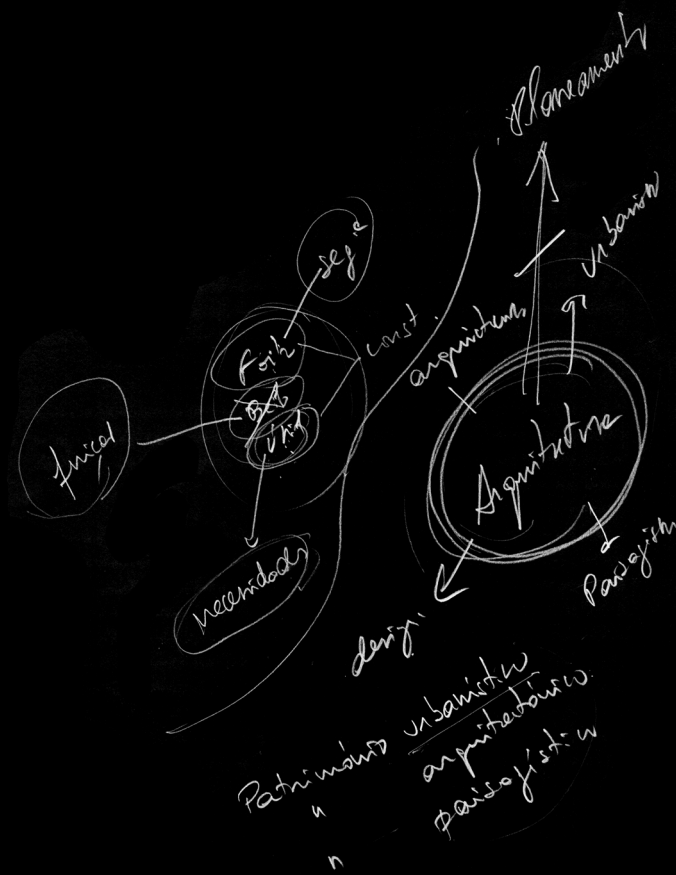
Em conclusão, a renovação resulta das invariáveis consensualmente dispostas sobre coerências de factores de mobilidade e segue-se que as pausas e os fluxos são também capazes de se generalizar em determinadas formas sem violentar as desejáveis interpretações dos sítios e dos grupos. E é esta realidade que leva Siza Vieira a declarar que “o Chiado não pode deixar de ser atravessado, visto que liga dois bairros essenciais para a cidade (...) e é ainda hoje local de encontro constantemente frequentado”<sup>177</sup>, mostrando desagrado quando “há o risco de a Rua do Chiado passar a ser reservada a peões (...) Sou contrário a isso porque agrava problemas do tráfego, e ao mesmo tempo, torna as ruas mais inseguras durante a noite, provocando a fuga dos habitantes (...) Prefiro a convivência entre peões e automóveis, que é tão viva em Roma, na multiplicidade dos diálogos e porventura dos insultos. Considero que é indispensável evitar pontos de ruptura na continuidade da cidade. Esta insistência paternalista em reduzir ou eliminar perigos é contraproducente, porque quando uma pessoa sai de uma rua reservada a peões encontra repentinamente todas aquelas ameaças das quais está menos habituada a defender-se.

O peão sabe mover-se na cidade, sem serem necessárias protecções obsessivas, como demonstram os quilómetros de canais de Veneza, sem parapeitos e sem vítimas.”<sup>178</sup> Ainda que demasiado determinada, a insatisfação do arquitecto não deixa de fazer sentido, pois o papel da renovação deve ser o de solver este conflito entre espaço e cultura segundo uma estratégia alternativa e de rede, não somente em projectos pontuais ou de estética, porque o benefício da estrutura urbana está na resolução da tríade espaço colectivo/edificação/urbanidade.

Compreende-se agora que a maior contribuição de Martin passa exactamente em perceber o carácter de *meta-projecto* urbano que subjaz toda a teoria, prática e ambição Arquitectónica, que se inferiu de uma maneira ou outra em todas as páginas de prova que foram escritas quando manifestando na renovação um processo de continuidade. O objectivo de um meta-projecto de renovação deverá ser por isso a colectiva construção de um processo permanente de aprofundamento, feito de contínuas confrontações na pluralidade das hipóteses de transformação da realidade. Abandonando a convicção para abraçar a mais flexível responsabilidade. Projecto e crítica juntas no esforço em demonstrar que a apatia e a inconsistência constituem a própria essência da realidade em que vivemos e que, conseqüentemente, urge uma nova atitude menos disponível a convenções e menos desencantada com a fantasia do lugar. Uma atitude mais ousada em preencher as interrupções, voltando a seduzir e a seduzir-se sem resignação. Em suma, porque os nomes que anteriormente se citaram contêm-se em si um desenho e linguagem uniforme: planeamento, desenho urbano, urbanismo, arquitectura, paisagismo. Da mais ínfima escala de projecto à maior escala de plano. **Arquitectura Urbana. Cidade Consolidada. (Re) Consolidação.**

177. Vieira, Álvaro de Siza. *Imaginar a Evidência*. 1998, pág.101

178. Ibidem



[fig.43] Rodrigo Miragaia in *Big Ode. Urbe*, vol.#4 (2008). Esquema-síntese desenhado por Walter Rossa aquando uma das conversas sobre a prova (21 de Julho 08). Fotografia Joana Gomes, Barcelona (2007).

## Porto Sentido – um olhar retrospectivo a um meta-projecto

Sem a pretensão de especular as propostas que antecederam a estratégia de intervenção na cidade do Porto ou criticar realisticamente o resultado das mesmas quando e após a fase de construção, o sub-capítulo que agora se apresenta assume-se declaradamente como percurso generalista sobre as diversas fases que subentendem a programação de um *meta-projecto* de renovação.

*“Infraestrutura e Arquitectura, Estratégia e Desenho Urbano parecem constituir-se como pólos complementares de uma inteligente política de renovação urbana.”<sup>179</sup>*

Num mundo cada vez mais cosmopolita, globalizado e cultural, *Porto 2001: Regresso à Baixa* foi de facto um meta-projecto de renovação urbana capaz de devolver ao Porto sentido o alter-ego e a visibilidade dentro e fora de portas que progressivamente ia perdendo. A par do título de Capital Europeia da Cultura a cidade recebeu a oportunidade única de requalificação urbana e programação cultural, que segundo Teresa Lago, Presidente do Conselho da Administração da Porto 2001, SA, visava a criação de “Pontes entre áreas. Pontes entre o efémero e o duradouro. Porque a festa, ao cobrir toda a cidade, marcará os momentos fortes da programação cultural, sem contudo desvirtuar a ambição de um projecto de cultura que não abdica do seu carácter duradouro.”<sup>180</sup>

Entre a adaptação a um complexo tecido orográfico e uma cidade absolutamente tridimensional que descarrega continuamente ruas e edifícios sobre a margem do Douro, contraídos pela pressão do caos mobilista, da desqualificação do espaço público, da perda do comércio tradicional e da desertificação residencial, teve assim início em 1999 um ambicioso e largo programa que lançando ao desafio 16 arquitectos a finalidade era o reforço da identidade local através de uma política de racionalização do espaço colectivo que suportasse simultaneamente infraestrutura e sistema infraestrutural.

A vontade de tornar a Arquitectura novamente ponto de equilíbrio dessa forma de “refazer cidade” era ávida, e o tempo de acção demasiado curto (2 anos) para abranger toda a complexidade, densidade e grande inércia que pontuavam a cidade. Mas ainda assim, entre ideias e intenções, propostas e provocações, os arquitectos de várias gerações, urbanistas, sociedade Porto 2001, geógrafos, economistas, sociólogos, técnicos de tráfego e iluminação pública, técnicos de infraestruturas, de animação e arte urbana, entre tantas outras especialidades, cooperaram e adoptaram o papel de programadores urbanos, sintetizando num só corpo as disciplinas que analisam e desenharam a cidade.

Sendo a Baixa Portuense uma estrutura de ampla escala e a intervenção ter um objectivo global e de extensão ao resto da cidade, uma das primeiras tarefas foi, naturalmente, a definição e caracterização das áreas e limites das unidades onde se iria processar a operação, dividindo-se em 5<sup>181</sup> zonas.

179. Grande, Nuno. *Arquitectura & Não*. 2005, pág.15

180. Lago, Teresa. in *Porto 2001, SA. Porto 2001: regresso à Baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação da Baixa Portuense*. 2001. pág.9

181. A área de intervenção equacionou-se sobre um 4+1, uma vez que a Área de Intervenção Central também fazia parte do programa de renovação assim como da direcção da Porto 2001 SA, integrando-se posteriormente no programa mas cujos trabalhos já decorriam



Seguiu-se uma fase de definição de modelo teórico e de critérios gerais de intervenção prosseguida por um levantamento e caracterização das situações-problema respectivas a cada uma das áreas.

Ulteriormente, entrou o faseamento e a programação geral da intervenção, o plano de acções prioritárias, a definição de unidades de projecto e, por fim, a coordenação dos trabalhos de elaboração dos mesmos.

Após a entrega dos desenhos e respectivos relatórios as propostas foram submetidas a um critério de avaliação efectuado pela Comissão de Avaliação da Porto 2001, sendo quatro equipas seleccionadas.

Daí, o sector Oeste A (Restauração/Cordoaria) ficou entregue a Camilo Cortesão, o Oeste B (Praça de Carlos Alberto/Rua do Almada) a Virgínio Moutinho, Leste A (Batalha/Guindais) a Adalberto Dias e o Leste B (Praça D.João I/Stª Catarina) a Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

Um zoom aproximado às quatro propostas permite recolher pequenos dados dessas intenções, assim: [fig.44]

Oeste A (Restauração/Cordoaria), equipa do Arq.to Camilo Cortesão:

A proposta evidenciou uma “arquitectura e desenho de chão” aliada à reinterpretação da história do lugar, que encarando o “reordenamento de tráfego como política de espaço público (...) cria condições de leitura, fruição e interligação com as áreas envolventes”<sup>182</sup>, revertendo para isso especial atenção ao uso do transporte público, nomeadamente à proposta de recuperar a tradição do eléctrico entre a Cordoaria e o Carmo a qual se mostra mais sedutora porque elucidativa de carácter de bairro tradicional. O sistema de mobilidade e espaço público que contou com a recriação dos antigos Jardins da Cordoaria e do Romântico do Carregal, resulta numa multiplicidade de relações que comunica com os edifícios existentes para os quais foram previstas intervenções no âmbito da reabilitação/reconversão funcional e conservação e requalificação de fachadas. A intervenção pontuou ainda pela introdução de diversas infraestruturas, particularmente as linhas de arborização com destaque para as Rua da Restauração e Alberto Aires de Gouveia que criavam ligações entre o anterior vazio urbano que constituía esta área e a cidade existente, bem como a proposta de animação dos palcos de rua local segundo a introdução de arquitecturas efémeras de lazer que comportariam acções genéricas relativas a exposições e elementos de publicidade e informação dos eventos.

Oeste B (Praça de Carlos Alberto/Rua do Almada), equipa do Arq.to Virgínio Moutinho:

A área caracteristicamente densa resolveu-se principalmente na aposta de que “a rua constitui-se como elemento estruturador do aglomerado, como elemento significativo tipológica e socialmente e como elemento funcional de primeira e fundamental importância para o desempenho da vida colectiva”<sup>183</sup>. Paralelamente, a proposta assentou mais incisivamente sobre a requalificação do perfil transversal da

---

antes da proposta de lançamento de requalificação. Esta área contou com a participação de Eduardo Souto Moura à responsabilidade da construção do Metro do Porto, e de Siza Vieira encarregue pelas obras da Avenida da Ponte.

182. Cortesão, Camilo in Porto 2001, SA. *Porto 2001: Regresso à Baixa: Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. 2001 pág.48

183. Moutinho, Virgínio in Porto 2001, SA. *Porto 2001: Regresso à Baixa: Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. 2001 pág.101

rua, recolocando desta feita o sistema hierárquico de passeio - corredor central e passeio - bem como a correcção e prolongamento da rede viária como ditam as escolhas de extensão das Ruas dos Bragas e Diogo Brandão e a abertura de novas vias amarradas à malha existente. Para além disto, a proposta previu também uma grande e variada introdução de estacionamento. A rua mostrou-se a condição teatral da cidade e por isso o cenário resultaria da articulação horizontal (malha) com os planos verticais (edifício) resgatando a consolidação e identidade do lugar entre várias intervenções pontuais e de ligamento das quais se destacariam a recuperação dos dois caminhos históricos em traçado monumental (Clérigos/Praça Gomes Teixeira/Rua do Carmo) e o respeito pela anterior matriz tipológica das construções preexistentes, cuja a finalidade pretendia a organização plástica das fachadas, prevendo-se para isso obras de restauro e reconversão e ainda acções de reuso, tal como proposto para a reconversão do edifício do Banco de Portugal em Museu da Cidade, que segundo a manutenção do rosto singular espelhariam a cultura e a história própria do lugar.

Leste A (Batalha/Guindais), equipa do Arq.to Adalberto Dias:

As soluções de aproveitamento das condições e das potencialidades do existente bem como o sentido da inovação e transformação assentaram sobretudo na sustentabilidade do sistema de mobilidade e espaço público enquanto valências funcionais e estruturais da proposta, as quais são patentes especialmente pela introdução de um elevador panorâmico na ligação S.Bento/Batalha/Metro do Porto e também pela reposição do elevador dos Guindais que, recuperando o antigo canal do funicular original, voltaria a reforçar a ligação do rio à cidade directamente da cota da Ribeira à cota alta das Ruas de Saraiva de Carvalho e Augusto Rosa. O arquitecto responsável explicou o sentido da operação como “uma das acções que nos parecem importantes para o “regresso” da população ao centro, dado oferecer mobilidade e conforto, promover o passeio automóvel e a promenade comercial e despoletar outras ofertas e tipos de comércio, como também oferecer uma maior segurança pelo aumento e concentração de população.”<sup>184</sup> O antigo centro cívico e cultura do Porto voltou assim a pretender manter a sua anterior função comercial apoiando-se à ideia de travessia (horizontal e vertical) e acontecimento pela complementaridade entre elementos de infraestrutura urbana (praças, largos e percursos) e equipamentos de uso público (lazer, saúde e ensino) associados também à monumentalidade (Cinema Batalha, Cinema Águia D’Ouro e edifícios dos CTT/Telecom) e história da zona ribeirinha, nas quais as obras de requalificação permitiriam ainda uma correspondência com as frentes edificadas vulgares, trazendo população residente aos anteriores prédios insalubres e devolutos.

Leste B (Praça D.João I/Stª Catarina), equipa dos Arq.tos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez:

“Como entrar no corrigir aí por fora, mesmo planeado, agradando aqui ou ali, agradecendo mais á frente: algum transporte público, algum traçado viário pedonal, algum hiper de rara felicidade e muita conversa sobre tempos livres, cultura, desporto, escolas. Como se podem desejar teatros, cinemas, bares, restaurantes, sex-shops, marisqueiras, antiquários, livrarias ou alfarrabistas abertos toda a noite?”<sup>185</sup> A pergunta

184. Dias, Adalberto. in Porto 2001, SA. *Porto 2001: Regresso à Baixa: Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. 2001 pág.164

185. Costa, Alexandre Alves. in Porto 2001, SA. *Porto 2001: Regresso à Baixa: Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. 2001 pág.237

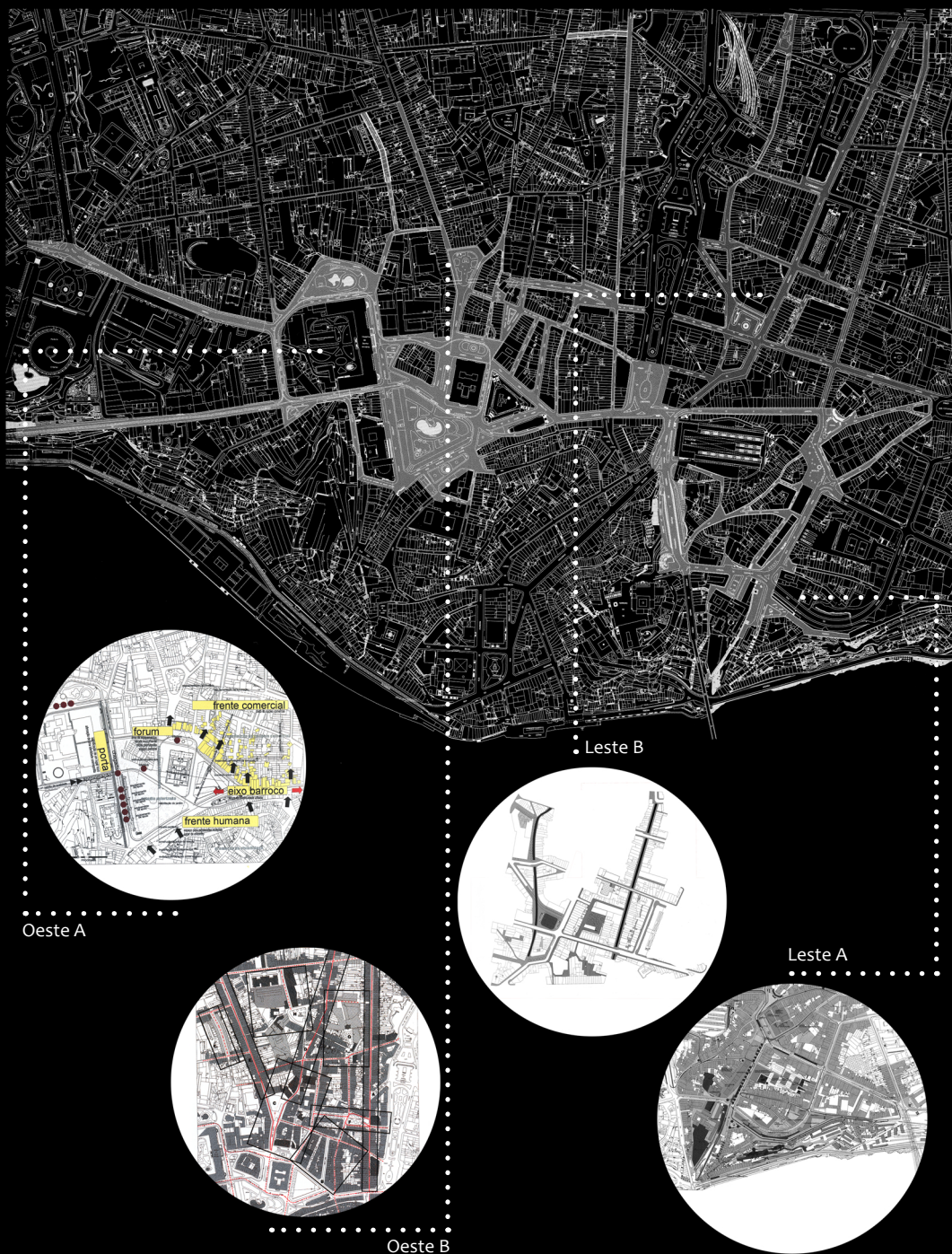
do arquitecto é peremptória. A área exigia antes de mais uma oferta de animação cultural e urbana que encontrasse nas preexistências o mote do programa. Porque “o que descobrimos, com os olhos e sem os livros, foi uma cidade maravilhosa”<sup>186</sup>. Por isso a proposta encarou uma via reformista de espaço urbano onde a apropriação lúdica permitiria uma maior dinâmica social e facilidade de mobilidade e acessos potenciais à gentrificação populacional, que pela acção requalificada do parque residencial (recuperação dos quarteirões da Rua Passos Manuel, e da Rua do Ateneu Comercial do Porto, p.e), explorava também a adaptabilidade tipológica dos usos próximos aos originais conforme uma valorização patrimonial (Rua de santa Catarina) que permitiria posteriormente a incrementação de infraestruturas de serviço e comércio, reavivando os anteriores espaços públicos (Praça D. João I e zona envolvente do Teatro Sá da Bandeira). Como se infere exemplarmente pelo reforço da leitura da Rua do Bonjardim, a intenção era a reintegração da unidade histórica e funcional segundo uma política comercial de espaço, dado que entre o carácter de via pedonal se proponha também a incentivar a função de utilidade e não de consumo pela introdução de pequeno comércio (restaurantes, bares, pequenos cafés, pensões e hotéis) e a recuperação do já existente, como se percebe pela reutilização da instalação hoteleira a *Brasileira*. Para além disso, a proposta contou ainda com uma especial atenção sobre o espaço urbano público e privado nas horas nocturnas, disponibilizando a mesma animação diurna preterida, pelo reforço da iluminação pública cuja incidência permitia uma imensa diversidade de leituras da paisagem da cidade.

Ainda que sem retórica nem detalhe na exposição, o breve olhar sobre as propostas de projecto deixa antever a operacionalidade que correu por detrás da intervenção. E o desenho urbanístico esboçado após toda uma fase de programação e gestão, entre o aparente antagonismo, espelha uma cooperação que subjaz a política de intervenção de meta-projecto.

Consequentemente, mediante uma renovação mais intervencionada na malha urbana (Oeste A, Oeste B e Leste A) e uma mais intervencionada na espessura volumétrica (Leste B), existem similaridades estratégicas que resultam numa perceptível conexão entre diferentes áreas, diferentes disciplinas, diferentes propostas, diferentes necessidades e diferentes equipas, nas quais o sentido de consolidação resulta porque assente num plano e vontade de transformação controlada, sustentada e equilibrada, na comunicação entre a contemporaneidade e o preexistente, entre a margem, centro e zona de expansão.

A renovação não foi interpretada singularmente, antes abrangeu a escala unitária, de quarteirão, de bairro, de zona e finalmente urbana, ficando patente a determinação de ruptura das demagogias em favor de um realismo pragmático assente na cultura local das intervenções, alcançando progressivamente um desenho urbanístico global. Na base desta intervenção subsiste por isso, uma clara apropriação da operacionalidade da Arquitectura, accionada em torno da criação e recriação de espaço urbano segundo as temáticas da arquitectura de construção, as regras de urbanismo, de planeamento, de desenho urbano e paisagismo.

186. Costa, Alexandre Alves. in Porto 2001, SA. *Porto 2001: Regresso à Baixa: Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. 2001 pág.237



[fig.44] Programa de requalificação urbana e intervenções a promover in Porto 2001, S.A. *Porto 2001: Regresso à Baixa: consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense* (2001).

Conclusivamente, mais que uma reabilitação assente na construção, a proposta ganhou consistência porque permite inferir que os factores de dinamismo foram avaliados ainda na fase de anterior às propostas e posteriormente moldaram as premissas de acção em todo o seu conjunto. Houve um respeito pela história e pela cultura local não se descartando ainda as potências relativas à economia, à política, ao lazer, à sociedade. Subsistindo as teses relativas às dimensões programáticas de execução estruturalistas, as sensibilidades culturalistas e a racionalidade de espaço.

O meta-projecto contemplou a imagem e a tacteabilidade, o imóvel e o móvel, o material e o imaterial. Por entre uma intervenção na reestrutura e requalificação funcional que propôs actividades e redes de serviço de diversas tipologias de uso e densidade, atingindo também a recuperação e reabilitação arquitectónica da edificação e dos espaços de uso colectivo, progressivamente escalando à reapropriação social e cultural que contemplam as 24 horas por dia.

Por isso não se conformou somente pelo arranjo ou pintura de fachada. Propôs uma reabilitação interna/externa às construções que fomentou a informalidade e o reactivamento das habitações e também dos espaços intersticiais, interpondo elementos que diluíram as fronteiras separatistas entre tipos tradicionais e contemporâneos.

Amarrou-se ainda a irregularidade e a ortogonalidade de traçado, porque a condição apriorística foi adaptada num respeito pelo existente e apropriando novos conceitos como a linha do metro. Permitindo posteriormente que as ruas tortuosas fluíssem em continuidade às zonas de expansão.

Limpou-se a sujidade das fachadas e das ruas. Abriam-se *promenades*. Jardins. Parques de estacionamento. Espaços de desafio activos e fluxos velozes. Misturam-se diferentes pessoas e vicissitudes. Desmaterializou-se a marginalidade e a delapidação. Conferiu-se uma nova visualidade, mais contemporânea e mais histórica. Entre pontes, telhados, fachadas que continuam a descer por entre as ruelas a encosta até ao Douro e do outro lado se abrem à expansão num percurso sequencial de contrastes, tempos, formas.

Se o objectivo do meta-projecto era reingressar a cidade do Porto na consolidação, um olhar ao desenho da cidade permite ver que a esta se expandiu conservando marcas do passado e agregando zonas anexas e é hoje é um só núcleo cujos limites são traçados por linhas virtuais. Porque lá dentro, a cidade percorre e deixa sentir a diferença de tempos na Arquitectura, mas não existem barreiras a delimitar o espaço. Esse prolonga-se, justapõem-se, comunica. Desde a mais pequena escala à escala urbana.

Hoje, o Porto aconchegou o centro às margens.

Garante a identidade, a história, a cultura, a funcionalidade, a economia, o lazer..., a urbanidade.


O meta-projecto de renovação projectou-o além de 2001.

A consolidação aconteceu e continua a acontecer. Seduzindo-nos de novo pelas pedras da cidade.

E, a antes cascata São-Joanina<sup>187</sup>, talvez proponha uma outra canção.

---

187. Referência a *Porto Sentido* música de Rui Veloso e composição de Carlos Tê (1986). A letra tem um olhar sobre a cidade portuense



**Pisa-Papéis(\*):** Objecto que se coloca sobre papéis para que não se espalhem ou desapareçam.

Observar o cenário urbano e questionar fora da aspiração de construir novos modelos ou teorias. Mas explorar e ser-se crítico inconformado frente a antigos dogmas. É esta a postura que considero peremptória a alguém que um dia aspirou o sonho de ser arquitecto. Por isso estimei a dúvida, pus à prova a condição urbana da cidade consolidada na contemporaneidade. Tomei a realidade, observei-a e afundei-me em textos, artigos e livros escritos por tantos mais que eu se desafiaram a sair da confortável indignação. Encarada a problemática e preenchida a falha de interpretação, surgiu a curiosidade de expor as minhas relações ao género de resenha/glossário pessoal.

Sob um Pisa-Papéis(\*) encontram-se por fim as definições que se sobrepõem às camadas de folhas, aos pensamentos e às reivindicações.

Vou partir então de uma definição de Paul Virilio<sup>188</sup>, para quem a **Arquitectura** “is more than an array of techniques design to shelter us from the storm. It is an instrument of measure, a sum total of knowledge that, contending with the natural environment, becomes capable of organizing society’s time and space”<sup>189</sup>, traçando-a desta forma a capacidade de organização da sociedade no tempo e no espaço.

Por isso a Arquitectura é o primeiro impacto material expresso sobre o **território urbanizado**, o espaço transformado em plataforma de mediação entre o meio ambiente natural e a civilização, cujo resulta da operação de **urbanização**, a acção que decorre entre o acto de construção e o desenvolvimento da **urbanidade**, porque referente aos fluxos de contacto, às relações de afinidade ou confronto que um indivíduo mantém no seio da comunidade, quer com os outros sujeitos quer com o ambiente que o envolve. E de facto, sempre se entendeu a Arquitectura como a actividade humana que existe desde que o Homem passou a ter a necessidade de se abrigar das intempéries, a própria definição grega da palavra assim a descreve: *arché* – primeiro ou principal – e *tékton* – construção. Justificando portanto a técnica de edificação que subjaz ao ambiente construído.

Mas ao mesmo tempo, a disciplina revela desde a partida um desígnio cujo redonda um acto de criação não podendo ser somente relativizada à materialização concreta do edificado, pois parte exactamente de uma dupla combinação entre actividade criativa e resultado operacional físico, que na sua intrínseca relação abrem um entendimento do suporte onde se fixam, definindo fluxos, categorizando espaços e datando épocas, porque conformando o tecido urbano tendo em conta os interesses da urbanidade. A Arquitectura é então um corpo multidisciplinar que balança no volume concreto das formas e a controversia da representação dos desígnios sociais, interpondo-se dimensão operativa/criativa intervencionista no espaço geográfico, e por esta via pressupõe uma estrutura, uma função e uma necessidade que posteriormente serão expressas na formalização harmónica da massa em edificações e espaços intersticiais que entre elas resultam, definindo assim o **espaço urbano** segundo uma gestão ou **ordenamento do território**.

188. Filósofo e urbanista francês, é caracterizado como um crítico que vê negativas as implicações dos meios de comunicação de massa actuais. Em obras como *The Overexposed City* (1984) é peremptória esta visão pessimista do mundo, na qual se encaram as noções de velocidade, de distância e de electrónica, produtores de fantasmas e sombras que assolam as relações que nascem sobre o tempo, o espaço e a própria Arquitectura do cenário hodierno.

189. Virilio, Paul. *The Overexposed City* in Leach, Neil. *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. 2002, pág.387

Paralelamente, se a Arquitectura é criação, gestão e ordenação das vicissitudes decorrentes no tempo e evolução do Homem, prevê um acto de plasticidade artística sobre o qual as finalidades são programadas desde a génese à conclusão efectiva da intenção, e todos sabemos que o tempo não estanca nem a sociedade deixa de exigir cada vez mais, e nem mesmo vivendo em colectividade se nega o carácter individual. Consequentemente, a Arquitectura desdobra-se inumeravelmente, respondendo caso a caso mediante uma margem de opções, cálculos, técnicas, condicionantes do meio, funcionalidades, numa programação de avaliação das escalas de valores, movendo-se entre a materialidade e a imaterialidade dos **factores urbanos**, que interferem categoricamente para a organização do espaço e dos seus elementos, segundo a resolução de problemas de gestão, ordenamento e estética, e os quais incluem na base conceitos relativos à matemática, ciência, arte, tecnologia, política, administração, sociologia, história, filosofia, entre tantos...

Um traço de pincel ou serigrafia não se importam com estas “miudezas”, seu objectivo é fundamentalmente impressionar. E a Arquitectura distingue-se das artes plásticas aqui. Porque não as ignora (nem pode!), antes vincula-se a elas, adorna e é adornada pelos variados ensinamentos, é a paga e o orgulho do jogo de inter subjectividade na aproximação à cultura do território. Foi sempre por ela que se construiu a materialidade visual da urbanidade e ulteriormente se alcançaram grandes escalas, que nenhuma tela pode ousar pintar. Por isso é complexa e manifesto sem limite de moldura, só nessa disposição permite que se formem cidades. Talvez o mesmo motivo que tendencialmente nos levou a reduzir o termo aos edifícios ou conjuntos edificadas com extraordinário destaque, quer por particularidades de estética artística, quer por características insólitas ou impacto que sugerem na comunidade.

Contudo, se agora é o tempo de falar de **Cidade**, esse palco onde ocorre e se suporta a História Urbana, uma das conclusões da abordagem ao tema revelou que não mais nos revertemos à *venustas* arquitectónica classicista de Vitruvius para definir uma cidade enquanto bela. Paralelamente à desmistificação da ideia de purificação da forma consequente da entrada da modernidade, a Arquitectura passou de uma mera interpretação formal a um estatuto disciplinar de múltiplos devaneios, abrindo-se as questões relativas à cidade enquanto projecto urbano suportado por modelos extraídos das formas do espaço e do tempo, nos quais a cidade foi sendo progressivamente interpretada pela boémia da **informalidade tipológica**, entre edifícios referenciais, anónimos e invulgares e a própria combinação de cada um deles com o contexto. O estudo da composição dos edifícios (disposição das unidades de habitação e circulações) e das regras inerentes à composição (edifícios em banda, quarteirões em pátio, ...) permitiu uma maior escala de **tipos** arquitectónicos, porque relativos à interpretação de espaço segundo uma dinâmica de **ordenamento** de uso do solo, das actividades que nele ocorrem e a maneira como se dispõem e se estabelecem.

Foi este o ponto de partida para a definição da cidade nas suas múltiplas dimensões espaciais e cognitivas e o ponto de partida para a abertura da Arquitectura enquanto arte e técnica cujo desígnio só se alcança segundo uma estratégia, aliando-se à operacionalidade de organização e expressão urbana, as noções de **urbanismo**, de **desenho urbano** e de **planeamento**.



A percepção do espaço urbano não mais se relativiza à visão da arquitectura *per se*. Absorvê-la pela sua pura materialidade é equívoco no momento em que a cidade se assume definitivamente nunca terminada, dispondo quotidianamente novas formas de interacção sensorial, como o cheiro, o som, o tacto, o uso... e tantas quantas possam desenhar uma imagem mental resultante da experiência material e imaterial reveladas nos edifícios e espaço público através processos de génese e travessia ao longo do tempo.

Mas essa vontade pulsante só se garante com o envolvimento directo da Arquitectura com a realidade segundo uma *praxis* de orientação contínua, na qual o **Urbanismo** é a metodologia ou ideologia mais fiável de aproximação à interpretação e organização, uma vez relacionado com o estudo do ordenamento, gestão e planeamento conjecturados nos processos de urbanização, permitindo explorar mediante uma acção **urbanística** teórico-reflexiva (teoria, crítica) e operativa (plano, projecto e desenho) as causas-efeito que as diversas disciplinas (geografia, economia, política, sociologia, cultura...) impuseram na Arquitectura e no espaço urbano sob um constante diálogo sequencial e inferindo por essa via os processos socioculturais de identidade e persistência relativos ao contexto.

Nesta perspectiva, a **História do Urbanismo** decorre paralelamente à **História Urbana**, justificando como ocorreu o desígnio, a implementação, o desenvolvimento e a transformação espacial do núcleo ou fracções urbanas segundo as conflituosidades que (a bem ou a mal) se geraram na evolução e posteriormente marcaram os fenómenos de alteração da forma expressos pela abordagem urbanística da **morfologia urbana**.

Por isso, tanto a imagem quanto a forma urbanas se constituem as principais plataformas de abordagem e análise de qualquer cidade. Ambas expressão mais fiel dos elementos e dinâmicas. Porque hoje sabemos que mediante processos mais ou menos acríticos de hierarquização e valorização de potencialidades, são manifestação dual dos elementos relativos ao **património arquitectónico**, cuja dimensão toma de assalto o edifício despido de qualquer conotação que não seja somente a sua materialidade física, pura e dura, englobando com o mesmo direito as construções monumentais de/ou características excepcionais e as construções ditas banais, privadas ou públicas, não desprezando as construções pela sua superficialidade nem pela sua falta de engenho arquitectónico; do **património paisagístico** referente aos elementos ambientais que actuam nos aspectos cénicos e estéticos do lugar sejam eles naturais ou territórios e elementos (re)convertidos em paisagem, e do **património urbanístico**, referente à extensão das duas esferas de património citadas e aos quais se inclui todas as infraestruturas e sistemas infraestruturais de complexidade e escala urbana relativos ao volume, à massa e aos mecanismos das relações que a urbanidade mantém com o espaço urbano e com os elementos.

No final, a interpretação urbana segundo a morfologia resulta de tudo considerar desse grande saco que constitui o **património urbano cultural**, cujos elementos tangíveis e intangíveis históricos, socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos encontram nos palcos urbanos hodiernos (embora não exclusivamente) a oportunidade de igual protagonismo de avaliação, evidenciando modos de vida e criando as bases da memória, do espírito, e da continuidade do lugar.

A conclusão que daqui resultou introduziu a cidade como um hiper texto de **layers**, com diferentes graus de persistência provocados pelo enorme grau de transformação e reminiscência, entre períodos de perda e de preenchimento, de crescimento e contracção, onde a Arquitectura se recicla, se constrói sobre o construído e se alarga dos limites antigos por fenómenos plasmáticos e de estratificação. E por esta nova perspectiva importa falar dos processos anacrónicos de flexibilidade tipo-morfológica funcional, social e simbólica segundo estratégias de **padrão** correspondentes aos sistemas de mobilidade, disposição e densidade espaciais dos elementos urbanos, que quer por transição abrupta, gradual ou disforme de segregação, integração, diversidade, pureza, utilização mista do solo ou agrupamento revelam a cidade tanto na tridimensionalidade quanto na bidimensionalidade.

Todavia, desde cedo se inferiu e defendeu a arquitectura como algo mais volátil que o traçado urbano ou a implantação de um edifício, cujos inevitavelmente deixam cicatrizes que perduram muito para além do seu desaparecimento e/ou transformação, por isso as potencialidades da espacialização anacrónica proporcionada pela abordagem urbanística encontra na **malha urbana** o reflexo dessa forma de organização de espaço, de sistemas infraestruturais de mobilidade que ligam lugares e que relacionam as diferentes funções, articuladas como áreas de estar, praças e parques urbanos, que sustentam bairros e quarteirões organizando a lógica da habitação na estrutura, elementos que definem uma forma de organizar e persistir no território e de organizar os usos do solo. Por isso, a malha, a cicatriz é o mais translúcido vestígio do desígnio fundacional, permitindo uma leitura global do que terá sido o conjunto urbano desde o plano original às suas transformações, porque resíduo no território cuja espessura transmite uma reinterpretação do modelo original, a **matriz fundacional**, com base na realidade actual. Muito mais eficaz do ponto de vista da cidade pois mais aberto e comunicativo da complexidade e evolução das densidades.

A condição nómada da cultura e da vida urbanas está então impressa num **desenho de chão**, num desenho urbanístico histórico de se fazer cidade, instrumento comum a todas elas mesmo quando nem de utopia tenham passado, porque onde patenteia o esforço criativo relacionado com a configuração, concepção, elaboração e especificidade de um elemento ou elementos orientados na estrita simbiose do desígnio e da implementação, entre a teoria da gestão urbanística e as acções ou projectos que dela procedem.

Consequentemente do desenho se coligiu o **planeamento**, metodologia e conceptualismo de administração de património urbanístico que assenta na matriz original, tendo em vista a valorização de todos os pressupostos inicialmente projectados, tanto de imagem quanto de forma, relativos à manutenção do ordenamento, uma vez que não procura um recuo no tempo tal como a urbanística, mas antes uma reescrita do primeiro desenho. A sua perspectiva não é a análise do que ficou para trás e nem se vincula somente à justificação das falhas que possam ter ocorrido, é um instrumento de continuidade que visa a resolução dessas mesmas lacunas apriorísticas indagando as maiores potencialidades e atracções que a cidade possa oferecer. Desta análise estratega resultam uma série de directivas que por um lado analisam os processos de desenvolvimento e de disposição dos elementos e dos sistemas de relação afim de por outro descortinarem novos modos de actuação que permitam seguir essa mesma evolução.

Mas a cidade é uma máquina performativa, ilimitada e ambígua. O planeamento não pode decorrer somente de sobre um **projecto** cuja acção instrumental parte de um esforço temporário e exclusivo para criar um produto, tendo por isso um início e fim estabelecidos e um número concreto e limitado de intervenientes, tal como uma escala operativa circunscrita.

Enquanto sistema a cidade requer operacionalidade integrativa num raio de escala o mais amplo, porque o exige a dimensão do património urbanístico e exige a alucinante expansão que ocorreu com a entrada da globalização, da mobilidade e da vicissitude complexa de atracção.

Se agora é tempo de resgatar a urbanidade perdida no processo veloz e fractal com que ocorreu a urbanização, onde nem a nova população se identifica com os novos espaços, nem o centro fundacional parece permitir a inclusão da mesma, a conclusão relativa à estruturação do espaço revelou que a mesma deve ocorrer peremptoriamente acordada numa gestão de **revitalização urbana** aliada a preocupações e objectivos sociais cuja pretensão é o reverso da situação de escassez e/ou envelhecimento e empobrecimento da população tal como a fuga pela falta de atracção dos usos urbanos mediante uma **requalificação** alargada a todo o espaço, cujas intervenções potenciem uma política de ordenamento espacial assentes em objectivos de melhoria do ambiente urbano através de uma **recuperação** ou **restituição** do património urbanístico degradado ou alterado, possibilitando uma **reabilitação** do mesmo mediante um processo de transformação assente na execução de obras de ordem conservadora de **restauro** que pressupõem uma restituição ao original ou obras reformistas de **reedificação** que prevêm não uma reposição mas uma demolição do original em prol de uma nova forma, incrementando assim operações de **reuso** ou **refuncionalização** que se subentendem reorganizações funcionais mediante estratégias de introdução ou recuperação das antigas estruturas de comércio, lazer, hotelaria, serviços de saúde, escolas... e inclusive a própria alteração dos tipos de habitação imóvel quer a nível de salubridade quer de capacidade e distribuição funcional, catalisando-os a novos agregados familiares.

Face a esta exploração das **políticas de r's** que pontuam a contemporaneidade, inferiu-se ainda que o desenho urbanístico da cidade se orienta exactamente na dualidade combinatória das mesmas, respondendo não só a uma **política de salvaguarda** aos antigos palcos urbanos pela recuperação do **património arquitectónico histórico** referente à diversidade de objectos nos quais a acumulação contínua de estimacões de história os tornaram referenciais ao passado, mas também alargada a todo o património urbanístico independentemente da sua escala, tipologia, valorização estética ou utilidade.

Neste ponto é categórico o esforço progressivo que se tem feito em favor da evasão à obsolescência pela anexação de novas simbologias patrimoniais contemporâneas paralelamente à recuperação das antigas estruturas.

Posto isto, a definição de **centro histórico** não mais corresponde à realidade, porque adaptados às novas exigências de acessibilidade e atracção da sociedade hodierna. Contudo, reconhece-se que os vectores de permanência e de identidade pulsam de entre esta dicotomia entre novo e velho segundo uma morfologia urbana caracteristicamente estável, garantindo-lhes uma centralidade peculiar que qualquer outro

sector da cidade não possui. Por isso, mais que relativizado a museografia, é agora tempo de os identificar **centro fundacional** de identidade urbana. E esta constatação mostrou-se profícua também para perceber que é daqui, da análise tipo-morfológica fundacional que partem as linhas de ordenamento de território face aos **ensanches**, as zonas novas de expansão, na tentativa similar de estruturação e de introdução de identidade.

Tendo em conta as várias centralidades que despoletaram entre a mole urbana, o ordenamento do território só tem sentido quando desígnio de um objectivo holístico, e o mesmo só se garante mediante um planeamento em várias frentes, entre políticas de salvaguarda e políticas de expansão. Por isso se infere que por detrás de todas as operações atrás mencionadas subjaz uma **política de renovação/reforma**, que actua quer por substituição (“*enovação*”) quer por correcção (“*re*”) ecleticamente aos diversos intervenientes que constituem o corpo em que age, onde, paralelamente, preexistências e vontades de progresso são avaliadas e trabalhadas na coexistência, afim de sugerir uma nova forma pela correcção de lacunas, num processo de modernização potencial da falha que opera segundo uma inovação em continuidade. Só através desta conjectura é que se concluiu que o planeamento urbano ganha espessura quando submetido a uma **renovação urbana** enquanto conjunto de operações urbanísticas de reconstrução de áreas degradadas, desocupadas ou destruturadas. Porque a mais exequível de intervir quer dentro dos diversos sectores, quer na operação emergente de cozer a manta de retalhos em que o território urbano se espraiou.

Paralelamente, sendo a renovação uma compilação das diversas metodologias de operação, mais que um planeamento cirúrgico, reivindica-se hoje um **plano**, que a par e depois de qualquer processo de intenção e posterior decisão, se desdobra entre as opções políticas de gestão de integração e expansão, mediante um processo de síntese dos objectivos e estratégias de execução alargados até ao limite da complexidade urbana. Por aqui se destaca que o plano se distingue do projecto. Primeiro pelas considerações que avalia que só por si revelam um número de imponderáveis incertezas (quase infinito, atrevo-me a dizer), depois pela escala de intervenção que atinge, e ainda porque essa mesma hierarquia ultrapassa os limites disciplinares da profissão do arquitecto ou do urbanista. Apesar do *cliché* “o saber não ocupa lugar”, o profissional urbano é homem e mediante o amplo conhecimento que a disciplina possa oferecer e exigir, é impossível ser-se técnico especializado de todas as especialidades. Nesse caso, aliado ao corpo arquitectónico que integra a corporação profissional e técnica do plano é necessário entender que o mesmo só se concretiza correlativamente quando o número de intervenientes é extraordinariamente alargado. Além disso, devemos ter em conta que a própria população infere na decisão e acareação do resultado, porque usuário directo. Nenhum plano cuja finalidade seja o *welfare state* avança sem a ponderabilidade da urbanidade e a adesão da mesma. E quantos não foram os casos onde o plano seguiu e por desgosto da população não se tornou exequível remetendo os espaços urbanos à betesga?

Estas questões revelaram-se por isso mesmo preponderantes ao interpretar uma **gestão** de concretização cujos ritmos de acção, burocracia, dimensão projectual e tempo são necessariamente longos. Ao plano

interpõe-se assim um exercício flexível tendo em conta uma **programação**, uma metodologia de acção que contempla todas estas (in) variáveis de intenção, proposta, decisão, desenho e execução, evitando tão só a fuga ao calendário e à dilatação de custo, mas a possibilidade de permanente diálogo colaborativo entre profissionais, técnicos, órgãos administrativos e utentes, evitando deslizos posteriores e vozes de tractoras à obra. Nesta perspectiva, sendo o objectivo a cidade, a metodologia a de plano e a intervenção decorrer sobre a esfera do património urbanístico, não mais se fala de projecto *per se*, antes reclama-se uma estratégia de **meta-projecto**, que sequencialmente de método em método, operação em operação, projecto em projecto, percorra o espaço desde a escala do edifício à escala urbana, englobando todos os factores urbanos, respondendo a todos os requisitos, orientado por todas as disciplinas urbanas, cujas várias componentes ganhem forma e imagem num **desenho urbano** tão intrincado quanto o quer o desafio da urbanização.

De todas estas explanações resultou por fim a derradeira conclusão. A fuga à perplexidade, à intrínseca inquietação... A **condição da cidade consolidada** na contemporaneidade é o pedaço urbano cuja Arquitectura e Urbanismo não se limitam à estagnidade. Cujos desígnios se convencionam progressivamente pela escala do Urbanismo como forma de planeamento e a escala da Arquitectura como forma de expressão. Por isso um tecido vivo que não se reduz a historicidades, assume as preexistências como a sua génese, o seu suporte, mas é pela contemporaneidade que se actualiza e progride. Resultante numa coexistência de tempos e de formas pela mútua integração que lhe conferem um sentido de organização capaz de amarrar uma urbanidade a um território. Por fim, a **cidade consolidada** é a **cidade (re)desenhada**, projectada e estruturada como um todo. Funcional. Sedutora. Identitária. Persistente. Porque revitalizada mediante uma contínua renovação como um todo. A cidade de ontem, a cidade de hoje, meta-projecto de amanhã.

Finalizando, espero ter contribuído para a interpretação de que a cidade é construída para a eternidade num processo nunca encerrado, não significando isto *laissez faire* inconsistente. Antes, um risco experimental, ora produtor ora contraproducente. Porque criação mediante ambições de ferro, culto de pedra e responsabilidades de betão, onde tantas foram as vezes que nos tornamos detractores por não a sabermos olhar, por termos medo de arriscar. Que apesar de máquina de contradições e complexidades entre estados de ânsia e revolução, incompreensão e desleixe, foi-se consolidando, foi-se reconsolidando e não pretende manter-se quieta. Porque reestrutura-se dessas mesmas ambições do desenho da Arquitectura, do Urbanismo e do Homem, estímulos do manifesto.

Uma verdadeira potência num inferno insatisfeito, assim nunca o escondeu a humanidade.

*“Se houvesse um Paraíso incluir-se-ia nele todo o mundo, que teria de ser completamente remodelado caso o quiséssemos descobrir e amar novamente.”<sup>190</sup>*

---

190. Cruz, Fernando. in Lynch, Kevin. *A Boa Forma da Cidade*. 1981, pág.285



## Bibliografia

- Aguiar, José – **Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património**. 1ªed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade, 2002. ISBN 972-9483-47-7
- Allmendiger, Philip; Chapman, Michael – **Planning beyond 2000**. Chichester: John Wiley & Sons, cop., 1999. ISBN 0-471-9442-6
- Augé, Marc – **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. [S.l.]: Edições 90 Graus, 2005. ISBN 9728964021
- Azúa, Félix – **La Arquitectura de la No-ciudad: curso dirigido por Félix de Azúa dentro del programa "Arte y cultura en las sociedades del siglo XXI"**. Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2004. ISBN 8497690540
- Bandeira, Pedro – **Onde há fogo, nós levamos gasolina**. In ECDJ. Vol#5. Coimbra, 2001 (pág. 83-97)
- Bandeirinha, José A. – **Anos Sessenta, alojamento e arquitectura. Impasses que são saídas e saídas que são impasses**. In Murphy. Vol#1. Coimbra, 2006 (pág. 110-145)
- Bandeirinha, José A. – **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. ISBN 978-972-8704-76-6
- Barret, Jennifer; Bowdon, Caroline – **Debating the city: an anthology**. New South Wales: Historic Houses Trust of New South Wales; Sidney: University of Western Sydney, 2001. ISBN 0949753998
- Baudrillard, Jean – **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1991. Dep. Legal 45675/91
- Baudrillard, Jean – **As Estratégias Fatais**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. Dep. Legal 972330855
- Baudrillard, Jean – **O Paroxista Indiferente: conversas com Philippe Petit**. Lisboa: Edições 70, Cop., 1998. ISBN 9724409864
- Berman, Marshall – **Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade**. Lisboa: Edições 70, Cop., 1989. Dep. Legal 32954/89
- Boyer, Christine M. – **The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments**. Cambridge; Massachussets: The MIT Press, Cop., 1998. ISBN 026252211X
- Byrne, Gonçalo – **Geografias Vivas: VI bienal internacional de arquitectura de São Paulo**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006. ISBN 9789728897109
- Calvino, Ítalo – **As Cidades Invisíveis**. 3ªed. Lisboa: Editorial Teorema, 1999. ISBN 972-695-374-X
- Castells, Manuel – **A Questão Urbana**. 1ªed., rev. São Paulo: Paz e Terra, reimp. 2000. ISBN 85-219-0327
- Cardielos, João Paulo – **As nossas Cidades, de hoje!**. In Nu. Vol#3. Coimbra, 2002 (pág.16-17)
- Charlesworth, Esther – **City Edge: case studies in contemporary urbanism**. 1ª ed. Oxford: Architectural Press, 2005. ISBN 0-7506-63537
- Choay, Françoise – **A Alegoria do Património**. 3ªed. Lisboa: Edições 70, Cop., 2008. ISBN 978972-44-1274-0

Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, C. de Cultura Contemporània de Barcelona – **Presente y futuros: arquitectura en las ciudades [exposición/org. por el]**. Barcelona: Comitè d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96 [etc.], 1996. ISBN 8989698034

Corbusier, Le – **Por Uma Arquitectura**. 6ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, SA., 2002. ISBN 8527301423

Cullen, Gordon – **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, Cop., 1988. Dep. Legal 19620/88

Debord, Guy – **A Sociedade do Espectáculo**. Lisboa: Edições Afrodite, 1972.

Dias, Manuel Graça – **Ao Volante pela Cidade: dez entrevistas de arquitectura**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1999. ISBN 9727085199

Dias, Manuel Graça – **Manual das Cidades**. 1ªed. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2006. ISBN 972-708-920-8

Domingues, Álvaro – **Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal**. 1ªed. Lisboa: Argumentum, 2006. ISBN 9728479398

Domingues, Álvaro – **Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal**. In Murphy. Vol#2. Coimbra, 2007 (pág. 199-201)

Domingues, Álvaro – **Os novos mapas da cidade**. In ECDJ. Vol#3. Coimbra, (pág. 35-40)

Figueira, Jorge – **Agora que está tudo a mudar: arquitectura em Portugal**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. ISBN 972-8801-70-X

Figueira, Jorge; Providencia, Paulo; Grande, Nuno – **Porto 1901/2001: Guia de Arquitectura Moderna**. Porto: Livraria Civilização Editora: Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, 2001. ISBN 972-26-2061-4

Figueira, Jorge – **SMS: 202.: a nova visualidade de Coimbra**. Coimbra: Edições ASA, SA., 2003. ISBN 972-41-3661-2

Fonseca, Joana – **Histori[cidades]: reflexão sobre novas intervenções em contextos urbanos históricos**. Coimbra: [s.n.], 2006. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FC-TUC

Fortuna, Carlos – **Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos: uma avaliação e duas propostas para Coimbra**. In Cadernos da Oficina do CES. Vol#254. Coimbra, 2006

Fórum Internacional de Urbanismo, I, Vila Real, 1999 - **Novas arquitecturas versus arquitecturas tradicionais: que ambiente urbano?**. In Actas da Conferência no âmbito do 1º Fórum Internacional de Urbanismo. UTAD: URBE, 2000.

Frampton, Kenneth – **História Crítica da Arquitectura Moderna**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1997. ISBN 85-336-0750-4

Furtado, Gonçalo – **Transitoriedade e Apolítica**. In Nu. Vol# 8. Coimbra, 2003 (pág. 16-17)

Giangregorio, Guido – **Crítica e projecto na cidade contemporânea: algumas conclusões preliminares**. In ECDJ. Vol#3. Coimbra, (p.10-15)

Giedion, Siegfried – **Space, Time and Architecture: the growth of a new tradition**. 5ªed.,rev. Cambridge; Massachussets: Harvard University Press, 1995. ISBN 0674830407



- Gil, Bruno – **Transmissores Urbanos**. In Nu. Vol#6. Coimbra, 2002. (pág. 4-7)
- Goitia, Fernando Chueca – **Breve História do Urbanismo**. 5ª ed. Barcarena: Editorial Presença, 2003. ISBN 972-23-1541-2
- Gomes, Paulo V.; Rossa, Walter – **Ideologias do Património e Intervenção Arquitectónica**. In Relatório do 11º Encontro Nacional de História da Arquitectura. Curia: Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1994
- Gomes, Paulo Varela – **Teoria do Sítio: a propósito de Siza [a arquitectura está no sítio] e de Koolhaas [que se ‘lixo’ o contexto]**. In Nu. Vol# 2. Coimbra, 2002 (pág.9)
- Goof, Jacques L. – **Por Amor das Cidades**. Lisboa, Editorial Teorema, Lda., 1999. ISBN 972-695-337-5
- Gracia, Francisco – **Construir en lo construído: la arquitectura como modificación**. 2ªed. Madrid: Nerea SA., 1996. ISBN 84-86763-65-7
- Grande, Nuno – **Arquitectura & Não**. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2005. ISBN 972-8801-67-X
- Guiheux, Alain – **Archigram**. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1994. ISBN 2-85850-786-4
- Hall, Peter – **Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century**. Oxford: The Blackwell Publishers, 1995. ISBN 0631175679
- Healy, Patrick; Bruyns, Gerhard – **De-/signing the Urban: techno-genesis and urban image**. 1ª ed. Rotterdam: 010 Publishers, 2006. ISBN 978-90-6450-611-6
- Hughes, Jonathan; Sadler, Simon – **Non-Plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism**. 1ªed. Oxford; Boston: Architectural Press, 2000. ISBN 0-7506-4083-9
- Jacobs, Jane – **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. ISBN 85-336-1218-4
- Jencks, Charles; Kropf, Karl – **Theories and Manifestoes: of contemporary architecture**. Chichester: Academy Editions, 1997. ISBN 0471976873
- Koolhaas, Rem – **La Ciudad Genérica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007. ISBN 9788425220524
- Kostof, Spiro – **Historia de la Arquitectura, vol.3**. 2ªed. Madrid: Alianza Editorial, SA., 2004. ISBN 84-206-7078-2
- Kostof, Spiro – **The City Shaped: urban patterns and meanings through history**. London: Thames and Hudson, Cop., 1991. ISBN 0500341184
- Kostof, Spiro – **The City Assembled: the elements of urban form through history**. London: Thames and Hudson, Cop., 1992. ISBN 0500341249
- Krier, Leon – **Arquitectura: escolha ou fatalidade**. 1ª ed. Lisboa: Estar Editores, 1999. ISBN 9728095643
- Krier, Rob – **Urban Space**. London: Academy Editions, 1991. ISBN 0856705764
- Krause, Joachim; Lichenstein, Claude – **Your Private Sky: R. Buckminster Fuller the art of design science**. Baden: Lars Müller Publishers, 1999. ISBN 3-907-044-88-6
- Krüger, Mário – **Leslie Martin e a Escola de Cambridge**. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Cop., 2005. ISBN 972-97383-9-4

Lang, Peter; Menking, William – *Superstudio: life without objects*. 1ªed. Milano: Skira Editore, Spa., 2003. ISBN 88-8491-569-4

Leach, Neil – *A Anestésica da Arquitectura*. Lisboa: Antígona Editores, 2005. ISBN 972-608-180-7

Leach, Neil – *Rethinking Architecture: a reader in cultural theory*. London; New York: Routledge, 2002. ISBN 0415128250

Leach, Neil – *Architecture and Revolution: contemporary perspectives on Central and Eastern Europe*. 1ª ed. London; New York: Routledge, 1999. ISBN 0-415-13915-5

Lefebvre, Henri – *La Révolution Urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

Lefebvre, Henri – *The Production of Space*. (1ª ed. 1991) Reprint. Oxford [etc.]: The Blackwell Publishers, 1995. ISBN 0-631-18177-6.

Lynch, Kevin – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, Cop., imp., 1988. Dep. Legal 26386/89

Lynch, Kevin – *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70, Cop., 2007. ISBN 978-44-1330-3

Magnet, Myron – *Paradigma Urbano: as cidades do novo milénio*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001. ISBN 972-564-507-3

Maas, Winy – *Five Minutes City: architecture and [im]mobility*. Rotterdam: Episod Publishers, 2003. ISBN 9059730038

Marques, Helena – *Entre o centro e a periferia: [franjas reestruturadoras de cidade]*. Coimbra: [s.n.], 2006. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC

Massapina, A. Vasco – *A reabilitação urbana na transformação e recuperação do património edificado*. In Locus. Vol#1. 1987 (pág. 52-58)

Meyer, Han – *City and Port: urban planning as a cultural venture in London, Barcelona, New York, and Rotterdam: changing relations between public urban space and large-scale infrastructure*. Utrecht: International Books, 1999. ISBN 90-5727-020-X

Melo, Alexandre – *Globalização Cultural*. 1ªed. Lisboa: Quimera Editores, 2002. ISBN 9725890779

Mestre, Vítor – *Intervenções contemporâneas em património paisagístico, urbano e arquitectónico: a cura pela morte*. In Arquitectura Ibérica. Vol#12. Casal de Cambra, (pág.46-52)

Milheiro, Ana Vaz – *A invenção do lugar*. In Nu. Vol# 2. Coimbra, 2002 (pág.8)

Moreno, Júlio – *O Futuro das Cidades*. São Paulo: Editora SENAC, 2002. ISBN 85-73592540

Mumford, Eric – *The Cíam Discourse on Urbanism, 1928-1960*. Cambridge; Massachussetes: London: The MIT Press, Cop., 2000. ISBN 0-262-13364-4

Phillips, Patrícia – *City Speculations*. Queens (New York): Queens Museum of Art ; New York : Princeton Architectural Press, cop. 1996. ISBN 1568980779

Pinto, Sandra – *S-XXL: uma abordagem à problemática dos modelos de formas construídas, em perímetro e em altura, nos espaços urbanos actuais*. Coimbra: [s.n.], 2002. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC

Portas, Nuno – *Os Tempos das Formas vol.1: A cidade feita e refeita (escritos 1963-2004)*. 1ªed. 2005  
Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005. ISBN  
972-99822-0-1

Portas, Nuno – *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. 2ªed. Lisboa: Livros Hori-  
zonte, 2007. ISBN 9722414631

Porto 2001, SA – *Porto 2001: regresso à Baixa: consulta para a elaboração do programa de requalificação  
da Baixa Portuense*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade, 2001. ISBN 972-9483-39-6

Porto 2001, SA. ; 010 Publishers – *Post.Rotterdam: architecture and city after the tabula rasa. [Cat. Pub.  
pela ocasião da exposição com o mesmo nome integrada na programação de Artes Plásticas e Arquitec-  
tura do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura]*. Rotterdam: 010 Publishers; Porto: Porto 2001 SA., 2001.  
ISBN 972-95449-1-3

Powell, Kenneth – *Richard Rogers: complete works volume one*. London: Phaidon Editors, 2004. ISBN  
0-7148-3746-6

Relph, Edward – *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa: Edições 70, Cop., 1990 imp. Dep. Legal 40960/90  
PT

Relvão, Margarida – *(Re) Desenhar a cidade redesenhada, uma leitura para a salvaguarda do património  
urbanístico*. Coimbra: [s.n], 2005. Prova Final de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitec-  
tura da FCTUC

Rémy, Jean; Voyé, Liliane – *A Cidade: rumo a uma nova definição?*. Porto: Edições Afrontamento, Cop.,  
1994. ISBN 9723603314

Rethier, Jean; Guiheux, Alain – *Visions Urbaines: Europa 1870-1993. La ciutat de l'artista. La ciutat de  
l'arquitecte*. Madrid: Editorial Electa, 1994. ISBN 84-8156-054-5

Rogers, Richard; Power, Anne – *Cities for a small country*. 1ªed. London: Faber and Faber, 2000. ISBN  
0-571-20652-2

Rogers, Richard – *Cities for a small planet*. 1ª ed. London: Faber and Faber, 1997. ISBN 0-8133-3553-1

Rossa, Walter – *A Cidade: palco expressivo da portugalidade*. In A Urbe e o Traço: uma década de estudos  
sobre o urbanismo português. Coimbra: Editor Livraria Almedina, 2002. (pág.25-32)

Rossa, Walter – *Cidade: o sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expres-  
sas de forma desordenada*. In A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português.  
Coimbra: Editor Livraria Almedina, 2002. (pág.35-43)

Rossa, Walter – *Dissertação sobre reforma e renovação na cultura do território do pombalismo*. In Comu-  
nicação ao Colóquio Internacional O Terramoto de 1755, Impactos históricos. Lisboa, 2005

Rossa, Walter – *História do urbanismo e identidade: a arte inconsciente da comunidade*. In A Urbe e o  
Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Editor Livraria Almedina, 2002.  
(pág.13-22)

Rossa, Walter – *Fomos condenados à cidade: tópicos de reflexão sobre um conceito em transição*. In A  
Cidade e a Saúde: desenvolvido no âmbito do projecto POCTI. Coimbra, 2007 (pág. 15-22)

Rossi, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. 2ªed. Lisboa: Ed. Cosmos, 2001. ISBN 972-762-126-0

Rowe, Colin; Koetter, Fred – *Collage City*. Paris: Centre Georges Pompidou, Cop., 1993. ISBN 2-85850-712-0

Rowe, Colin – *As i was saying: recollections and miscellaneous essays, vol.3*. Cambridge; Massachussets: London: The MIT Press, Cop. 1996. ISBN 026218169X

Ruby, Ilka; Ruby, Andreas – *Groundscapes: el reencuentro con el suelo en la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006. ISBN 8425219639

Rykwert, Joseph – *The seduction of place: the city in the twenty-first century*. London: Weidenfeld; Nicolson, 2000. ISBN 0297819992

Soja, Edward W. – *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. 3ªed. Londres: The Blackwell Publishers, 2002. ISBN 1-57718-001-1

Soja, Edward W. – *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford; Massachussets: The Blackwell Publishers, 1997. ISBN 1-55786-675-9

Solà-Morales, Ignasi – *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1864-0

Solà-Morales, Manuel – *Las formas de crecimiento urbano*. 1ª ed. Barcelona: Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, SL., 1997. ISBN 84-8031-197-2

Schoonbrodt, René – *É hora de agir!*. In Jornal Arquitectos. Vol#151. Lisboa

O.M.A; Koolhaas, Rem; Mau, Bruce – *S,M,L,XL: small, medium, large, extra-large*. Rotterdam: 010 Publishers, 1995. ISBN 9064502102

Távora, Fernando – *Da Organização do Espaço*. 3ªed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade, 1996. ISBN 972-9483-22-1

Tafuri, Manfredo – *Teorias e História da Arquitectura*. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1988. Dep.Legal 20874/88

Teysout, George – *A História como recordação destruidora*. In ECDJ. Vol#5. Coimbra. 2001 (pág. 10- 15)

Toussaint, Michel – *Actuar nos “Bairros Históricos” de Lisboa*. In Jornal Arquitectos. Vol#151. Lisboa, (pág. 14-29)

Tschumi, Bernard – *Architecture and Disjunction*. London: The MIT Press, Cop., 1994. ISBN 0-262-20094-5

Tschumi, Bernard – *Event-Cities 3: Concept vs. Context vs. Content*. Cambridge;Massachussets: London: The Mit Press, Cop., 2005. ISBN 0-262-70110-3

Urbano, Luís – *Dupli Cidade e a Flânerie Contemporânea*. Série Opúsculo6: Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura. Porto: Dafne Editora, 2007. ISBN 1646-5233

Vázquez, Carlos Garcia - *Ciudad Hojaldre: visiones urbanas del siglo XXI*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA., 2004. ISBN 84-252-1970-1

Venturi, Robert – *Complexidade e Contradição em Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, Cop., 1995. ISBN 8533603754

Vidler, Anthony – *Warped Space: art, architecture and anxiety in modern culture*. Cambridge; Massachussets; London: The MIT Press, Cop., 2001. ISBN 0-262-22061-x

Vieira, Álvaro de Siza – *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, Cop., 1998. ISBN 972-44-1033-1

Westwood, Sallie; Williams, John – *Imaging Cities: scripts, signs, memory*. 1ª ed. London: Routledge, 1997. ISBN 0-415-14430-2

### **Periódicos:**

Arquitectura Ibérica. 2007, Reabilitação. vol# 19. ISSN 1645-9415

Arquitectura Ibérica. 2007, [Re]\_Habitar. vol# 20. ISSN 1645-9415

Arquitectura Ibérica. 2007, Cor. vol# 21. ISSN 1645-9415

Big Ode. 2008, Urbe. vol#4. ISSN 1646-6373

ECDJ. 2005, Planos: Salvaguarda Vila Real de Stº António e Projecto Urbano Coimbra. vol# 9. ISSN0874-6188

Jornal Arquitectos. 2005, Híbrido. vol# 200/221. ISSN0870-1504

Jornal Arquitectos. 2006, Programa. vol#222. ISSN 0870-1504

Jornal Arquitectos. 2006, Infra-Estrutura. vol#225. ISSN 0870-1504

Jornal Arquitectos. 2007, Tempo. vol# 229. ISSN 0870-1504

Jornal Arquitectos. 2008, Standard. vol# 230. ISSN 0870-1504

Nu. 2002, Mecanismos. vol#4. ISSN 1645-3891

Nu.2005, Identidade. Vol#26. ISSN 1645-3891

Nu. 2006, Modus Operandi. Vol# 29. ISSN 1645-3891

Nu. 2007, Poder. vol#30. ISSN 1645-3891

Nu. 2007, Chão. vol#31. ISSN 1645-3891

Paisea. 2008, La Calle. vol#4. ISSN 1887-2557

### **Internet:**

[http://www.uibk.ac.at/wuv/pdf/ehem/gilbert\\_city.pdf](http://www.uibk.ac.at/wuv/pdf/ehem/gilbert_city.pdf)

[http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL\\_794\\_76.htm](http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL_794_76.htm),

[http://www.chamartinimobiliaria.com/portfolio\\_projecto.aspx?idsessao=e2e29e61-6b3d-4377-8c73-3fcb9869e531&param=6xaQnimFh6ShIR4NKdOwDMOltenDPaOq38uOhmsS82mQOyQe/Qj/bl+Uxz9kImKOBpoj/FMZMNTkWCUDZ4uDkN11bv9aP5NE2fvt/sKcD4Kd+KIRI+yMzstkGVj9aFgT](http://www.chamartinimobiliaria.com/portfolio_projecto.aspx?idsessao=e2e29e61-6b3d-4377-8c73-3fcb9869e531&param=6xaQnimFh6ShIR4NKdOwDMOltenDPaOq38uOhmsS82mQOyQe/Qj/bl+Uxz9kImKOBpoj/FMZMNTkWCUDZ4uDkN11bv9aP5NE2fvt/sKcD4Kd+KIRI+yMzstkGVj9aFgT)

<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp>,

<http://www.centrepompidou.fr/pompidou/Communication.nsf/0/88D31BDB4FE7AB60C1256D970053FA6F?OpenDocument&sessionM=9.1&L=2>



## Agradecimentos

Ao meu papá e à minha mamã. Redomas de cristal que continuamente deixam cair a neve sobre os meus ombros. Sem palavras para descrever o que sinto, as saudades que tenho... Os mimos que quero. Porque simplesmente extasiantes e fantásticos estes meus dois globos... Adoro-vos. Tanto. Tanto.

Aos meus avós, a quem estive ausente e pareço ter esquecido envelhecerem sem mim.

À minha tia Celeste, a quem um dia levo a ver o mar...

À Fátima, pelas conversas de “sótão”.

Ao Rúben por ter aparecido. Suportado. Persistido. Surpreendido. That’s duende, the spot fulfilled with butterflies and shining little papers, underneath the big tree, with a yellow balloon...

À Anita (Anita! 74 a´s...! ahhhhh... Performance?!), à Carlona (“Verusca, tudo bem?!”), à Palerminha (“estes quase dois seres vivos”... nunca soou tão bem...), à Inês canininha (“ainda gostas de mim?!”), à Ana Mary (“olá meu amor...”), à Gominha (ternuraaaa, coração grande grande!...), à Cauzita (nuvens cor de rosa...), à Consci (uhuhuhu... cárióca!). As minhas meninas lindas, absorventes, poderosas! =) Pela amizade incomensurável. Gargalhadas. Sorrisos. Tempestades. Magia. Deambulações. Segredos. Choros. Abraços. Piscadelas de olhos... Noites da Salete, do Costa e tantos outros... Cafés, finos e empalhadas. Festas. 365 noites e dias magníficos ao longo de seis anos... Porque preenchidos por vocês. Por serem quem são. Como são. Por estarem e ficarem aqui... Sempre.

Às meninas da Gh... Ritinha, Priminha linda e Ana Rita. Sandra, Joana, Verita e Helena. Por tudo. Pelo humor sarcástico e peculiar que niguém percebe. Pelos gelados do mac, pedaços de chocolate e tantas mais coisas que se partilharam... Por me irromperem o quarto. Por estarem na cozinha... Pelos passos no corredor... Pelo som de portas a abrir e a fechar.

Ao Luís, fiel companheiro cultural de um belo fim de tarde (wonk, wonk, wonk...).

Ao Miguel, pelo hp scanjet 3400C e pelos camarões...

Ao Prof. Walter Rossa que entre viagens e excesso de trabalho... sempre arranjou um burquinho para um e-mail e uma conversa.

Ao Rodrigo Miragaia e à Revista Big Ode, por me terem disponibilizado os direitos sobre a imagem da capa e pela simpatia que demonstraram.

Together, we began the construction of a city...

